

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CAMPUS DE FRANCA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MARINA COSTA DE OLIVEIRA

**Dinâmica Populacional no *Sertão do Rio Pardo*
(1801 – 1829)**

FRANCA
2012

MARINA COSTA DE OLIVEIRA

**Dinâmica Populacional no *Sertão do Rio Pardo*
(1801 – 1829)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho,” para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Lélío Luiz de Oliveira

FRANCA
2012

MARINA COSTA DE OLIVEIRA

DINÂMICA POPULACIONAL NO *SERTÃO DO RIO PARDO* (1801 – 1829)

Trabalho de Conclusão de Curso (Dissertação) apresentado (a) à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do título Mestre.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____

Prof. Dr. Lélío Luiz de Oliveira

1º

Examinador: _____

Prof. Dr. Pedro Geraldo Tosi, Unesp.

2º Examinador:

Dr.(a) Máisa Faleiros Cunha, Unicamp.

Franca, _____ de _____ de 2012.

Ao meu pai

Geraldo.

Agradecimentos

A realização deste trabalho só foi possível graças à colaboração direta ou indireta de muitas pessoas. Manifesta-se nossa gratidão a todas elas e de forma particular:

Ao Prof. Dr. Lélío Luiz de Oliveira, por me apresentar a História Demográfica, pela atenção e dedicação dispensada na orientação e pelo apoio pessoal sempre constante. Muito obrigado! Fica aqui o meu reconhecimento. Obrigada por ter se tornado, além de um referencial como profissional, um referencial como ser humano.

Aos membros da banca de qualificação, os professores Dr. Pedro Geral Tosi e Dra. Máisa Faleiros Cunha pelas sugestões e comentários críticos a pesquisa.

Ao professor Dr. José Flavio Motta, pelo aprendizado com a disciplina Demografia Histórica e pelas sugestões e críticas a pesquisa.

Aos funcionários do Arquivo do Estado de São Paulo pelo auxílio e disponibilização para a coleta dos dados.

A Grazi, Wanderlei e Consuelo, funcionários do Arquivo Histórico Municipal “Capitão Hipólito Antônio Pinheiro, pela cessão do espaço para consultas e estudos e a recepção sempre agradável.

Ao amigo Romeu, pelo auxílio com os programas de computador e por trazer o Plínio sempre paciente e prestativo no cômputo dos dados.

À Sueli e Fátima pelas leituras atentas e correções.

Ao amigo, Carlos Malaquias por sua solicitude e confiança nesse trabalho.

À Natália, pela amizade sincera e incondicional desde o primeiro dia de aula na graduação, por seu auxílio e constante ânimo. Sendo muito mais que uma amiga.

Aos meus irmãos, Jamille, sempre preocupada e presente em minha vida mesmo que distante e Franco pelo auxílio com os dados nesse final de pesquisa, e pelo carinho e amor.

A minha mãe, que sempre foi pai e mãe, pelo apoio afetivo e financeiro sem os quais essa pesquisa não seria possível.

Ao Thiago, pelo amor e companheirismo nesses anos, por sempre acreditar e me incentivar nos momentos mais difíceis.

Resumo

Este trabalho trata sobre a dinâmica populacional de parte do sertão do rio Pardo, área correspondente à Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Franca e Rio Pardo, criada em 1805, e ao Termo de Franca o qual foi elevado à vila em 1824, passando a denominar-se Vila Franca do Imperador. O recorte histórico compreende o período de 1801 a 1829, conjugado com o povoamento efetivo deste território em decorrência da chegada de paulistas e mineiros. O intuito é aprofundar o conhecimento sobre a dinâmica populacional empreendida entre livres – chefes de domicílios proprietários de escravos e não proprietários de escravos – livres na condição de agregados e escravos dentro de um contexto regido pela economia de subsistência e abastecimento interno. Utiliza como fontes as *Listas Nominativas de Habitantes* dos anos de 1801, 1803, 1805, 1809, 1820, 1824 e 1829; *Inventários post-mortem* e *Registros Paroquiais*.

Palavras-chave: História Demográfica, Dinâmica Populacional, Nordeste Paulista.

Abstract

This paper deals with the population dynamics of the interior part of the Pardo river, the area corresponding to the Freguesia of Nossa Senhora da Conceição da Franca and Rio Pardo, created in 1805, and the Termo de Franca which was raised to the village in 1824, becoming denominate Vila Franca do Imperador. The historical comprises the period from 1801 to 1829 in conjunction with the effective settlement of this territory due to the arrival of paulistas and mineiros. The aim is to deepen our understanding of the population dynamics waged between free - heads of households and non-slaveowners slaveowners - provided free of aggregates and slaves within a context governed by the subsistence economy and domestic supply. It uses the *Listas Nominativas de Habitantes* the years 1801, 1803, 1805, 1809, 1820, 1824 and 1829; *Inventários post-mortem* and *Registros Paroquiais*.

Keywords: Demographic History, Population Dynamics, Northeast Paulista

Lista de Tabelas

Tabela 2.1. Distribuição da população por condição social e sexo (Franca 1801-1829).....	58
Tabela 2.2. Distribuição dos chefes de domicílios por sexo/ano (Franca 1801 a 1829).....	59
Tabela 2.3. Distribuição dos cabeças de fogos proprietários e não proprietários de escravos (Franca 1801 a 1829).....	61
Tabela 2.4. Distribuição dos proprietários de escravos por sexo (Franca 1801 a 1829).....	62
Tabela 2.5. Distribuição dos proprietários de escravos conforme o sexo e as ocupações (Franca 1801 – 1829).....	69
Tabela 2.6. Distribuição dos proprietários de escravos em números absolutos e números percentuais conforme o sexo e as cores (Franca 1801 – 1829).....	71
Tabela 2.7. Distribuição em números absolutos e percentuais dos proprietários de escravos conforme o sexo e as faixas etárias (Franca 1801 – 1829).....	74
Tabela 2.8. Distribuição em números absolutos e percentuais dos proprietário de escravos conforme o sexo e estado conjugal (Franca 1801 – 1829).....	76
Tabela 2.9. Distribuição dos proprietários de escravos conforme o sexo e as origens (Franca 1801 – 1829).....	78
Tabela 3.1. Número de proprietários e de escravos (Franca 1801 – 1829).....	88
Tabela 3.2. Número e porcentagem de proprietários e escravos por faixas (tamanho dos plantéis) (Franca 1801 – 1829).....	89
Tabela 3.3. Distribuição da população por condição social e sexo (Franca 1801 – 1829).....	94
Tabela 3.4 Distribuição dos escravos conforme o sexo e a razão de masculinidade (Franca 1801 – 1829).....	97
Tabela 3.5. Distribuição dos escravos em números absolutos e números percentuais conforme o sexo e a cor (Franca 1801 – 1829).....	99
Tabela 3.6. Distribuição dos escravos em números absolutos e em número percentuais conforme o sexo e estado conjugal (Franca 1801 – 1829).....	100
Tabela 3.7. Distribuição dos escravos em números absolutos e em números percentuais conforme o sexo e as faixas etárias (Franca 1801 – 1829)...	103
Tabela 3.8. Distribuição dos escravos em números absolutos e em	

números percentuais conforme a origem (Franca 1801 – 1829).....	106
Tabela 3.9. Distribuição dos escravos em números absolutos e em números percentuais conforme o sexo e a origem (Franca 1801 – 1829).....	109
Tabela 4.1. Distribuição em números absolutos e em números percentuais dos não proprietários de escravos conforme o sexo (Franca 1801 a 1829).....	112
Tabela 4.2. Distribuição dos não proprietários de escravos conforme o sexo e as atividades econômicas de seus domicílios (Franca 1801 a 1829).....	114
Tabela 4.3. Distribuição em números absolutos e em números percentuais dos não proprietários de escravos conforme o sexo e a cor (Franca 1801 a 1829).....	120
Tabela 4.4. Distribuição em números absolutos e em números percentuais dos não proprietários de escravos conforme o sexo e as faixas etárias (Franca 1801 – 1829).....	121
Tabela 4.5. Distribuição em números absolutos e em números percentuais dos não proprietários de escravos conforme o sexo e o estado conjugal (Franca 1801 a 1829).....	122
Tabela 4.6. Distribuição dos não proprietários de escravos conforme o sexo e o estado conjugal (Franca 1801 a 1829).....	124
Tabela 5.1 Distribuição em números absolutos dos agregados conforme o sexo (Franca 1801 a 1829).....	128
Tabela 5.2 Participação do agregado na população livre (Franca 1801 a 1829).....	129
Tabela 5.3. Distribuição em números absolutos e em números percentuais dos agregados conforme o sexo e as faixas etárias (Franca 1801 a 1829).....	131
Tabela 5.4 Distribuição em números absolutos e em números percentuais dos agregados conforme o sexo e o estado conjugal (Franca 1801 a 1829).....	132

Lista de Gráficos

Gráfico 3.1. Percentuais da população livre e escrava (Franca 1801 – 1829).....	95
---	----

Lista de Figuras

<i>Figura 1.1. Ascendência e descendência do Capitão Hypolito Antonio Pinheiro</i>	27
--	----

<i>Figura 1.2. Ascendência e descendência de Joaquim Gomes Pinheiro e Maria Joana da Silveira.....</i>	<i>29</i>
<i>Figura 1.3. Ascendência de Vicente Gomes Pinheiro e Francisca da Silva.....</i>	<i>30</i>
<i>Figura 1.4. Ascendência de Ana Rosa de Jesus e Joze Ferreira de Menezes.....</i>	<i>32</i>
<i>Figura 1.5. Ascendência de Hypolita Antonia Pinheiro e Joze Joaquim de Oliveira.....</i>	<i>33</i>
<i>Figura 1.6. Ascendência de Ambrosio Glz. Pinheiro e Joaquina Ferreira de Menezes.....</i>	<i>34</i>
<i>Figura 1.7. Ascendência de Quintiliano Gomes Pinheiro e Ana Rosa de Jesus.....</i>	<i>35</i>
<i>Figura 1.8. Ascendência de Rita Angelica do Sacramento e Anselmo Ferreira de Barcellos.....</i>	<i>36</i>
<i>Figura 1.9. Ascendência e descendência de Heytor Ferreira de Barcellos.....</i>	<i>39</i>
<i>Figura 1.10. Ascendência de Claudio Ferreira de Barcellos Rita Angelica de Jesus.....</i>	<i>40</i>
<i>Figura 1.11. Ascendência de Joze Ferreira de Barcellos e Constancia Angelica da Silva.....</i>	<i>41</i>
<i>Figura 1.12. Ascendência de Lucinda Ferreira de Barcellos e Francisco Paula e Silveira.....</i>	<i>42</i>
<i>Figura 1.13. Ascendência de Ana Rosa de Jesus e Joaquim de Paula e Silva.....</i>	<i>43</i>
<i>Figura 1.14. Ascendência de Maria Angelica de Jesus e Manoel de Mendonça Ribeiro.....</i>	<i>44</i>
<i>Figura 1.15. Ascendência de Silveria Ferreira de Santo Antonio e Andre de Mendonça Ribeiro.....</i>	<i>45</i>
<i>Figura 1.16. Ascendência de Hypolita Ferreira de Jesus e Norberto de Mendonça Ribeiro.....</i>	<i>46</i>
<i>Figura 1.17. Ascendência de Joaquina Ferreira de Jesus e Joze de Paula e Silva.....</i>	<i>47</i>
<i>Figura 1.18. Ascendência de Rita Angelica de Jesus e Zeferino Paula e Silva.....</i>	<i>48</i>
<i>Figura 1.19. Ascendência de Candida Ferreira de Barcellos e Simão Ferreira de Menezes.....</i>	<i>49</i>
<i>Figura 1.20. Ascendência e descendência de Luciana Ferreira de Barcelos.....</i>	<i>51</i>
<i>Figura 1.21. Ascendência e descendência de Rosa Maria de Viterbo.....</i>	<i>54</i>

Lista de Mapa

Mapa 1.1. Região Sudeste com localidades originárias dos migrantes.....	55
---	----

ABREVIATURAS

AESP – Arquivo do Estado de São Paulo

AHMF – Arquivo Histórico Municipal de Franca

AEDSJDR – Arquivo Eclesiástico da Diocese de São João del Rei.

FPMSA – Fundo Paroquial da Matriz de Santo Antônio da Vila de São Jose do Rio das Mortes.

LNH – Listas Nominativas de Habitantes

IHG - Instituto Histórico e Geográfico - Tiradentes

SUMÁRIO

Introdução.....	13
Capítulo 1 - Dinâmica Populacional: das Minas Gerais para o Nordeste	
Paulista algumas trajetórias familiares.....	22
1.1 Família Gomes Pinheiro.....	22
1.2 Família Ferreira Barcellos.....	37
1.3 Família Ferreira de Menezes.....	50
1.4 Família Vieira Velho.....	52
Capítulo 2 Os proprietários de escravos.....	56
2. 1 Os proprietários de escravos e seus números.....	60
2.2 Os movimentos ocorridos entre os proprietários de escravos.....	80
Capítulo 3 - A posse e as características demográficas dos escravos.....	87
3.1 – A posse de escravos.....	87
3.2 – Características dos escravos.....	94
Capítulo 4 – Os não proprietários de escravos.....	111
Capítulo 5 – Os considerados <i>agregados</i>	126
5.1 – Ao <i>agregados</i> em números.....	127
5.2 – Os movimentos ocorridos entre os agregados.....	133
Considerações finais.....	139
Referências bibliográficas.....	141

Introdução

Os estudos demográficos recentes mostram que a sociedade brasileira do passado não era composta somente do binômio escravo – senhor com grandes propriedades¹ e que havia outras realidades sociais como proprietários de pequenos plantéis que trabalhavam na lavoura, lado ao lado de seus escravos, homens livres que não possuíam a propriedade de cativos e mulheres, “cabeças de fogo” com ou sem escravos.²

A produção moderna no campo da demografia histórica teve início na década de 50, com os trabalhos da escola francesa guiada por Louis Henry³, que desenvolveu trabalhos com enfoque na reconstituição de famílias, a qual consistia em reunir em uma ficha informações sobre o nascimento, o casamento e o falecimento de um casal e seus descendentes. Deste modo, Henry, colocou seu método em prática em um estudo sobre a burguesia genebrina em sua investigação sobre o povoado de Crulai, com a colaboração de Etienne Gautier.⁴

Na Europa, os estudos demográficos foram seguidos na Inglaterra por estudiosos como Thomas Hollingsworth, David Glass e John Hajnal adquirindo identidade nas ciências sociais. Já, em Portugal, tiveram destaques os estudos de Norberta Amorim, que propõem uma renovação no método de reconstituição de famílias. Tal autora defende a reconstituição de paróquias contemplando três fases: a reconstituição de famílias, utilizando o nome de batismo como identificação idealizada devido aos problemas de sobrenomes que ocorrem em Portugal, sendo

¹ GORENDER, J. **O escravismo colonial**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1978.

² Sobre demografia histórica ver: BACELLAR, C. A. P. e SCOTT, A. S. V. e BASSANEZI, M. S. C. B. Quarenta anos de Demografia Histórica. Brasília, **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v.22, nº2, p.339-350, jul/dez 2005. MARCÍLIO, M. L. A demografia histórica brasileira nesse final de milênio. Brasília, **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, 14 (1/2), 1997. MARCÍLIO, M. L. **Crescimento Demográfico e Evolução Agrária Paulista 1700-1836**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2000. COSTA, I. N. **Populações Mineiras – sobre a estrutura populacional de alguns núcleos mineiros no alvorecer do século XIX**. São Paulo: IPE/USP, 1981. É bem verdade que estudos clássicos não tinham os objetivos e preocupações dos estudos históricos demográficos recentes e não tinham os objetivos empreendidos nos momentos atuais da historiografia. Portanto, não há neste trabalho confronto direto com autores como: Caio Prado, Freyre, Celso Furtado PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 20. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1987; FREYRE, G. **Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 32. Ed. Rio de Janeiro: Record, 1997; FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1995.

³ HENRY, L. **Anciennes familles genevoises: etude démographique**, XVI ème – XX ème siecles. Paris: Presses Universitaires de France, 1956.

⁴ REHER, D. S. Desafios e conquistas da demografia histórica no final do século. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Brasília, 14(1/2), 1997. p.103.

também notados no Brasil, e os fichários de indivíduos com base nas fichas de famílias, e a soma a esses arquivos de indivíduos provenientes de outras fontes.⁵

Embora o processo criado pela professora portuguesa seja longo e moroso, podemos considerá-lo um método novo que vem alcançando seguidores em Portugal.

A demografia histórica brasileira recente foi inaugurada em 1968 com a publicação na França da obra *La ville de São Paulo. Peuplement et population 1750 – 1850* de Maria Luiza Marcílio sob orientação de Louis Henry⁶. Esta obra que se constitui em um estudo sobre a cidade de São Paulo, foi publicada no Brasil somente em 1973.⁷

Durante a década de setenta, a maioria dos trabalhos sobre demografia e metodologia é de autoria de Maria Luiza Marcílio⁸, que em um estudo de 1971 apresenta levantamentos com fontes que poderiam ser utilizadas em pesquisas demográficas. A sua tese de livre-docência apresentada à Universidade de São Paulo, em 1974, sobre a Capitania de São Paulo e intitulada *o Crescimento Demográfico e Evolução Agrária Paulista, 1700 - 1836*⁹ revelam que ela utilizou como fonte as Listas Nominativas de Habitantes da Capitania de São Paulo e, em 1977, a mesma autora organiza a publicação de uma coletânea com artigos de eminentes historiadores da área demográfica sob o título de *Demografia Histórica, orientações técnicas e metodológicas*.¹⁰

Ainda na década de 70, temos a fundação de um núcleo de pós-graduação em história demográfica na Universidade Federal do Paraná, cujo objetivo era formar pesquisadores que desenvolvessem estudos sobre a população deste estado, assim como trazer especialistas nacionais e internacionais para orientar em trabalhos e criarem um programa de doutorado em demografia histórica. As maiores produções desse grupo foram apresentadas por Altiva Pilatti Balhana, em congressos nacionais e internacionais.¹¹

⁵ REHER, Op. Cit., p. 104

⁶ MARCÍLIO, M.L. A demografia histórica brasileira nesse final de milênio. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Brasília, 14(1/2), 1997. p. 125.

⁷ Id. , 1974.

⁸ Id. , 1997.

⁹ Id. , 2000.

¹⁰ Id. , 1977.

¹¹ MARCÍLIO, M. L. A demografia histórica brasileira nesse final de milênio. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Brasília, 14(1/2), 1997.p.125.

Na década de 80, temos a fundação do Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina – CEDHAL, na Universidade de São Paulo, com a finalidade de desenvolver pesquisas em demografia histórica, habilitando pesquisadores na teoria, técnica e metodologia da demografia histórica. Entre as décadas de 80 e 90 esse grupo desenvolveu o projeto de pesquisa: Família e infância na história social do Brasil.

Também na década de 80, no Instituto de Pesquisas Econômicas da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – FEA da Universidade de São Paulo criou-se o Seminário Permanente de Estudo da Família e da População no Passado pelos professores Iraci Del Nero da Costa e Eni de Mesquita Sâmará. O Seminário foi o início do Núcleo de Estudos em História Demográfica – NEDH, que publica boletins sobre a produção em demografia histórica em todo país.

Iraci Del Nero da Costa fez seus primeiros estudos em história demográfica no final da década de 70, quando apresentou o trabalho “Vila Rica: população (1719-1826)”¹². Em 1981, apresentou outro estudo: “Populações Mineiras – sobre a população de alguns núcleos mineiros no alvorecer do século XIX,”¹³ em que utilizou registros paroquiais de nascimentos, casamentos e óbitos de livres que tinham a preocupação fiscal de arrecadação dos quintos e de Listas Nominativas de Habitantes.

Outro trabalho no mesmo ano é o de Francisco Vidal Luna, também integrante do NEDH, que desenvolve uma pesquisa sobre Minas Gerais, intitulado Minas Gerais: escravos e senhores – análise da estrutura populacional e econômica de alguns centros mineratórios (1718-1804)¹⁴ em que também são utilizados os corpos documentais acima referidos.

Estes dois autores produziram enormes contribuições para o avanço do conhecimento da sociedade e da economia que se constituíram com a atividade mineratória, além de terem caracterizado o perfil das populações livres, escravas e forra de algumas localidades de Minas Gerais, como também delinearam o perfil da estrutura da posse de cativos com trabalhos pioneiros como o de Luna, já referido.

¹² COSTA, I. D. N. **Vila Rica: população (1719-1826)**. São Paulo: IPE/USP, 1979.

¹³ Id. , 1981.

¹⁴ LUNA, F. V. **Minas Gerais intitulado: Minas Gerais: escravos e senhores – análise da estrutura populacional e econômica de alguns centros mineratórios (1718-1804)**. São Paulo: IPE/USP, 1981.

Os estudos ligados à estrutura e posse de cativos provocaram uma revisão na historiografia tradicional, quanto aos padrões de distribuição da propriedade cativa principalmente nos plantéis ligados a atividades mineratórias e produção açucareira, possibilitando um aprofundamento no entendimento do sistema escravista e também no conhecimento das características dos escravistas e dos escravos do Brasil.

Na década de 80, além dos trabalhos referentes a Minas Gerais, tem-se um estudo da Bahia colonial em que Schwartz analisa, por meio de uma lista de cativos de setembro de 1816 a janeiro de 1817, a estrutura da posse de escravos da economia açucareira onde se encontravam as maiores concentrações da colônia; porém somente 15% dos engenhos analisados tinham mais de 200 escravos e uma média de 65,5 escravos por senhor. O que leva o autor a alegar:

Propriedades com uma escravaria dessa magnitude não se parecem enquadrar na imagem comum de grande lavoura brasileira com um imenso latifúndio com centenas de escravos trabalhando sob o controle unitário e patriarcal de um proprietário e senhor residente.¹⁵

Com o foco de estudos sendo a capitania de São Paulo entre o final do século XVIII e início do século XIX surgem vários trabalhos com enfoques na população escrava e na estrutura e posse de cativos, com base nas Listas Nominativas de Habitantes. Como o estudo de Luna e Costa de 1983¹⁶ sobre a posse de cativos em São Paulo, em que os autores observam uma relativa participação de domicílios com escravos e a presença de pequenos plantéis entre os escravistas.

Outros estudos foram desenvolvidos com o mesmo enfoque na posse de cativos na década de 80 e início de 90 atentando-se ao de Gutiérrez¹⁷ sobre nove localidades no Paraná entre 1800 e 1830 que se destacam por se tratar de uma região com economia ligada à criação de gado e à agricultura de subsistência e o de

¹⁵ SCHAWARTZ, S. B. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550 – 1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.p.364.

¹⁶ LUNA, F. V. e COSTA, I. N. D. Posse de escravos em São Paulo no início do século XIX. **Estudos Econômicos**, 13 (1), jan/abr. 1983, p.211-221.

¹⁷ GUTIÉRREZ, H. Demografia escrava numa economia não-exportadora: Paraná, 1800-1830. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v17, nº2. Mai/Ago. 1987. p.297-314.

Motta¹⁸ sobre Bananal na região do Vale do Paraíba, onde o autor analisa o impacto do desenvolvimento da economia cafeeira na população cativa e na família escrava.

Vale mencionar que estudos com ênfase na família já haviam sido feitos anteriormente como o de Marcílio: A cidade de São Paulo povoamento e população em que a autora utiliza registros da paróquia da Sé de São Paulo e Listas Nominativas e demonstra que as maiores dos domicílios eram constituídas de uma única família. Samara¹⁹ em obra de 1989 utilizando-se de levantamento censitário de 1836 para a cidade de São Paulo demonstra que, cerca de 70% dos domicílios eram formados por uma única família.

Os estudos de história demográfica com ênfase na família afastam a idéia de que em todo o Brasil estas eram patriarcais e extensas como na lavoura açucareira do Nordeste Brasileiro, nota-se que cada região apresentava especificidades em sua população e nas famílias que compunham a sua sociedade sejam com famílias grandes com muitos agregados chefiados por homens, ou em famílias chefiadas por mulheres viúvas ou solteiras.

Nesse âmbito do estudo da família devem ser mencionados os estudos de dois integrantes do CEDHAL e do projeto sobre o estudo de famílias, Carlos de Almeida Bacellar²⁰ e Ana Silvia Volpi Scott²¹, os dois autores desenvolveram, em 1987, estudos sobre a elite agrária e as famílias de grandes escravistas da capitania de São Paulo utilizando-se da técnica de reconstituição de famílias.

Scott estudou as regiões do Vale do Paraíba e da Capital, enquanto Bacellar ocupou-se do Oeste. Os dois autores utilizaram como corpo documental as Listas Nominativas de Habitantes depositadas no Arquivo do Estado de São Paulo, as genealogias e o cadastro de terras de 1817 e 1855 (este utilizado apenas por Bacellar).

Outros grupos também se dedicam à pesquisa da demografia histórica, entre eles, o Núcleo de Estudos de População – NEPO da Unicamp que tem como sua

¹⁸ MOTTA, J. F. **Corpos escravos, vontades livres: estrutura da posse de cativos e família escrava em núcleo cafeeiro. Bananal, 1801-1829.** São Paulo: FAPESP: Annablume, 1999.

¹⁹ SAMARA, E. M. **As mulheres, o poder e a família:** São Paulo, século XIX. São Paulo: Marco Zero/Secretaria de Estado e Cultura de São Paulo, 1989.

²⁰ BACELLAR, C. A. P. **Viver e sobreviver em uma vila colonial.** Sorocaba, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2001.

²¹ SCOTT, A. S. V. **Dinâmica Familiar da Elite Paulista (1765-1836).** Tese (Mestrado). Universidade de São Paulo, 1987.

principal representante a professora Maria Silvia Bassanezi²² com estudos sobre a família e o casamento em São Paulo, no tempo do café. Outro grupo com representatividade é o Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – CEDEPLAR da UFMG com importantes estudos de Clotilde Paiva sobre a população em geral e mais especificamente sobre a população escrava.²³

Entre estudos de demografia histórica ligados ao Nordeste Paulista temos como pioneiro a tese de doutorado de Chiachiri²⁴ em 1973. Esse trabalho tem como objetivo apresentar o povoamento e ocupação do Nordeste Paulista perpetrada principalmente por mineiros. A obra possui um recorte temporal de fins do século XVIII com o desbravamento do sertão até a segunda década do século XIX com a criação da Vila Franca. Chiachiri destaca que aos paulistas se deve a criação dos pousos e aos mineiros a criação das freguesias e vilas, ou seja, com os mineiros a região deixou de ser sertão, constituindo-se em aspectos humanizados.²⁵

Outro trabalho com o objetivo de entender o povoamento do Nordeste Paulista é o de Lucila Reis Brioschi e grupo²⁶. Nesta obra, os autores procuraram desvendar a ocupação com as migrações mineiras, no fim do século XVIII e início do século XIX, da região localizada entre os rios Pardo e Grande, mais detalhadamente a Freguesia de Batatais com uma economia de pecuária e agricultura de subsistência.

Outros trabalhos de demografia histórica para a região são os de Maísa Faleiros Cunha²⁷, onde a autora analisa primeiramente os domicílios e a população escrava no século XIX (especialmente de 1836 a 1872), tendo como objetivo observar a composição e as variantes dos domicílios de Franca. E secundariamente, tal autora analisa a população escrava pelo conceito de regime demográfico restrito,

²² BASSANEZI, M. S. O casamento na colônia no tempo do café. **Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, 1988.

²³ PAIVA, C. e KLEIN, H. S. Escravos e livres nas Minas Gerais do século XIX: Campanha em 1831. **Estudos Econômicos**, 22 (1), jan/abr, 1992. p.129-151.

²⁴ CHIACHIRI, J. F. **Do Sertão do rio pardo a Vila Franca do Imperador**. Franca, 1973 Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia Ciência e Letras, Universidade Estadual Paulista.

²⁵ Id. , 1973.

²⁶ BRIOSCHI, L. R. **Entrantes no sertão do Rio Pardo: o povoamento da Freguesia de Batatais – século XVIII e XIX**. São Paulo: CERU, 1991.

²⁷ CUNHA, M. F. **Fogos e escravos da Franca do Imperador no século XIX**. Tese (Mestrado) Instituto de Filosofia de Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2005. ; CUNHA, M F. **Demografia e Família Escrava**. Franca – SP, século XIX. Tese (Doutorado) Instituto de Filosofia de Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2009.

resgatando as trajetórias demográficas e familiares de uma parte da população escrava.

No início do século XIX, no Nordeste da Capitania e depois Província de São Paulo junto, à divisa de Minas Gerais, ocorreu à ampliação da produção agrícola, com a diversificação dos produtos para a subsistência e mercados regionais.

Consideráveis alterações demográficas ocorreram na Capitania de São Paulo ligada às grandes fazendas com cultivos geralmente destinados ao mercado externo como as grandes plantações de açúcar nas áreas de Campinas, Jundiaí, Itu e Sorocaba.

Na Capitania de Minas Gerais, durante a diminuição das atividades mineradoras²⁸ e o crescimento da produção agropecuária²⁹, ocorreu um notável aumento dos mercados locais e regionais, incluindo a instalação da Corte no Rio de Janeiro. As mercadorias mineiras eram escoadas por vários caminhos que ligavam ambas as Capitanias, estimulando o povoamento, gerando riquezas e comunicações entre as diferentes regiões.³⁰

Dentro deste contexto esta pesquisa agrega informações que permitam ampliar o conhecimento sobre parte do Sertão do Rio Pardo, mais especificamente da Freguesia e depois Vila Franca do Imperador, no Nordeste Paulista. Uma região que teve o seu povoamento efetivo entre finais do século XVIII³¹ e início do XIX, e que não estava diretamente inserida na agricultura de exportação, porém, beneficiava-se da sua localização no Caminho dos Goyazes.³²

A economia desenvolvida na região de Franca, no período em questão, era a pecuária, seus derivados e a produção de subsistência. Os pousos e a Freguesia (depois Vila) tornaram-se entreposto comercial que tinha o sal vindo de Campinas como um dos principais produtos. Embora o Termo de Franca não estivesse ligado à lavoura de exportação com o tempo passou a ter uma economia com certo

²⁸ FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1995.

²⁹ LENHARO, A. **As tropas da moderação**: o abastecimento da corte na formação política do Brasil, 1808 – 1822. São Paulo: Símbolo, 1979.

³⁰ OLIVEIRA, L. L. **Economia e História em Franca**: século XIX. Franca: UNESP-FHDSS: Amazonas Prod. Calçados S/A, 1997.

³¹ No início do século XVIII o território do Nordeste Paulista era terra de Cayapós. Ver: RAVAGNANE, Z. P. O. Dados históricos e arqueológicos dos primeiros habitantes do Nordeste Paulista. **Boletim Histórico de ciências correlatas**, Franca, Ano II, nº 4, P. 50-57, 1970.

³² CHACHIRI, J. F. **Do Sertão do rio pardo a Vila Franca do Imperador**. Franca, 1973 Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia Ciência e Letras, Universidade Estadual Paulista. p.51.

dinamismo que justificava o trânsito de uma população considerável, tanto de livres como de escravos que foi se modificando no passar dos anos.³³

A mudança no perfil populacional foi caracterizada, já que se trata de um estudo de reconstrução da população mediante séries temporais, buscando observar no período de 1801 - 1829³⁴, os processos ou inter-relações de fenômenos que provocaram mudanças ao longo do tempo.

A pesquisa desenvolvida confirma a hipótese de que havia uma vigorosa dinâmica nessa população em trânsito entre as Capitanias e posteriormente, parte dela fixada no Nordeste Paulista.

O objetivo neste trabalho, portanto, é o de conhecer e analisar a dinâmica da população, oriunda, em sua maioria, de Minas Gerais, que na ampliação das atividades agrícolas migrou gradativamente para a Freguesia/Termo de Franca e seus arredores.

Com base na bibliografia, e nas fontes consultadas, principalmente Listas Nominativas de Habitantes de 1801 a 1829, além de Inventários *post-mortem* e Registros paroquiais. A nossa contribuição é o conhecimento do dinamismo empreendido pela população em uma área de fronteira entre a Capitania/Província de Minas Gerais e de São Paulo.

Esses assuntos estarão desenvolvidos neste trabalho em 5 capítulos que apresentamos sucintamente a seguir.

No primeiro capítulo, *Dinâmica populacional: das Minas Gerais para o Nordeste Paulista algumas trajetórias familiares*, foram analisados os percursos de algumas famílias que migraram da Capitania de Minas Gerais e se estabeleceram no Nordeste Paulista. Foram observadas as origens, as constituições dessas famílias, os percursos empreendidos, os nascimentos dos filhos, a posse ou não de

³³ OLIVEIRA, L. L. **Economia e História em Franca: século XIX**. Franca: UNESP-FHDSS: Amazonas Prod. Calçados S/A, 1997.

³⁴ O recorte temporal escolhido deve-se ao fato, de que, em um período de quase 30 anos tem-se a possibilidade de uma reconstrução populacional mais completa. Também foram consideradas as futuras divisões no território e outros trabalhos já existentes para a região em períodos posteriores como os de CUNHA, M. F. **Fogos e escravos da Franca do Imperador no século XIX**. Tese (Mestrado) Instituto de Filosofia de Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2005.

CUNHA, M. F. **Demografia e Família Escrava**. Franca – SP, século XIX. Tese (Doutorado) Instituto de Filosofia de Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2009.

escravos, a presença de elementos citados como agregados, os casamentos, e a viuvez, e por fim a presença no Nordeste Paulista.

No segundo capítulo, *Os proprietários de escravos*, analisamos esta parte da população a partir do o perfil dos chefes de domicílio possuidores de cativos, segundo variáveis demográficas como o sexo, a ocupação, as cores, as faixas etárias, o estado conjugal e as origens em diferentes momentos.

No terceiro capítulo, *A posse e as características demográficas dos escravos*, são demonstradas as constantes modificações ocorridas na posse dos escravos, vinculados aos chefes de fogo, caracterizando os cativos segundo o sexo, as cores, os estados conjugais, as idades e as origens.

Em *Os não proprietários de escravos*, quarto capítulo, demonstra-se as mutações demográficas dos indivíduos livres, sem a propriedade de escravos, que representavam a maior parte da população. Foram consideradas variáveis como o sexo, a ocupação, as faixas etárias, as cores, o estado conjugal e as origens.

No último capítulo, *Os considerados agregados*, tendo como base os domicílios dos proprietários de escravos e não proprietários buscou-se o conhecimento sobre as diferenciações relativas ao perfil das pessoas livres com certo grau de dependência.

Nas considerações finais procura-se uma síntese de boa parte dos movimentos populacionais ocorridos na ocupação do Nordeste Paulista, no início do século XIX.

Capítulo 1 – Dinâmica populacional: das Minas Gerais para o Nordeste Paulista algumas trajetórias familiares.

Neste capítulo serão demonstradas as trajetórias das famílias Gomes Pinheiro¹, Ferreira de Barcellos, Ferreira de Menezes e Vieira Velho. Famílias originárias das Ilhas Atlânticas pertencentes ao Império de Portugal, que migraram para o território português do Brasil, fixaram temporariamente na Capitania de Minas Gerais, vindo a estabelecer-se na região do Nordeste Paulista e arredores. O interesse maior é especificar as origens, constituição e trajetórias destas famílias que através de estratégias, especialmente casamentos, participaram do movimento populacional de dispersão de pessoas no território mineiro vindo a adentrar o Nordeste Paulista, movidos pela expansão da economia de abastecimento interno, na transição do século XVIII ao XIX.²

1.1. Família Gomes Pinheiro

O casal Manoel Gomes Pinheiro e Ana Rosa de Jesus, naturais da Freguesia do Divino Espírito Santo, da Ilha do Faial Bispado de Angra, arquipélago dos Açores, migraram para o Brasil. Dessa união nasceram: Claudio³, Manoel, Jose, Venâncio e Hypolito. Este último, Hypolito Antonio Pinheiro teria nascido entre os anos de 1740 e 1750 na Freguesia de Congonhas do Campo, Capitania de Minas Gerais, conforme consta nos Maços de População (Figura1)

1 Agradeço aos pesquisadores Walter Antônio Marques Lélis e Sônia Regina B Lélis pela gentileza em ceder o material sobre a ascendência e descendência das famílias: Gomes Pinheiro, Ferreira de Barcelos, Ferreira de Menezes e Vieira Velho.

2 LENHARO, A. **As tropas da moderação**: o abastecimento da corte na formação política do Brasil, 1808 – 1822. São Paulo: Símbolo, 1979.

3 A grafia dos nomes foi variável durante o período. Utilizamos a mais fiel à documentação.

De Congonhas do Campo, Hypólito Antonio Pinheiro, sua mãe e seus cinco irmãos, mudaram-se para São Jose do Rio das Mortes⁴. Nesta localidade, Hipólito, aparece casado com Rita Angelica do Sacramento, esta nascida por volta de 1760. Em 1775, o mesmo personagem – Hypolito – aparece como padrinho no batismo do escravo Vicente, de propriedade do seu irmão Manoel na Matriz de Santo Antônio da Vila São Jose do Rio das Mortes.⁵ Os familiares, mãe e irmãos também aparecem batizando várias pessoas na mesma Vila.

A mãe de Hypolito, Ana Rosa de Jesus, contraiu novas núpcias com Jose de Barcellos Ferreira. Deste novo casamento nasceram mais seis filhos.

O irmão Claudio casou-se com Bernardina Antonia da Silva e tiveram sete filhos. Este ramo da família permaneceu na localidade de Nossa Senhora do Desterro, distrito de São Jose do Rio das Mortes. Sabendo-se que, uma das filhas do casal, Ana Francisca da Silva casou-se com Daniel Joaquim de Oliveira⁶ (em 1794), de Oliveira, sabendo-se que posteriormente migrou para o Nordeste Paulista.

O irmão Manoel casou-se com Teresa Maria da Silva (natural de Ouro Preto) e fixou-se também no Desterro.⁷

O irmão Jose Gomes Pinheiro casou-se com Maria Jacinta do Nascimento e mudou-se para Nossa Senhora da Glória do Passatempo, filial da Matriz de São José, onde batizou seus filhos.

4 As antigas denominações do atual município de Tiradentes em Minas Gerais foram: Vila de São José del Rei e Vila de São Jose do Rio das Mortes. Em nossa pesquisa optamos por seguir a documentação consultada e utilizamos Vila de São Jose do Rio das Mortes.

5 AEDSJDR, FPMSA, Vila de São José do Rio das Mortes, 1775, Livro 7.

6 Daniel Joaquim de Oliveira faleceu no ano de 1846 em Franca. LELIS, W.A.M. **Família Gomes Pinheiro** [Mimeo].

7 Veio a falecer em 1825 no Carmo do Cajuru, Província de Minas Gerais.

Sobre o irmão Venâncio não há informações.

A mãe de Hypolito, Ana Rosa de Jesus, que era viúva, contraiu novas núpcias com Jose de Barcellos Ferreira. Deste novo casamento, nasceram mais seis filhos (Joaquim, Antonio, Heytor, Anselmo, Luciana e Rosa Maria).

Posteriormente, em 1779, há registro de Hypolito Antonio Pinheiro em Formiga (Capitania de Minas Gerais) batizando sua filha Leonor Violante de São Jose⁸, na Capela de São Vicente Ferrer da Formiga. Desta localidade, já distante de São Jose, Hypolito migrou com parte da família para o Chapadão (atual município de Pedregulho/SP), já no Sertão do Rio Pardo (Capitania de São Paulo) a margem da *Estrada de Goyazes*. Deve ter se apossado de terras que mais tarde seriam chamadas de Fazenda Cachoeira⁹.

Em 1782, o casal Hypolito Antonio Pinheiro e sua mulher Rita Angelica do Sacramento batizaram a terceira filha, Luciana, no Arraial de Nossa Senhora do Desterro das Cabeceiras do Rio das Abelhas (Velhas), - atual Desemboque - Distrito de Sacramento/ MG, região que na época pertencia à Capitania de Goiás.¹⁰

Os outros filhos do casal, entre 1783 e 1798, também foram levados a pia batismal nesse mesmo Arraial, onde provavelmente havia padre com maior frequência, e que também era mais próximo das terras do Chapadão, se comparado com a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jacuy (Capitania de Minas Gerais).

No início do século XIX, o Capitão de Ordenanças do *Sertão da Estrada de Goyaz* era o português Manoel de Almeida, casado com Ana de Souza Antunes.

8 Leonor Violante se casa com Manoel Francisco de Barros, contudo não encontramos esse casal nas Listas Nominativas.

9 LELIS, W.A.M. **Família Gomes Pinheiro** [Mimeo].

10 NABUT, J. A. (org). **Desemboque**: documento histórico e cultural. Uberaba: Fundação Cultural de Uberaba, Arquivo Público de Uberaba, Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1986.

Com o falecimento de Manoel de Almeida, Hypolito substitui em 1804 o posto vago de Capitão de Ordenanças da região. Ocasão em que são dados os primeiros atos para a fundação de um povoado com solicitações de criação de uma Freguesia.¹¹

Em 1805, Hypolito Antonio Pinheiro, solicitou a intervenção do governador da Capitania de São Paulo, o general Antônio da Franca e Horta e das autoridades eclesiásticas para a criação de uma Freguesia no território, devido às dificuldades e a distância da Vila mais próxima, Vila de Mogi Mirim. Para a criação da Freguesia de Franca veio o vigário Joaquim Martins Rodrigues, sendo apontado como um homem integro do dever e um bom pastor.¹²

Com a interferência do governador Franca e Horta, junto ao bispo D. Mateus de Abreu Pereira, ocorreu a transferência da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bonsucesso do Descoberto do Rio Pardo (atual cidade de Caconde/SP), para o Belo Sertão da Estrada de Goyazes ou Arraial do Sertão do Capim Mimoso¹³, criando a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Franca e Rio Pardo, tendo como Capitão, Hypolito Antonio Pinheiro, o responsável pela sua legalização e definição de seu núcleo urbano.¹⁴

11 SANTOS. W. **Subsídios Históricos**. Arquivo Histórico Municipal de Franca [Mimeo]. Na administração colonial se fazia presente à intervenção da Igreja e de seus ministros, dessa maneira a divisão administrativa da colônia era em capitanias, comarcas e termos que continham uma subdivisão eclesiástica em bispados e freguesias. PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 20. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

12 Por convite de Hypolito Antonio Pinheiro o vigário Joaquim Martins Rodrigues, mineiro, se fixou na região em 1804. In: SANTOS. W. **Subsídios Históricos**. Arquivo Histórico Municipal de Franca. [Mimeo].

13 CORREIA JUNIOR, C. **Os primórdios do povoamento do Sertão do Capim Mimoso**. Monografia, Franca.

14 CHIACHIRI, J. F. **Do Sertão do rio pardo a Vila Franca do Imperador**. Franca, 1973 Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia Ciência e Letras, Universidade Estadual Paulista.

No ano de 1805, data da criação da Freguesia de Franca, houve o primeiro recenseamento populacional feito por Hypolito Antônio Pinheiro. No documento, ele mesmo se citou como morador do fogo 1 da 1ª Companhia de Ordenanças. Preencheu que naquele ano tinha 51 anos, era branco, casado e natural de Congonhas do Campo. Em sua companhia estavam: sua esposa Rita Angelica com 48 anos¹⁵ e seus filhos solteiros: Vicente 20 anos, João 18 anos, Quintiliano 10 anos, Ambrósio 12 anos, Luciana 15 anos, Ana Rosa com 14 anos, Hypolita com 13 anos e Rita de 8 anos. Além desses, em determinados momentos o domicílio de Hipólito abrigou filhos casados com noras e genros na condição de agregados como no caso de sua filha Maria Tereza de 22 anos, branca e seu esposo João Gonçalves de Campos com 41 anos, branco.¹⁶

Em 1809¹⁷, alguns filhos solteiros de Hypolito continuavam em seu domicílio: Vicente, Quintiliano, Ambrosio, Ana, Hypolita e Rita. Os filhos: Joaquim Gomes Pinheiro, casado com Maria Joana da Silva (Família Paula e Silva) e Luciana esposa de João Jose de Souza continuaram a habitar o domicílio paterno, porém na condição de agregados. O filho João Hypolito Pinheiro faleceu, solteiro, em 1809, antes de seu pai fazer o recenseamento.¹⁸

Em 1820, apenas o filho Quintiliano, com 22 anos ainda estava solteiro, morando com Hypolito. As filhas: Rita casada com Anselmo Ferreira de Barcellos (Família Ferreira Barcellos) e Ana Rosa, esposa de Joze Ferreira Telles de Menezes

15 Nas Listas Nominativas a naturalidade ou origem normalmente é explicitada apenas para o chefe do domicílio.

16 AESP, LNH, Franca 1805. 1ª Cia. de Ordenanças, fogo nº1.

17 AESP, LNH, Franca 1809. 1ª Cia. de Ordenanças, fogo nº1.

18 No acompanhamento nominativo dos filhos de Hypolito Antonio Pinheiro, nem todos os filhos foram acompanhados no período.

(Família Ferreira de Menezes) foram listadas com seus esposos como agregados de Hypolito.¹⁹

Nos dois últimos anos (1824 e 1829), deste estudo em que acompanhamos pelas Listas Nominativas, o domicílio chefiado pelo Capitão Hypolito era composto apenas por ele e sua esposa, sem a presença de filhos solteiros. Também foram recenseadas, no ano de 1829, duas crianças pardas: Joze de 9 anos e Domingos com 3 anos, sendo citados como agregados e sem nenhuma relação parental explícita.²⁰

Em 1819, o governador da Província de São Paulo, Carlos Augusto Oeyenhausen, preocupado com notícias de facínoras e criminosos que habitavam o Sertão do Nordeste Paulista, encomendou ao vigário da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Franca e Rio Pardo, Joaquim Martins Rodrigues, um levantamento sobre a população e suas características. O vigário citou em sua lista que o Capitão Hypolito era homem *pacífico e de probidade*.²¹ O vigário, além de registrar um conceito sobre Hypolito, também anotou a sua opinião sobre dois filhos seus: Joaquim Gomes Pinheiro o qual foi citado como homem *perverso e de má nota* e Vicente Gomes Pinheiro citado como *de más intenções*.²²

Hypolito ao se fixar no Nordeste Paulista já era proprietário de escravos e permaneceu assim em todo o período em que acompanhamos. Teve a posse de um

19 AESP, LNH, Franca 1820. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº1.

20 AESP, LNH, Franca 1824. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº1. AESP, LNH, Franca 1829. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº1.

21 CALEIRO, R. LC. L., DE JESUS, A. F. Mulheres honestas e perniciosas, homens refolhados e homicidas hirozos na “lista do vigário” um censo *sui generis* no século XIX. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p.539-563, Jul/Dez 2006. p.552.

22 Ibidem, p. 553.

plantel variável entre 10 e 21 escravos (homens, mulheres e crianças); africanos e crioulos.

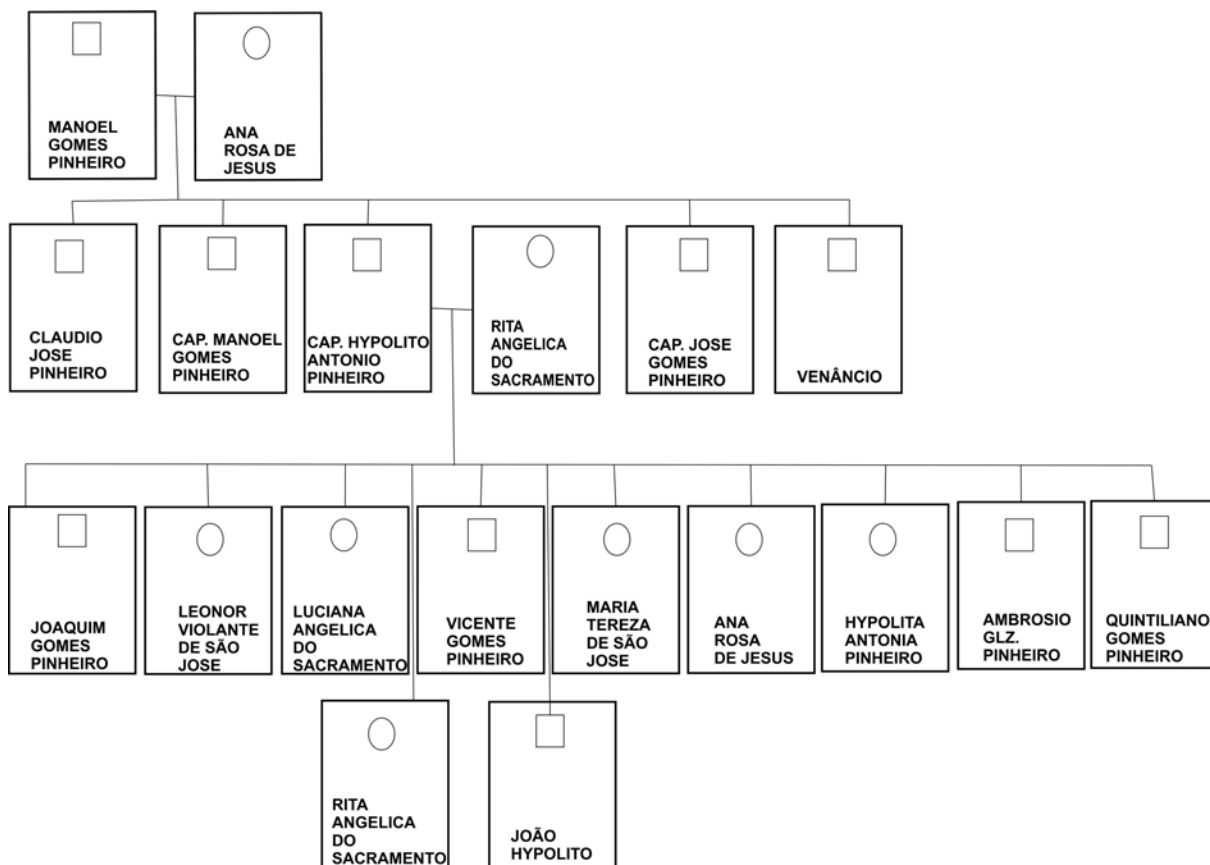
Em todos os recenseamentos, Hypolito se citou como *agricultor* e em determinados momentos também como *criador*. Em seu domicílio havia a produção de *milho, feijão, arroz, farinha, algodão e a criação de cavalos e gados*.

Em agosto de 1840, Hypolito aos 94 anos e viúvo, faleceu na fazenda Cachoeira no Chapadão, no Termo de Franca. Em seu inventário *post-mortem*²³ consta os seguintes bens: bens móveis - 1 imagem do senhor crucificado, de latão, 1 copo de prata, 6 colheres, 3 garfos de prata, ferramentas, 1 corrente, 1 espingarda, 5 foices, 2 copos de vidro, 2 frascos, 11 garrafas pretas, 5 pratos brancos, 1 armário; tangíveis - 2 bois carreiros, 4 vacas (1 parida e 3 solteiras), 3 novilhas, 2 cavalos, 19 porcos grandes, 5 porcos pequenos, 5 éguas; escravos - João Congo, Joaquim Congo, Jeronimo crioulo, Antonio crioulo, Francisco crioulo, Francisco pardo, Rita Banguella, Ana crioula e Maria crioula. Além de 222:000\$000 em notas novas e 21:000\$000 em moedas de cobre.

Figura 1.1

Ascendência e descendência do Capitão Hypolito Antonio Pinheiro

²³ AHMF, Inventários *post mortem*. Arquivo cível 1, caixa 242.



Fonte: LELIS, W.A.M. **Família Gomes Pinheiro** [Mimeo].

Descendentes de Hypolito Antonio Pinheiro

Como visto anteriormente, as famílias migravam compostas pelo casal e os seus descendentes, e em muitos casos com agregados e escravos. Hypolito Antonio Pinheiro migrou do sul de Minas Gerais para o Nordeste Paulista acompanhado de

sua esposa e de seus filhos. Entre eles, o seu primogênito, Joaquim Gomes Pinheiro, teria nascido por volta de 1778. Foi recenseado habitando o domicílio paterno em 1809, já casado com Maria Joana da Silva, filha de Francisco de Paula e Silva, natural de Pitangui e Maria Joana da Silveira, natural da Vila de São Jose do Rio das Mortes. Na Lista Nominativa de Habitantes do ano de 1805, Joaquim Gomes Pinheiro não foi recenseado no domicílio paterno, nem como chefe de outro domicílio. Joaquim deve ter ficado em Minas Gerais, visto que sua esposa tem origem mineira e sua família migrou para o Nordeste Paulista posteriormente.

No ano de 1820, Joaquim Gomes Pinheiro foi recenseado como *chefe de fogo*, com 40 anos de idade, branco, natural de Minas Gerais e casado com Maria Joana, contando 32 anos idade. O casal teve dois filhos: Ana Rosa com 12 anos e Francisco, nascido em 1811 e já falecido no momento do recenseamento.²⁴

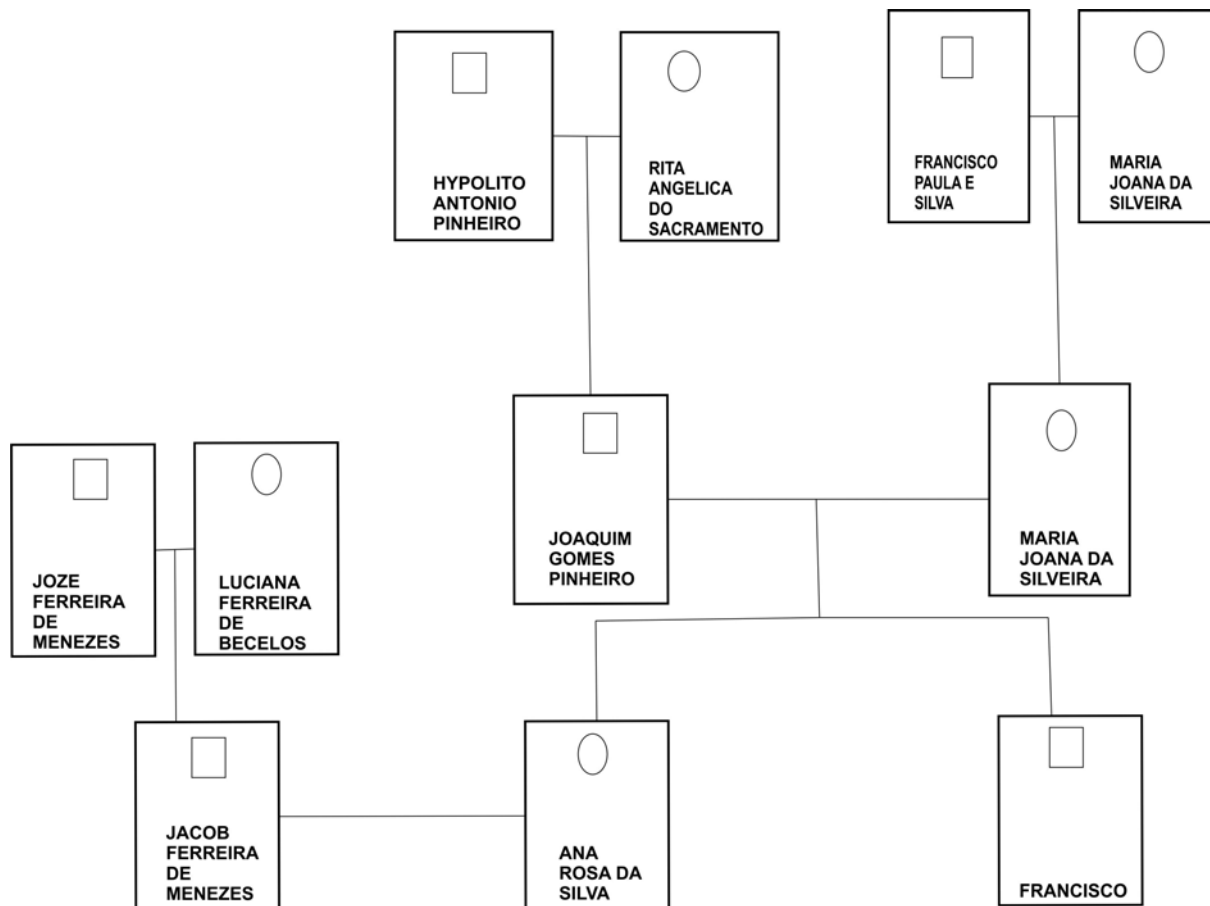
Em 1824, Ana Rosa, filha de Joaquim e neta de Hypolito, então com 20 anos, estava casada com seu primo Jacob Ferreira de Menezes, natural de Santa Luzia do Sabará, com 26 anos. Este filho de Joze Ferreira de Menezes e Luciana Ferreira de Barcelos (casal que também migrou para Franca). Sabendo-se que Luciana era irmã uterina de Hypolito, do segundo casamento de sua mãe. Mesmo após o casamento Ana Rosa continuou a habitar o domicílio paterno na companhia do seu esposo e do filho do casal, Jose com apenas 2 anos de idade (todos citados como agregados).²⁵

Figura 1.2

24 AESP, LNH, Franca 1820. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº111.

25 AESP, LNH, Franca 1824. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº39.

Ascendência e descendência de Joaquim Gomes Pinheiro e Maria Joana da Silveira



Fonte: LELIS, W.A.M. **Família Gomes Pinheiro** [Mimeo].

Em todo o período analisado Joaquim Gomes Pinheiro, filho de Hypolito, aparece como dono de escravos. Enquanto morava com seu pai podemos identificar a posse de 2 escravos africanos em idade produtiva: Luis com 20 anos e Maria com 25 anos. Ao acompanhar a escravaria pertencente a Joaquim observamos o crescimento do plantel para 8 cativos, compostos por africanos, homens e mulheres, em idades produtivas.²⁶

²⁶ AESP, LNH, Franca 1829. 2º Cia. de Ordenanças, fogo nº169.

Como o seu pai, Joaquim Gomes Pinheiro, também se dedicou as atividades agropastoris como o *plantio de milho, feijão e arroz e a criação de equinos e gado*.

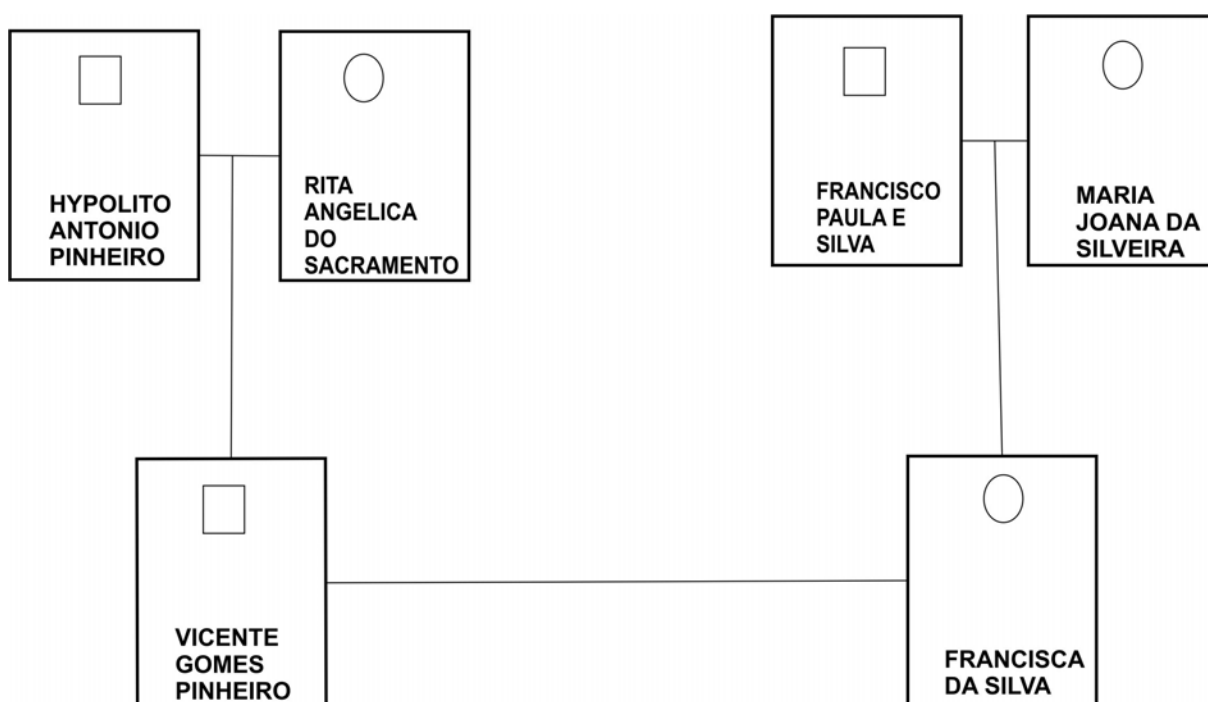
Outro filho de Hypolito Antonio Pinheiro que migrou solteiro com o pai, vindo de Minas Gerais veio a constituir família no Nordeste Paulista foi Vicente Gomes Pinheiro, batizado em Desemboque, casou-se em 1814 na Freguesia de Franca, também com uma filha do casal Francisco de Paula e Silva e Maria Joana da Silveira, a nubente Francisca Angelica da Silva (irmã de Maria Joana da Silva esposa de Joaquim Gomes Pinheiro). Dois irmãos casados com duas irmãs.

O casal Vicente e Francisca foi recenseado em domicílio próprio no ano de 1820, tendo 4 filhos: Antonio com 4 anos, Vicente de 3 anos, Joze de 2 anos e Manoel de 1 ano. Em 1824, tinham nascido mais 4 filhos.²⁷

Figura 1.3

Ascendência de Vicente Gomes Pinheiro e Francisca da Silva

27 AESP, LNH, Franca 1820. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº112. AESP, LNH, Franca 1824. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº38.



Fonte: LELIS, W.A.M. **Família Gomes Pinheiro** [Mimeo].

Em todo o período em que acompanhamos Vicente Gomes Pinheiro como chefe de domicílio (1820 a 1829) ele foi anotado como *criador, agricultor e proprietário de 3 a 5 escravos*.²⁸

Em 1824, a filha de Hypolito, Luciana Angélica do Sacramento, então com 35 anos, branca, era casada com João Joze de Souza, de 42 anos, branco, natural do Arraial de Nossa Senhora da Piedade, Freguesia de Congonhas do Campo,

28 AESP, LNH, Franca 1829. 2º Cia. de Ordenanças, fogo nº177.

Capitania de Minas Gerais. Em todo o período em que acompanhamos o casal, não foi anotado descendência.²⁹

Em 1805, a filha de Hypolito, Maria Tereza de Jesus ou São Joze³⁰, foi anotada como agregada do pai na companhia de seu esposo João Glz. de Campos, porém em 1809 estavam em domicílio próprio. Esse casal foi acompanhado nas Listas entre os anos de 1805 a 1829, tendo ao longo do período 4 filhos: Magdaleno, Francisco, Manoel e Maria.

A filha do casal Hypolito e Rita, Ana Rosa de Jesus, casou-se em 1819 com o seu primo Joze Teles de Menezes, natural de São Jose do Rio das Mortes, este filho de Joze Ferreira de Menezes e Luciana Ferreira de Barcelos (irmã uterina de Hypolito do segundo casamento de sua mãe) (Figura 1.4). O casal Ana e Joze foi anotado na condição de agregado ao domicílio do pai dele, Joze Ferreira de Menezes, no ano de 1820. Adiante em 1829, o casal Joze Teles de Menezes, com 41 anos, branco e sua esposa Ana Rosa de Jesus, com 42 anos, também branca, apareceram recenseados em domicílio próprio. Além do casal, foram citados 6 filhos com idades entre 1 a 10 anos.

Joze Teles de Menezes teve recenseada como sua ocupação a de *negociante*, sendo também anotada a propriedade de 9 escravos africanos e nacionais.³¹

Segundo o genealogista Álvaro Ferreira de Paula, o referido casal Joze Teles e Ana Rosa, os quais foram recenseados no ano de 1832 como moradores no

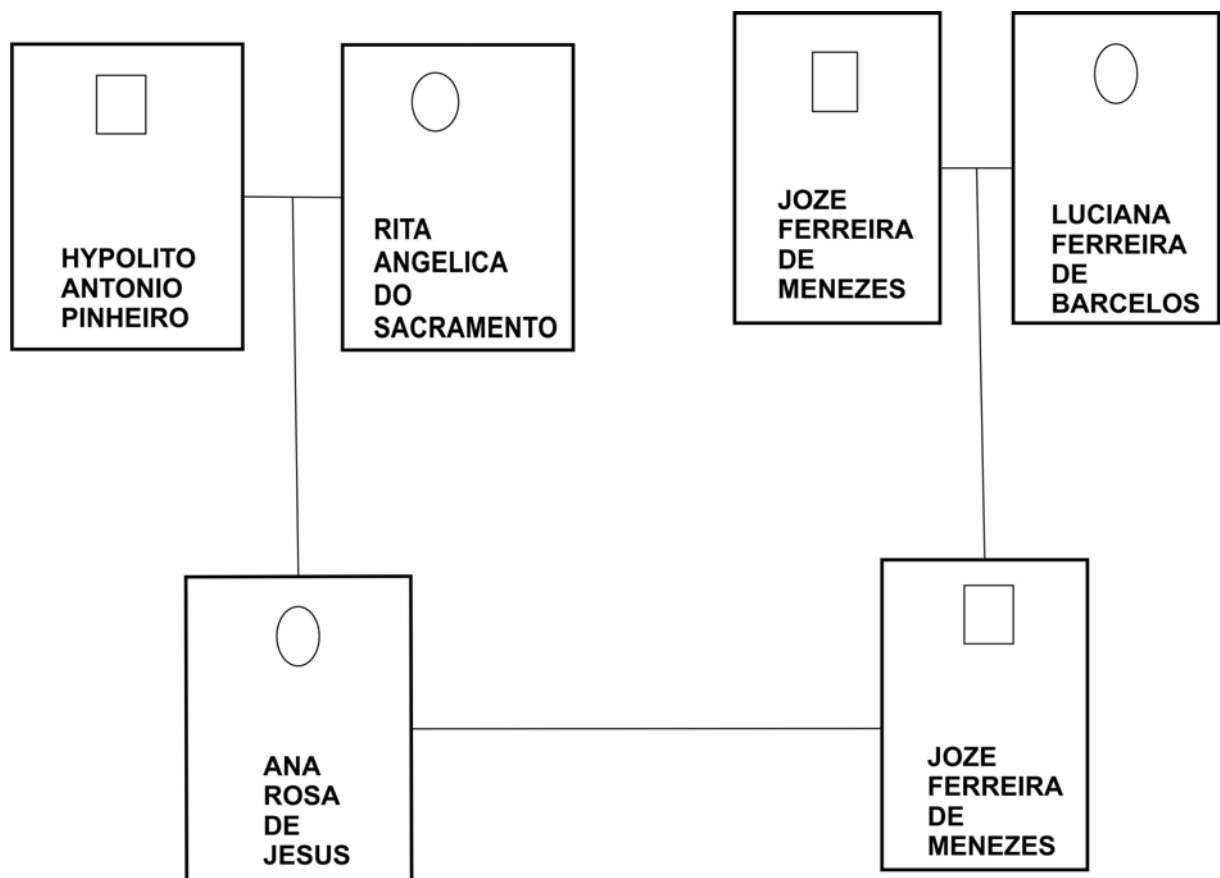
29 AESP, LNH, Franca 1824. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº57. AESP, LNH, Franca 1829. 2º Cia. de Ordenanças, fogo nº167.

30 No ano de 1843, Maria Tereza ficou viúva e nesse mesmo ano casou-se com Joze Joaquim de Oliveira, viúvo de sua irmã Hipólita.

31 AESP, LNH, Franca 1829. 2º Cia. de Ordenanças, fogo nº161.

Distrito da Capela de Nossa Senhora das Dores do Campo Formoso (atual Campo Florido, região do Triângulo mineiro, Minas Gerais).³²

Figura 1.4
Ascendência de Ana Rosa de Jesus e Joze Ferreira de Menezes



Fonte: LELIS, W.A.M. **Família Gomes Pinheiro** [Mimeo].

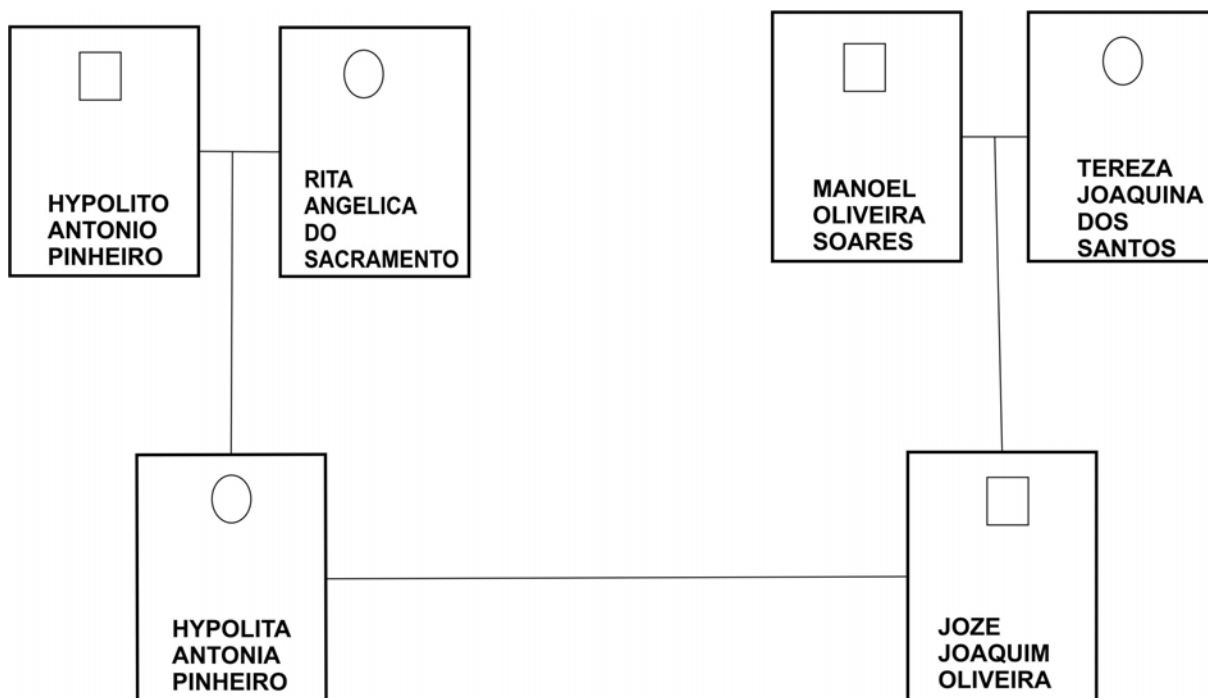
32 PAULA, A. F. **Desbravadores do Carmo do Fructal**. História e genealogia de um descendente. Belo Horizonte, 2004.

A filha de Hypolito, Hypolita Antonia Pinheiro (Figura 1.5), casou-se no ano de 1812 na Freguesia de Franca, com Joze Joaquim de Oliveira, natural de Congonhas do Campo, Capitania de Minas Gerais, filho de Manoel Oliveira Soares e Tereza Joaquina dos Santos. No ano de 1820, o casal Joze, com 26 anos, branco e sua esposa Hipólita, com 28 anos, também branca, residiam no fogo número 114 na 1ª Companhia de Ordenanças. Nesse mesmo ano, o casal tinha 4 filhos: Manoel de 7 anos, Maria de 5 anos, Ana de 4 anos e Maria de 2 anos.

*Joze Joaquim de Oliveira foi arrolado como agricultor ,e criador, produziu 30 carros de milho, 15 carros de feijão e vendeu 20 porcos. Foi proprietário de 9 a 11 escravos no período de 1820 a 1829.*³³

Figura 1.5

Ascendência de Hypolita Antonia Pinheiro e Joze Joaquim de Oliveira



33 AESP, LNH, Franca 1820. 1ª Cia. de Ordenanças, fogo nº114. AESP, LNH, Franca 1829. 2ª Cia. de Ordenanças, fogo nº168.

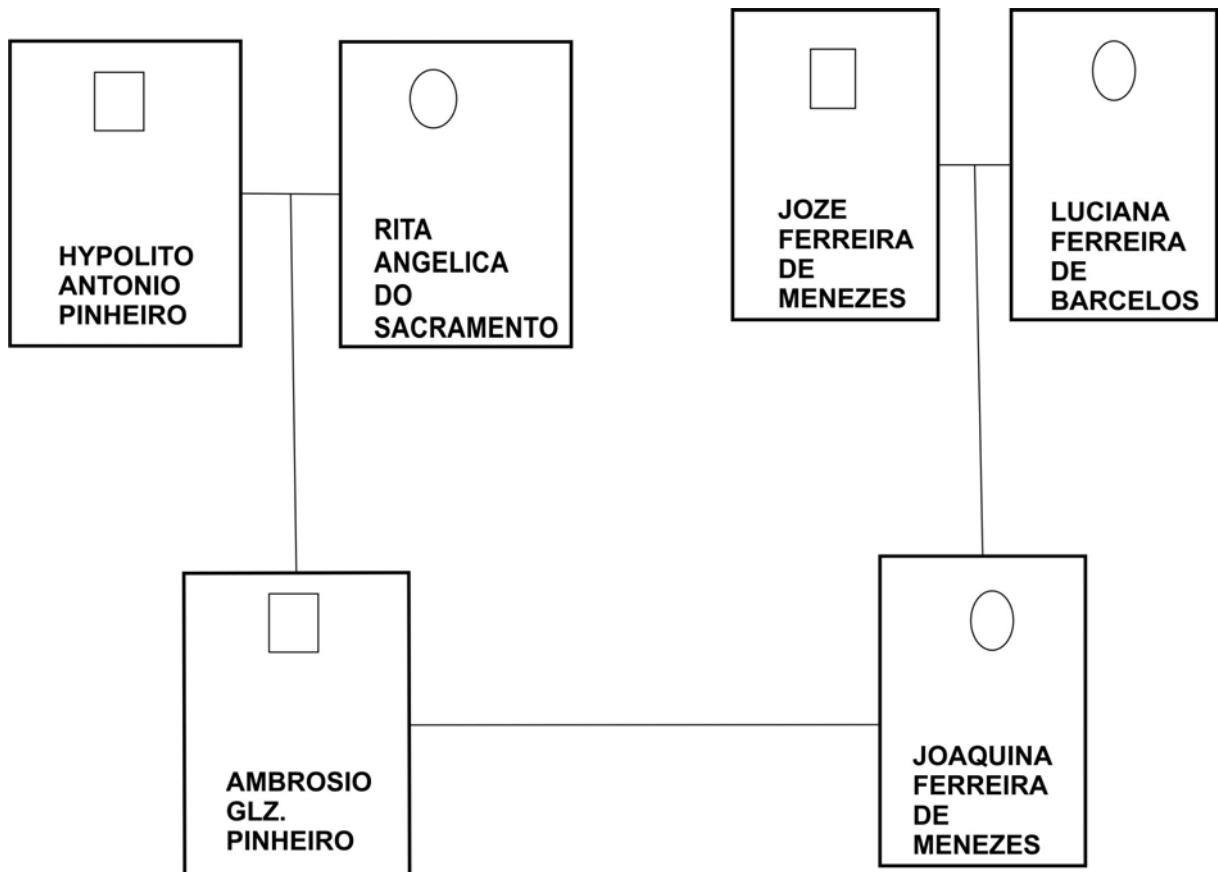
Fonte: LELIS, W.A.M. **Família Gomes Pinheiro** [Mimeo].

Ambrosio Gonçalves Pinheiro, outro filho de Hypolito Antonio Pinheiro e Rita Angelica do Sacramento, casou-se em 1814 com sua prima Joaquina Ferreira de Menezes, natural de São Jose do Rio das Mortes. Ela, filha de Joze Ferreira de Menezes e Luciana Ferreira de Barcelos (Família Telles de Menezes). O casal foi listado no Termo de Franca, no ano de 1824, em domicílio chefiado por Ambrosio, com 27 anos, branco, agricultor e sua mulher Joaquina, de 27 anos, também branca. Dessa união nasceram 6 filhos: Joaquim, Antonio, Joze, Maria, Mariana e Ana.³⁴

Figura 1.6

Ascendência de Ambrosio Glz. Pinheiro e Joaquina Ferreira de Menezes

34 AESP, LNH, Franca 1824. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº40.



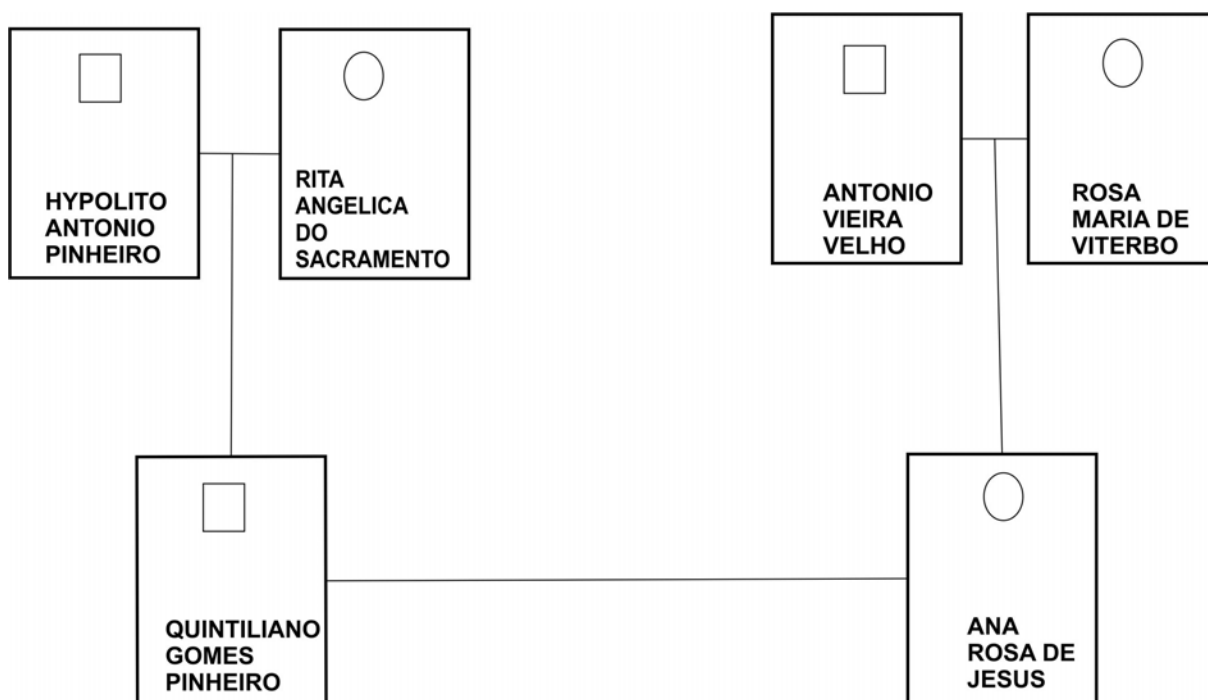
Fonte: LELIS, W.A.M. **Família Gomes Pinheiro** [Mimeo].

Outro filho de Hipólito que constituiu família no Nordeste Paulista foi Quintiliano Gomes Pinheiro que se casou no ano de 1821, também com uma prima chamada Ana Rosa de Jesus, esta natural de Franca, filha de Antonio Vieira Velho (II) e de Rosa Maria de Viterbo, irmã de Hypolito por parte de mãe, do segundo casamento da matriarca. No recenseamento de 1824, Quintiliano e sua esposa Ana Rosa, habitavam o domicílio de número 36 da 1ª Companhia de Ordenanças, com o filho Joze de 1 ano. Quintiliano teve como ocupação citada a de *agricultor* era

proprietário de 10 escravos. Em 1829, Quintiliano tem a modificação da ocupação que passou a ser a de *negociante* e a sua posse diminuiu para 7 escravos.³⁵

Figura 1.7

Ascendência de Quintiliano Gomes Pinheiro e Ana Rosa de Jesus



Fonte: LELIS, W.A.M. **Família Gomes Pinheiro** [Mimeo].

Depois de 1829, Quintiliano e Ana Rosa, filho e escravos também migraram para o Distrito da Capela de Nossa Senhora das Dores do Campo Formoso (Campo Florido/Minas Gerais), Quintiliano Gomes Pinheiro passou a ser proprietário no

35 AESP, LNH, Franca 1824. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº36. AESP, LNH, Franca 1829. 2º Cia. de Ordenanças, fogo nº178.

Triângulo Mineiro das fazendas: São Mateus, Cachoeira do Marimbondo, Ribeirão dos Bois e Bom Jardim.³⁶

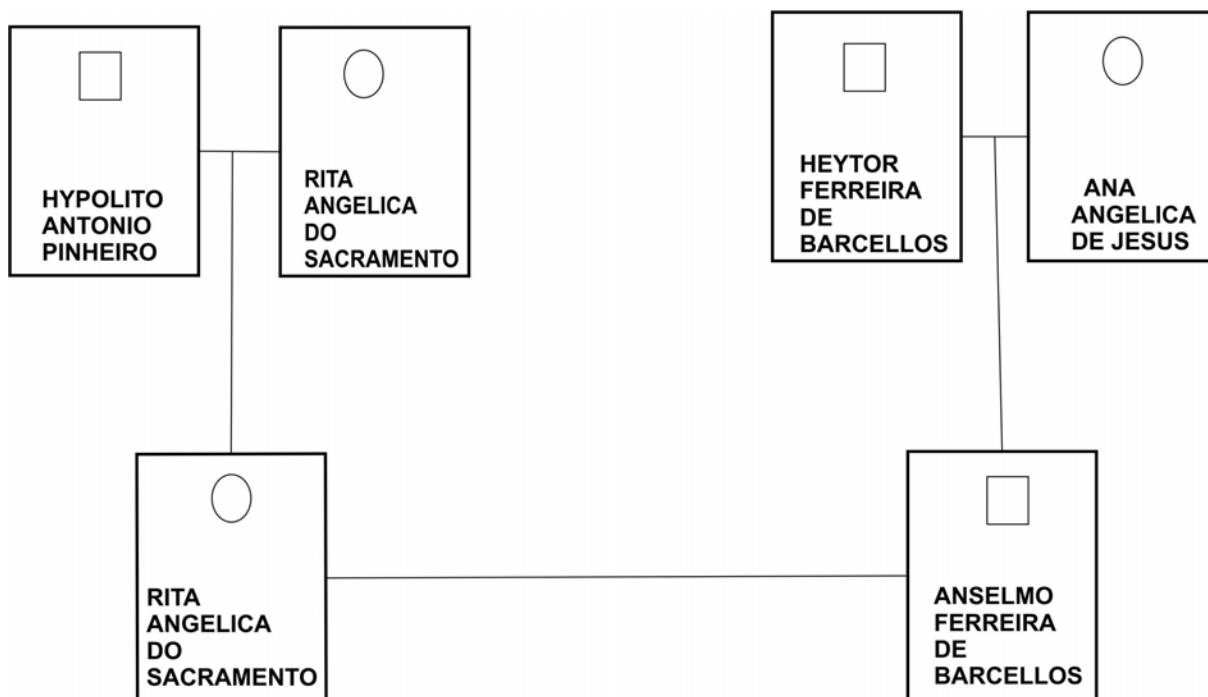
Rita Angélica do Sacramento (ou de Jesus) filha mais nova de Hypolito Antonio Pinheiro e Rita Angelica do Sacramento, casou-se em 1816, com seu primo Anselmo Ferreira de Barcelos, nascido em Minas Gerais, no ano de 1791 na Paróquia do Desterro na Vila de São José do Rio das Mortes. Anselmo era filho de Heytor Ferreira de Barcellos (irmão de Hypolito) e Ana Angelica de Jesus. Consta como padrinho de seu batismo Antonio Vieira Velho (II), esposo de sua tia Rosa Maria de Viterbo.³⁷

Figura 1.8

Ascendência de Rita Angelica do Sacramento e Anselmo Ferreira de Barcellos

36 PAULA, A. F. **Desbravadores do Carmo do Fructal**. História e genealogia de um descendente. Belo Horizonte, 2004.

37 AEDSJDR, FPMSA, Vila de São José do Rio das Mortes, 1791, Livro 9. Rosa Maria de Viterbo faleceu em 1822 e o viúvo Antônio Vieira Velho casou-se novamente em Franca com Francisca Cândida, migrando posteriormente com a família para Campo Formoso no Triângulo Mineiro.



Fonte: LELIS, W.A.M. **Família Gomes Pinheiro** [Mimeo].

O casal Anselmo e Rita passaram a habitar, na condição de agregado, o domicílio de Hypolito (pai de Rita tio/sogro de Anselmo). No ano de 1829, encontrava-se o casal em seu próprio domicílio. Anselmo³⁸, então recenseado com 57 anos, branco, tendo como ocupação *negociante* e Rita Angelica, com 37 anos, também branca. Além do casal, foi arrolado no fogo uma criança como agregada e a propriedade de 11 escravos.³⁹

1.2 Família Ferreira Barcellos

38 Anselmo Ferreira de Barcelos foi personagem central da revolta denominada “Anselmada”. Ver: ANTÔNIO, E. M. M. **A Anselmada: a trama de uma sedição**. (1838). Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, 1999 e SILVA, F. L. C. P. **A Anselmada em Franca século XIX: entre o conciliador e o quixotesco**. Franca: UNESP – FHDSS, 1999.

39 AESP, LNH, Franca 1829. 2º Cia. de Ordenanças, fogo nº139.

Após o falecimento de Manoel Gomes Pinheiro, Ana Rosa de Jesus, natural da Ilha do Faial se casou uma segunda vez com Jose de Barcellos Ferreira, natural da Ilha Terceira. Nesta união foram gerados seis filhos: Joaquim de Barcellos Ferreira, Antonio Ferreira de Barcellos, Heytor Ferreira de Barcellos, Anselmo, Luciana Ferreira de Barcelos e Rosa Maria de Viterbo.⁴⁰ Consequentemente estes foram irmãos de Hypolito Antonio Pinheiro por parte de mãe.

Heytor Ferreira de Barcellos, natural da Freguesia de São Jose do Rio das Mortes, Comarca do Rio das Mortes, nascido por volta de 1759, casou-se com Ana Angelica de Jesus, filha de Jose Ferreira Telles e Eugenia Maria de São Joaquim (irmã de Joze Ferreira de Menezes, casado com Luciana Ferreira de Barcelos, irmã do dito Heytor).

No censo de 1805, Hypolito como recenseador no Sertão do Rio Pardo, listou o meio irmão Heytor Ferreira de Barcellos, com 42 anos, natural da Freguesia de São Jose do Rio das Mortes, casado com Ana Angelica de Jesus, 34 anos e seus filhos: Claudio com 12 anos, Anselmo 11 anos, Heytor 9 anos, Joze 7 anos, Joaquina 2 anos, Ana Rosa 17 anos, Maria 16 anos, Silveria 8 anos e Cândida 6 anos⁴¹.

Passados quatro anos todos os filhos de Heytor e Ana continuavam solteiros no domicílio paterno na Freguesia de Franca. A família de Heytor passou por um crescimento com o nascimento das filhas: Rita com 4 anos e Hypolita com 2 anos (homônima da prima filha de Hypolito).⁴²

No ano de 1820, Heitor e sua esposa ainda tinham filhos residindo em seu domicílio⁴³. Alguns deles não mais habitavam o domicílio, em razão do matrimônio.

40 LELIS, W.A.M. **Família Ferreira de Barcellos** [Mimeo].

41 AESP, LNH, Franca 1805. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº2.

42 AESP, LNH, Franca 1809. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº2.

43 AESP, LNH, Franca 1820. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº2.

Anselmo se casou com Rita Angelica do Sacramento (Família Gomes Pinheiro), Ana Rosa casada com Joaquim de Paula e Silva (Família Paula e Silva), Maria Angelica esposa de Manoel de Mendonça Ribeiro (Família Mendonça Ribeiro) e Silveria casada com Andre de Mendonça Ribeiro (Família Mendonça Ribeiro).

Durante o período em que acompanhamos a família de Heytor Ferreira de Barcellos, em quase todos os anos o seu domicílio teve a presença de agregados. Em 1805, foram seus agregados: João do Rego, então com 40 anos, e sua esposa Ana Maria, 50 anos e quatro filhos. Em 1809, Heytor agregou outro casal: Joze Pires 40 anos e Ana Pires, 50 anos com cinco filhos. Até 1824 agregou dois forros: Manoel Antonio e Rita. Somente no recenseamento de 1824, foi arrolado um filho casado de Heytor como seu agregado: Joze Ferreira de Barcellos e sua esposa Constância Angelica da Silva (Família Paula e Silva).⁴⁴

No primeiro ano em que foi recenseado Heytor já era proprietário de escravos. Seu plantel variou entre 10 cativos em 1805 e 23 em 1820.

Em todo o período Heytor Ferreira de Barcellos foi arrolado como *criador e agricultor, produzindo feijão, arroz, milho e comercializando barris de água, porcos e sal*.

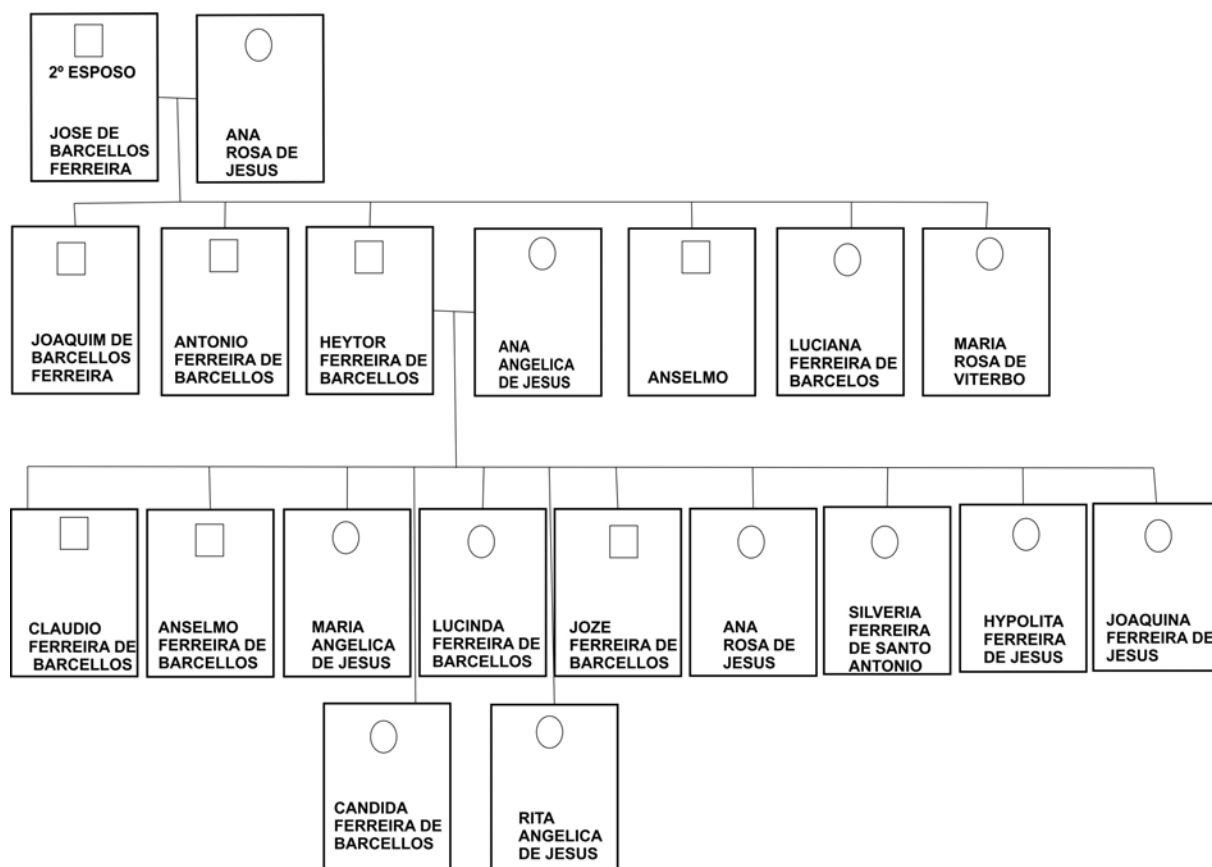
Heitor faleceu em 1837, deixando um testamento, feito em 1836, de forma amigável com sua esposa Ana Angelica. Os bens do casal somaram o montante de 14:548\$800, deixados para os 11 filhos vivos do casal.⁴⁵

Figura 1.9

Ascendência e descendência de Heytor Ferreira de Barcellos

⁴⁴ AESP, LNH, Franca 1824. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº2.

⁴⁵ AHMF, Testamento, Arquivo cível 2, caixa 7.



Fonte: LELIS, W.A.M. **Família Ferreira de Barcellos** [Mimeo].

Descendentes de Heitor Ferreira de Barcellos

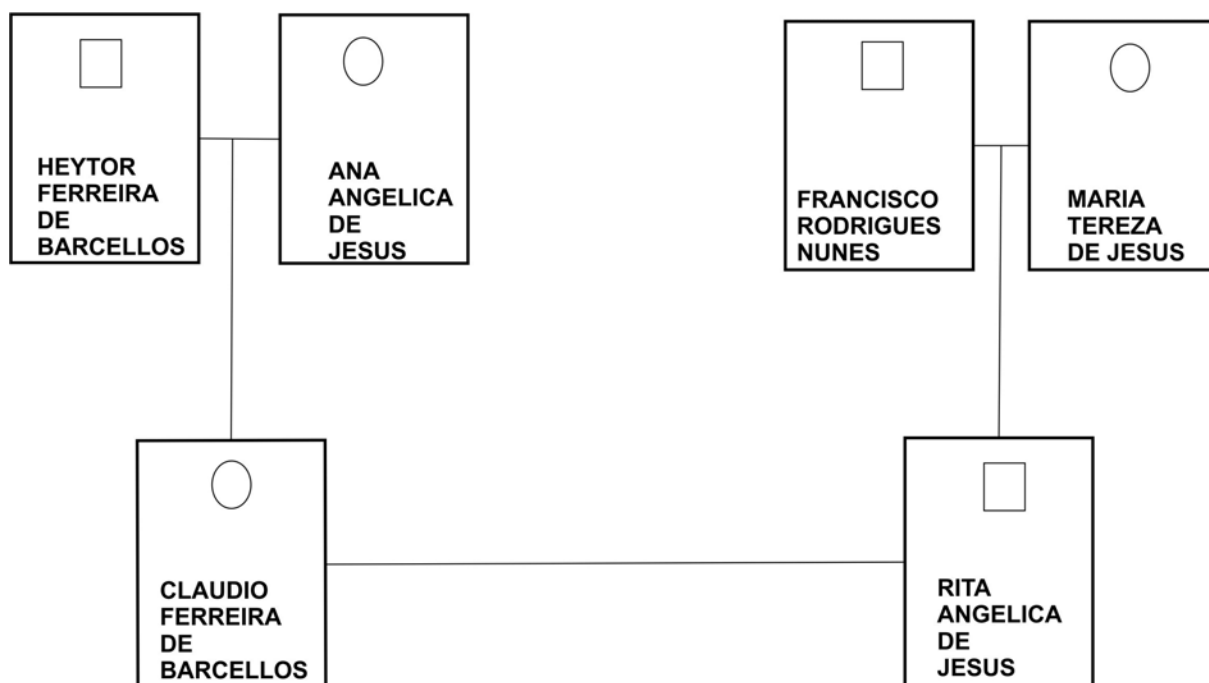
Adiante tratar-se-á da trajetória dos onze descendentes de Heytor Ferreira de Barcellos.

Claudio Ferreira de Barcellos casou-se em 1822 com Rita Angelica de Jesus, natural de São Bento do Tamanduá (sul de Minas Gerais atual Itapecerica), filha de Francisco Rodrigues Nunes e Maria Tereza de Jesus. No recenseamento de 1824, em Franca, o casal Claudio e Rita, foi citado habitando o domicílio de número 32 da

1º Companhia de Ordenanças. Ele, 40 anos, branco, e ela foi arrolada com 14 anos.⁴⁶

Figura 1.10

Ascendência de Claudio Ferreira de Barcellos Rita Angelica de Jesus



Fonte: LELIS, W.A.M. **Família Ferreira de Barcellos** [Mimeo].

Nos dois anos (1824,1829) em que acompanhamos Claudio, ele dedicou-se a agricultura, produzindo *milho*, *feijão* e *arroz* e criando *porcos*. Foi proprietário de um plantel de 4 escravos que aumentou para 7 em 1829.⁴⁷

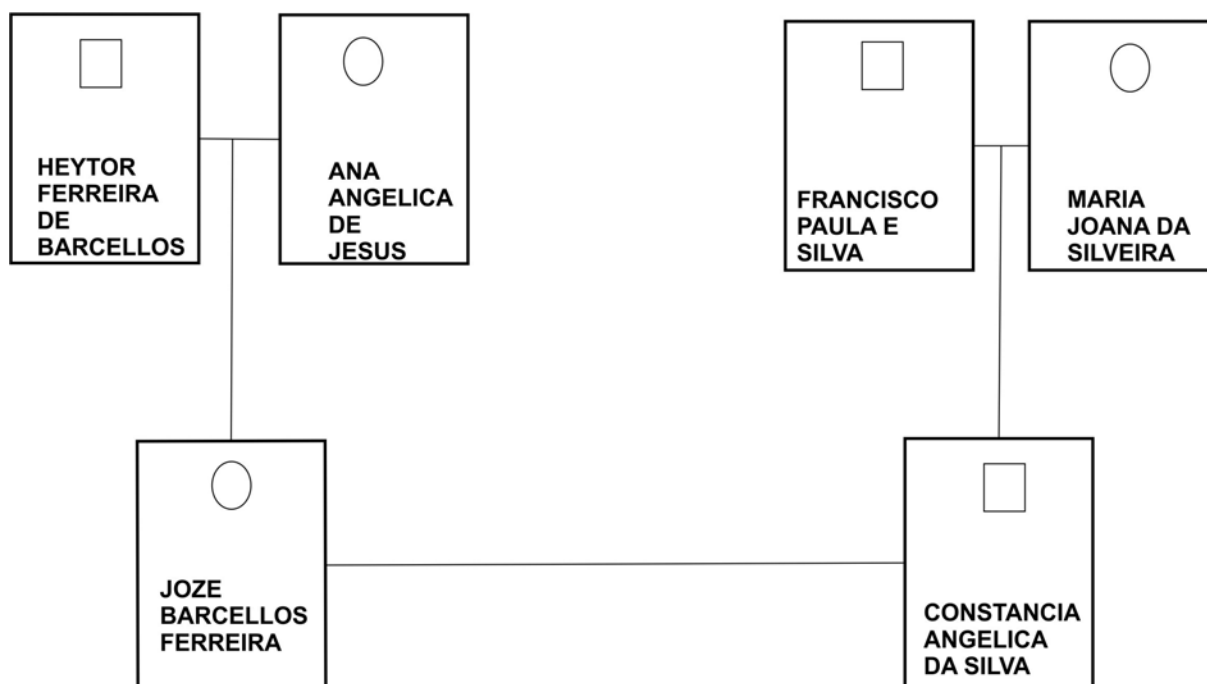
46 AESP, LNH, Franca 1824. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº32.

47 AESP, LNH, Franca 1829. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº27.

O filho de Heytor Ferreira de Barcellos, Joze de Barcellos Ferreira (mesmo nome do avô paterno, segundo marido de Ana Rosa de Jesus), natural de Pitangui, casou-se com Constância (ou Gertrudes) Angelica da Silva (ou Silveira), natural de Congonhas do Campo, filha de Francisco de Paula e Silva e Maria Joana da Silveira. Após o casamento, o casal, Joze e Constância, viviam como agregados no domicílio do pai de Joze. (Figura 1.11).

Figura 1.11

Ascendência de Joze Ferreira de Barcellos e Constancia Angelica da Silva



Fonte: LELIS, W.A.M. **Família Ferreira de Barcellos** [Mimeo].

Em 1829, Joze de Barcellos Ferreira, com 30 anos, branco e sua esposa Constancia Angelica da Silva, de 25 anos, também branca, eram pais de Joze,

de 3 anos. Joze Barcellos Ferreira, arrolado agora como chefe de domicílio era *agricultor* e proprietário de 5 escravos (3 homens e 2 mulheres).⁴⁸

A filha de Heytor Ferreira de Barcelos e Ana Angelica de Jesus, Lucinda Ferreira de Barcelos, natural de Pitangui, casou-se com Francisco de Paula Silveira, filho de Francisco de Paula e Silva e Maria Joana da Silveira. No ano de 1820, o casal Francisco e Lucinda residiam em Franca, em domicílio próprio. Francisco com 30 anos, branco e Lucinda de 36 anos, também branca. O casal tinham 6 filhos com idades entre 1 a 14 anos⁴⁹.

Francisco de Paula Silveira foi citado, primeiramente como *criador e agricultor*, sendo anotado posteriormente como *carpinteiro*. Em todo o período (1820 a 1824) foi proprietário de escravos, primeiro de 9 diminuindo para 5 cativos o seu plantel.⁵⁰

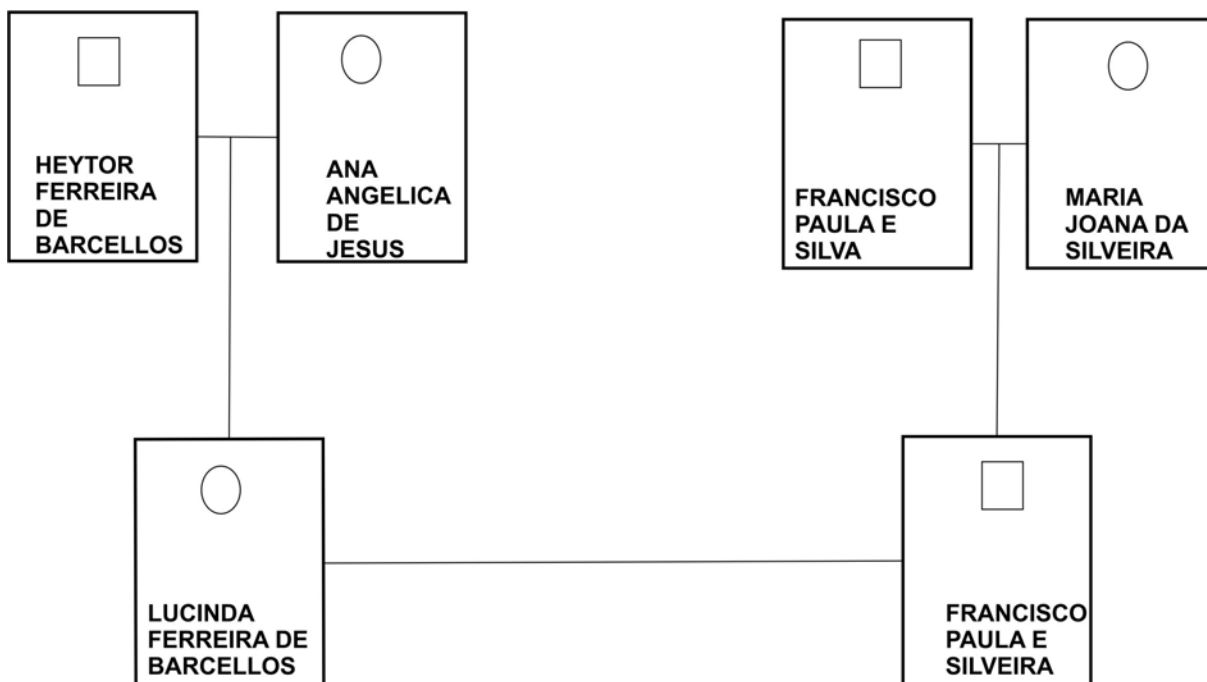
Figura 1.12

Ascendência de Lucinda Ferreira de Barcellos e Francisco Paula e Silveira

48 AESP, LNH, Franca 1829. 2º Cia. de Ordenanças, fogo nº5.

49 AESP, LNH, Franca 1820. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº189.

50 AESP, LNH, Franca 1824. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº210



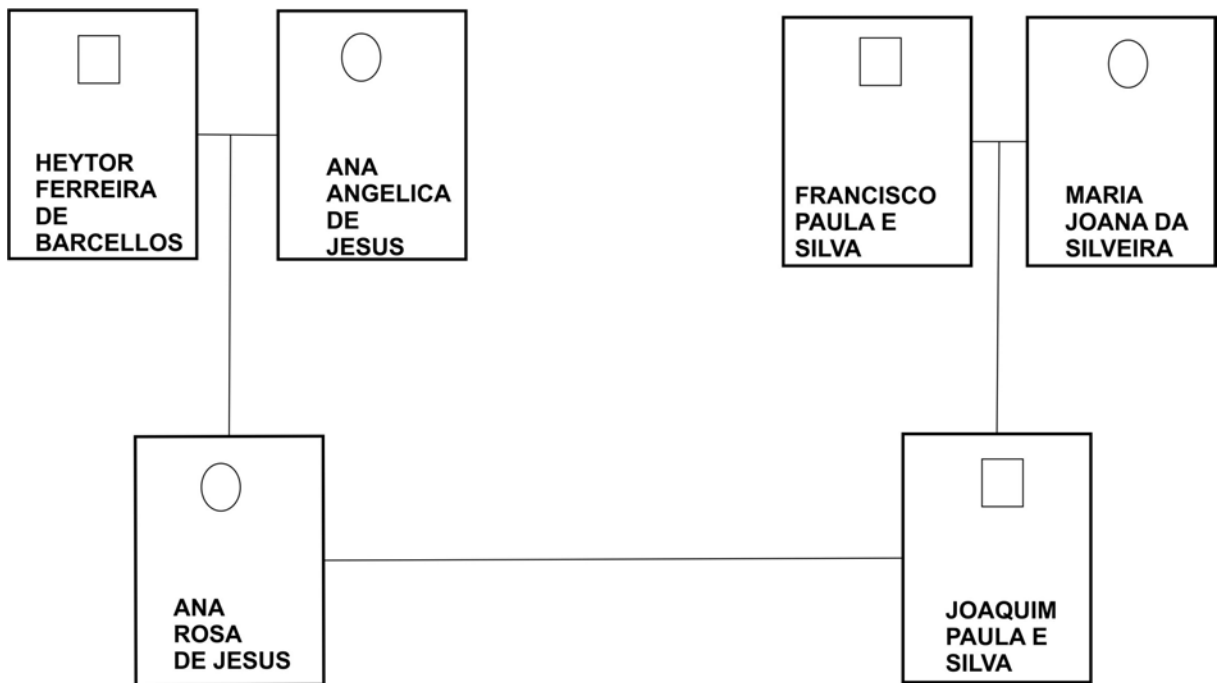
Fonte: LELIS, W.A.M. **Família Ferreira de Barcellos** [Mimeo].

Outra filha do casal Heytor e Ana Angélica, também se casou com um descendente da família Paula e Silva. Ana Rosa de Jesus, natural de Pitangui, casou-se no ano de 1812, com Joaquim de Paula e Silva (irmão de Francisco de Paula Silveira). No ano de 1820, Joaquim com 36 anos, branco e sua esposa Ana Rosa, de 28 anos, branca, foram recenseados como moradores do fogo de número 148 na 1º Companhia de Milícias, em Franca. O casal tinha 4 filhos com idades entre 1 a 7 anos.⁵¹

Figura 1.13

Ascendência de Ana Rosa de Jesus e Joaquim de Paula e Silva

⁵¹ AESP, LNH, Franca 1820. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº148



Fonte: LELIS, W.A.M. **Família Ferreira de Barcellos** [Mimeo].

Maria Angelica de Jesus, natural de São Jose do Rio das Mortes, batizada aos 08/05/1794⁵² na Capela do Desterro, filha de Heytor Ferreira de Barcelos e Ana Angelica de Jesus, casou-se com Manoel de Mendonça Ribeiro, natural de São Bento do Tamanduá (localidade do sul de Minas Gerais, atual Itapecerica), filho de Teodosio de Mendonça Ribeiro e Rosa Maria de Jesus (Família Mendonça Ribeiro).

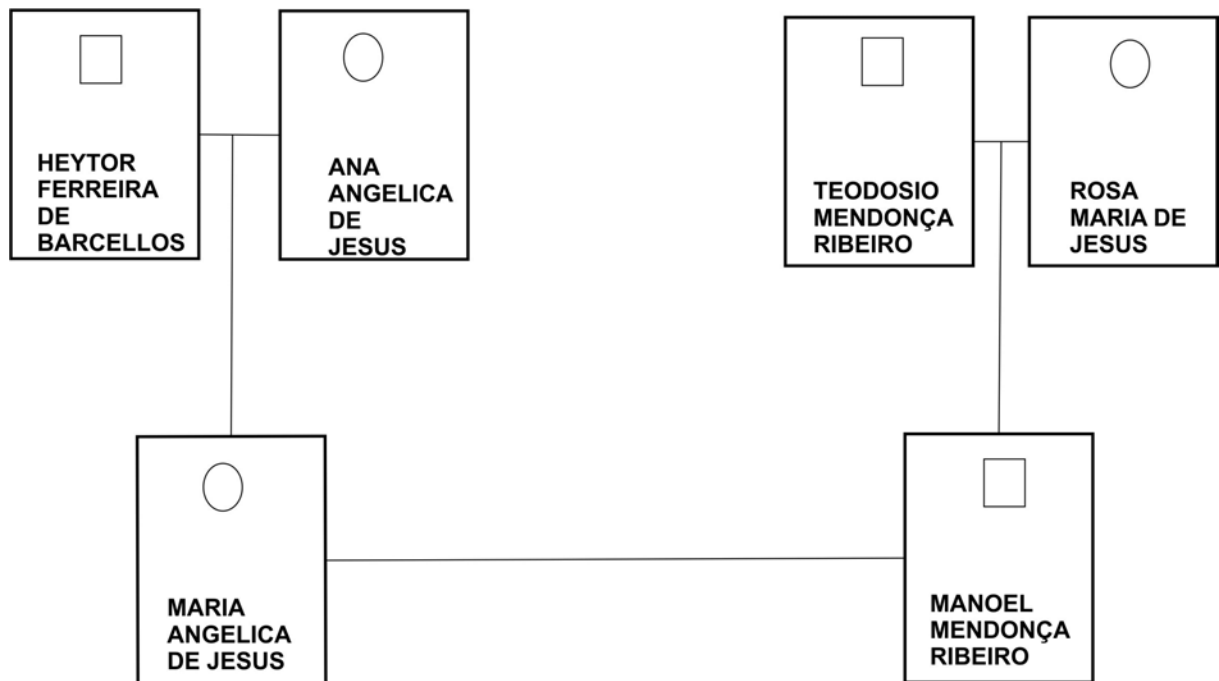
No ano de 1824, o casal Manoel e Maria Angelica, residia no domicílio de número 3 da 1ª Companhia em Franca. Manoel com 20 anos, branco, ferreiro, e

52 Foram padrinhos de Maria Angelica sua tia Luciana Ferreira de Barcelos e seu esposo Joze Ferreira de Menezes. AEDSJDR, FPMSA, Vila de São Jose do Rio das Mortes, 1794, Livro 9.

sua esposa Maria Angelica, tendo 27 anos, branca, tinham nesse ano 3 filhos, tendo nascido mais 3 até 1829. Manoel de Mendonça Ribeiro, era proprietário de 2 escravos e a sua posse aumentou para 6 cativos no ano de 1829.⁵³

Figura 1.14

Ascendência de Maria Angelica de Jesus e Manoel de Mendonça Ribeiro



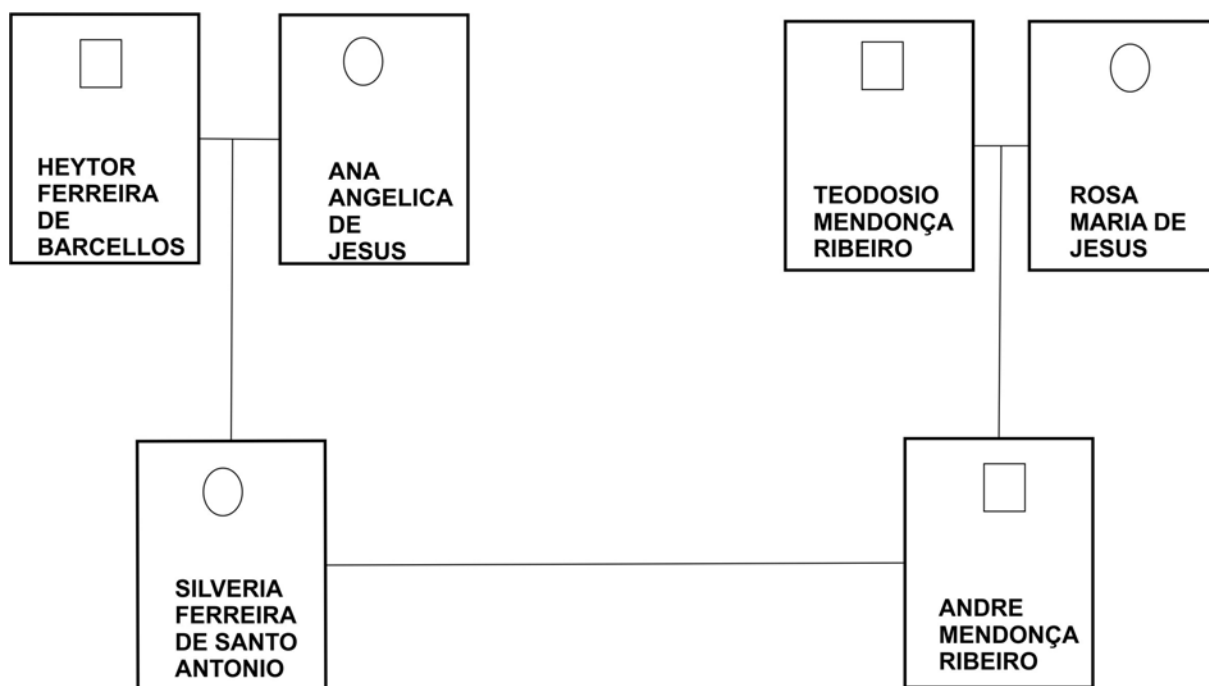
Fonte: LELIS, W.A.M. **Família Ferreira de Barcellos** [Mimeo].

Em 1817, outra filha de Heytor, Silveria Ferreira de Santo Antônio, casou-se em Franca, com Andre de Mendonça Ribeiro, outro filho de Teodosio Mendonça Ribeiro e Rosa Maria de Jesus. No ano de 1820, esse casal Andre e Silveria, residiam no domicílio de Teodosio (pai de Andre), sendo referidos na

53 AESP, LNH, Franca 1824. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº3. AESP, LNH, Franca 1829. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº7.

condição de agregados. Em 1824, o casal residia em domicílio próprio, Andre, contando com 30 anos, branco⁵⁴ e sua mulher Silveria, de 30 anos, também branca. O casal eram pais de 5 filhos, sendo acrescido 1 filha em 1829.

Figura 1.15
Ascendência de Silveria Ferreira de Santo Antonio e Andre de Mendonça Ribeiro



⁵⁴ Vale lembrar que quando solteiro Andre foi anotado como pardo.

Fonte: LELIS, W.A.M. **Família Ferreira de Barcellos** [Mimeo].

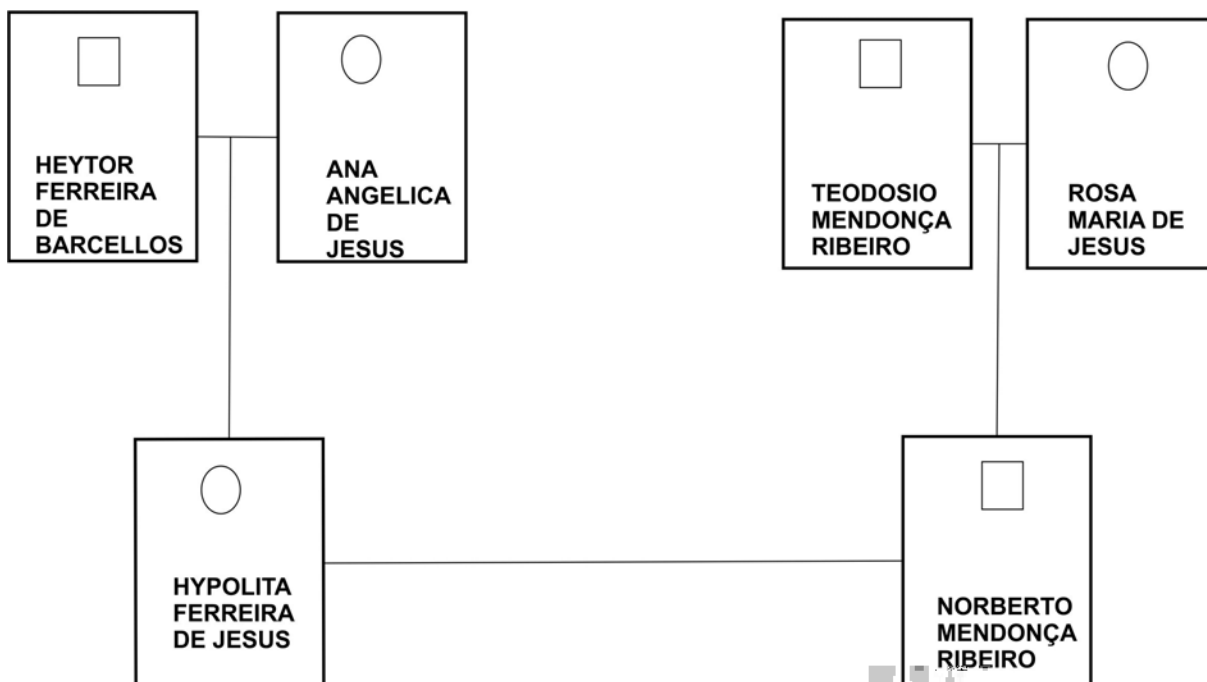
Andre de Mendonça Ribeiro, *agricultor e criador*, produziu *16 carros de milho e vendeu 16 porcos*. Foi listado como proprietário de 2 escravos em 1824, aumentando o seu plantel para 5 escravos no ano de 1829.⁵⁵

Hypolita Ferreira de Jesus, natural de Franca, filha de Heytor (sobrinha de Hypolito), casou-se na Vila Franca em 1824, com Norberto de Mendonça Ribeiro, natural da Vila de Tamanduá (MG), também filho de Teodosio de Mendonça Ribeiro e Rosa Maria de Jesus (Família Mendonça Ribeiro). No mesmo ano, o casal Norberto, com 25 anos e Hypolita, de 18 anos, foram recenseados em domicílio sob chefia de Norberto. No ano de 1829, Norberto e Hypolita eram pais de 3 filhos: Maria, de 5 anos, Maria (outra criança) de 3 anos e Joze de 2 anos.

Figura 1.16

Ascendência de Hypolita Ferreira de Jesus e Norberto de Mendonça Ribeiro

55 AESP, LNH, Franca 1824. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº169. AESP, LNH, Franca 1829. 2º Cia. de Ordenanças, fogo nº51.



Fonte: LELIS, W.A.M. **Família Ferreira de Barcellos** [Mimeo].

Norberto de Mendonça Ribeiro, *agricultor*, foi listado como proprietário de 2 escravos em um primeiro momento (1824), posteriormente aumentou a sua posse para 5 escravos no ano de 1829.⁵⁶

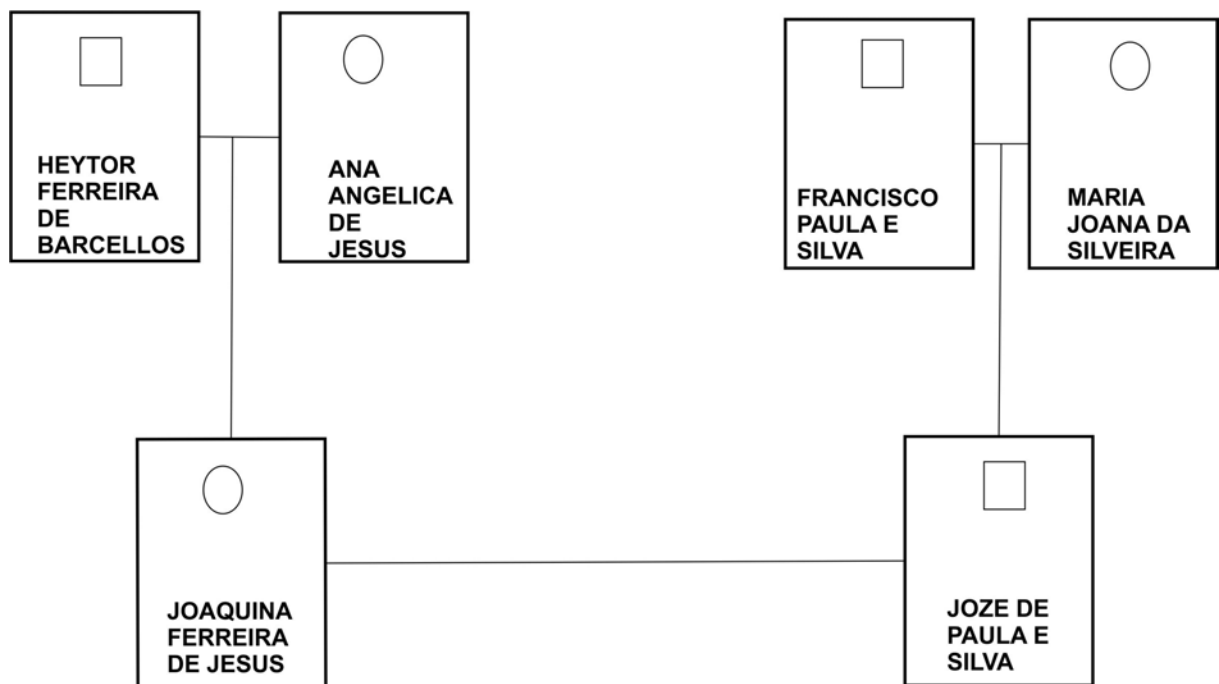
Joaquina de Jesus, outra filha de Heytor, natural da Freguesia de Pitangui (distrito de São Jose do Rio das Mortes Minas Gerais), se casou em 1821 na Vila Franca, com Joze de Paula e Silva, natural da Freguesia de Congonhas do Campo, Minas Gerais, filho de Francisco de Paula e Silva e Maria Joana da Silveira.

56 AESP, LNH, Franca 1824. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº170. AESP, LNH, Franca 1829. 2º Cia. de Ordenanças, fogo nº52.

O casal Joze e Joaquina, foi recenseado como moradores do domicílio de número 61 da 1ª Companhia de Ordenanças do Termo de Franca, em 1824. Consta Joze, 26 anos, branco, casado com Joaquina, de 20 anos, também branca. Além do casal, foi arrolada a filha Maria, de 2 anos e a posse de 3 escravos.⁵⁷

Figura 1.17

Ascendência de Joaquina Ferreira de Jesus e Joze de Paula e Silva



Fonte: LELIS, W.A.M. **Família Ferreira de Barcellos** [Mimeo].

Novamente, as famílias de Heytor Ferreira de Barcelos, por meio de sua filha, e Francisco de Paula e Silva, por meio de seu filho, se uniram por meio do

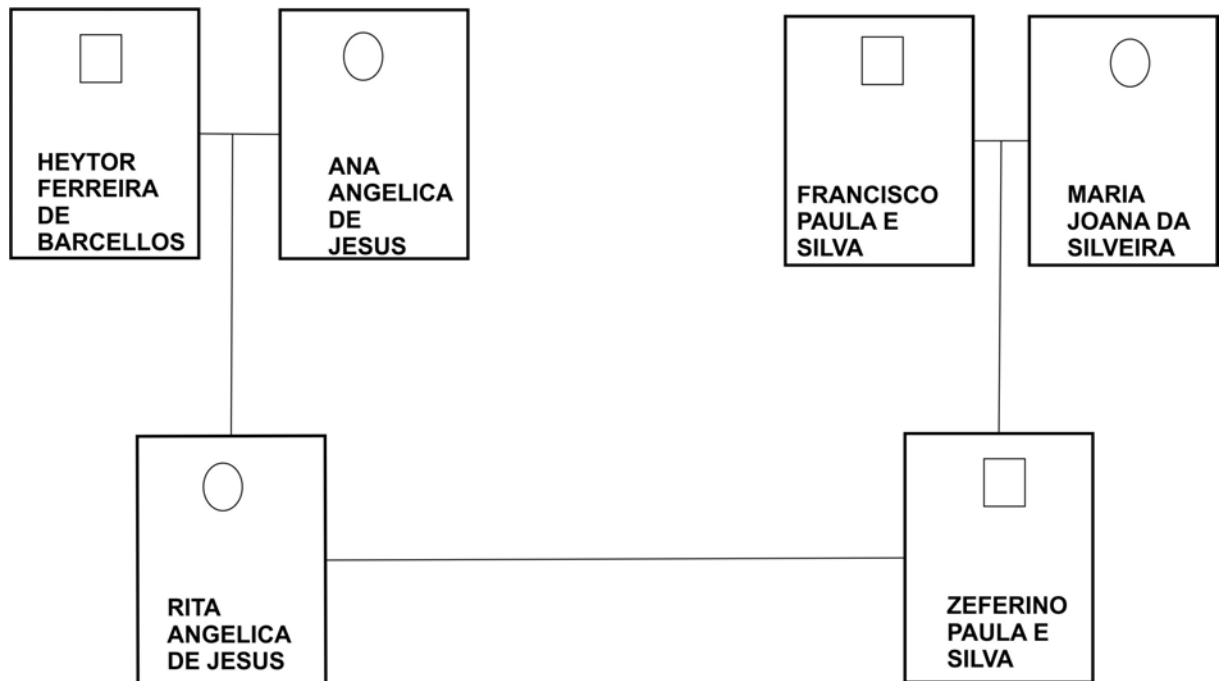
57 AESP, LNH, Franca 1824. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº61.

casamento de seus filhos – Rita Angelica de Jesus se casou em 1826, em Franca, com Zeferino Paula e Silva.

Zeferino, com 24 anos, foi recenseado como chefe de domicílio em 1829. No domicílio por ele chefiado estavam sua esposa, Rita Angelica, de 19 anos e o filho Joze de 2 anos.⁵⁸

Figura 1.18

Ascendência de Rita Angelica de Jesus e Zeferino Paula e Silva



Fonte: LELIS, W.A.M. **Família Ferreira de Barcellos** [Mimeo].

58 AESP, LNH, Franca 1829. 2º Cia. de Ordenanças, fogo nº6.

Zeferino, com 24 anos foi recenseado como chefe de domicílio em 1829. No domicílio por ele chefiado estavam sua esposa, Rita Angelica, de 19 anos e o filho Joze de 2 anos.⁵⁹

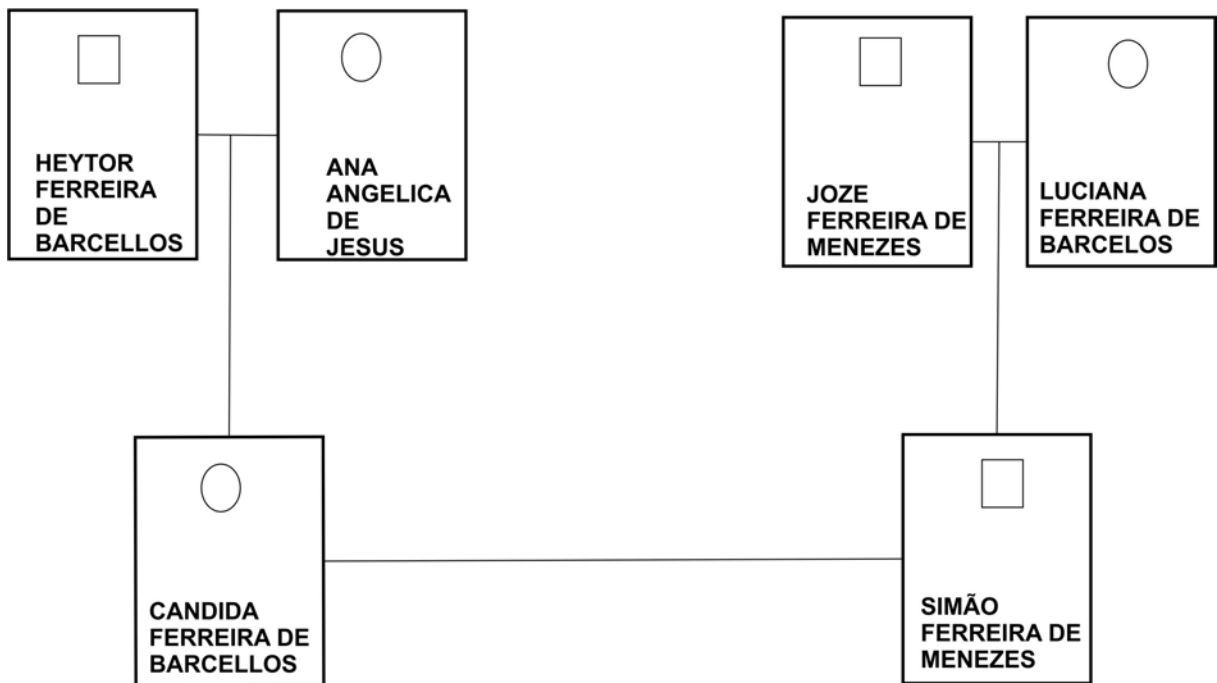
A filha de Heitor, Cândida Ferreira de Barcelos (ou de Jesus), casou-se em 1821 na Freguesia de Franca, com seu primo Simão Ferreira de Menezes, filho de Joze Ferreira de Menezes e Luciana Ferreira de Barcelos. O casal Simão e Cândida foi encontrado nas Listas Nominativas, apenas no ano de 1829. Nesse ano, Simão Ferreira de Menezes, com 31 anos, branco, *negociante* e sua esposa Cândida Ferreira de Barcelos, de 29 anos, também branca tinham 2 filhos: Maria de 4 anos e Joze de 3 anos.⁶⁰

Figura 1.19

Ascendência de Candida Ferreira de Barcellos e Simão Ferreira de Menezes

59 AESP, LNH, Franca 1829. 2º Cia. de Ordenanças, fogo nº6.

60 AESP, LNH, Franca 1829. 2º Cia. de Ordenanças, fogo nº8.



Fonte: LELIS, W.A.M. **Família Ferreira de Barcellos** [Mimeo].

1.3 Família Ferreira de Menezes

Em 1761, nasceu Luciana Ferreira de Barcelos, natural da Freguesia de Passatempo, Distrito de São Jose do Rio das Mortes. Filha de Jose de Barcellos Ferreira e Ana Rosa de Jesus, irmã de Hypolito Antonio Pinheiro (irmão por parte de mãe) e de Heytor Ferreira de Barcelos (filho do segundo casamento de Ana Rosa de Jesus)

Luciana Ferreira de Barcelos casou-se com Joze Ferreira de Menezes, natural de Ouro Branco/MG, filho de Jose Telles de Menezes e Eugenia Maria do Sacramento.⁶¹ Sabendo-se que o marido dela, Joze Ferreira de Menezes⁶² era irmão da mulher de Heytor Ferreira Barcellos (cunhado).

O casal Joze Ferreira de Menezes e Luciana Ferreira de Barcelos, segundo os registros paroquiais de batizado de seus filhos moraram nos arredores da Vila de São Jose do Rio das Mortes, entre 1784 a 1799. Pelo menos 8 filhos foram batizados no Arraial de Nossa Senhora do Desterro (em 1784, 1786, 1787, 1789, 1790, 1791, 1793, 1794). Posteriormente, há o registro de batismo de um filho na Vila de São Jose do Sabará em 1801.⁶³

Nas Listas Nominativas do Termo de Franca o casal foi citado somente nos anos de 1808⁶⁴, 1820 e 1829, o que indica que provavelmente não houve

61 LELIS, W.A.M. **Família Ferreira de Menezes** [Mimeo].

62 Três irmãos de Joze Ferreira de Menezes casaram-se na mesma data 31/01/1803 com três filhas do Capitão Manoel Gomes Pinheiro, irmão de Hipólito Antonio Pinheiro.

63 LELIS, W.A.M. **Família Ferreira de Menezes** [Mimeo].

64 Ibidem,.

uma fixação contínua em Franca, tendo perambulado pela região. O primeiro recenseamento que encontramos Joze Ferreira de Menezes como *chefe do fogo* foi no ano de 1820. Joze foi arrolado já com 60 anos, branco, natural *das Gerais* e casado com Luciana, com 54 anos e branca. Os filhos solteiros do casal: Manoel com 24 anos, Joaquim 22 anos, Simão 21 anos, Jacob 12 anos, Antonio 18 anos, Emerenciana 25 anos, Luciana 23 anos, Maria 14 anos e Rita 12 anos também foram listados. O filho Joze Ferreira Teles de Menezes de 28 anos, casado com Ana Rosa de Jesus, também 28 anos, esta, filha de Hypolito Antonio Pinheiro e Rita Angelica do Sacramento (Família Gomes Pinheiro) habitava o domicílio do sogro e tio (Hypolito), porém na condição de *agregado* juntamente com sua esposa.⁶⁵

Em 1829, somente as filhas Luciana e Rita, ainda solteiras, residiam no fogo de Joze Ferreira de Menezes.⁶⁶

Quando se fixou no Nordeste Paulista em 1820, Joze Ferreira de Menezes já era *proprietário de escravos* e foi arrolado como *agricultor* no período em análise.

Figura 1.20

Ascendência e descendência de Luciana Ferreira de Barcelos

65 AESP, LNH, Franca 1820. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº92.

66 AESP, LNH, Franca 1829. 2º Cia. de Ordenanças, fogo nº149.

Fonte: LELIS, W.A.M. **Família Ferreira de Menezes** [Mimeo].

Barcellos e de Luciana Ferreira de Barcelos (filhos do segundo casamento). Rosa Maria de Viterbo casou-se em 1785, em São Jose do Rio das Mortes/Minas Gerais, com Antonio Vieira Velho (II) natural de São Jose, este filho de Antonio Vieira Velho (I), natural da Ilha de Santa Bárbara e Maria do Sacramento, natural da Ilha Terceira do Arquipélago de Açores, pertencente a Portugal.⁶⁷

No ano de 1795, o casal Rosa Maria de Viterbo e Antonio Vieira Velho (II) residia no Distrito de Nossa Senhora do Desterro, na Vila de São Jose do Rio das Mortes. Antonio naquele momento estava com 32 anos e sua esposa Rosa com 26 anos. Nesse ano o casal ainda não tinha filhos e viviam na companhia de 5 escravos.⁶⁸

Antônio Vieira Velho (II), esposo de Rosa Maria de Viterbo foi recenseado em 1805 na Freguesia de Franca como *chefe do fogo* de número 6 da 1ª Companhia de Milícias, neste momento com 40 anos, branco, natural da Vila de São Jose do Rio das Mortes pai de: Antonio 16 anos, Joaquim 12 anos, Francisco 10 anos, Joze 4 anos, Anselmo 3 anos, João 3 anos, Joaquina 19 anos e Rosa 15 anos. O recenseamento de 1809 listou o nascimento de dois filhos: Ana e Manoel. Este veio a falecer no ano seguinte. Também nesse ano a filha Maria Rosa, 17 anos, e o esposo João Caetano Roiz. 31 anos, habitavam o domicílio do pai Antônio Vieira Velho (II) na condição de agregados.⁶⁹

No Nordeste Paulista acompanhamos Antônio Vieira Velho (II) entre os anos de 1805 a 1820, nesse período ele se dedicou a *lavoura e a criação de*

67 AEDSJDR, FPMSA, Vila de São José do Rio das Mortes, 1785, Livro 24.

68 IHG. Rol dos Confessados desta Freguesia de S. Antonio da Villa de S. Jose, Comarca do Rio das Mortes. 1795.

69 AESP, LNH, Franca 1805. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº6.

animais. Em todo período foi proprietário de um plantel com faixa de 13 a 20 escravos distribuídos entre uma escravaria relativamente jovem.

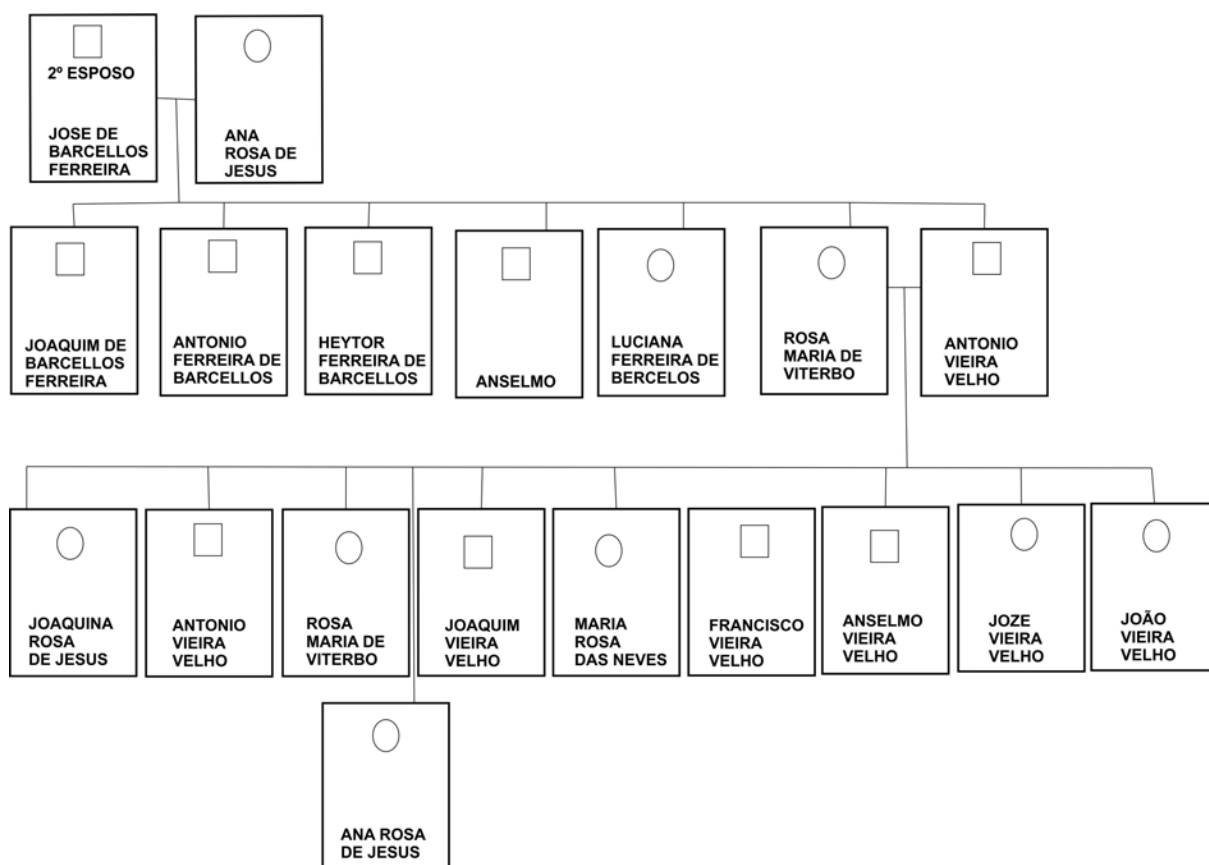
No ano de 1822, Rosa Maria de Viterbo faleceu no Termo de Franca. De acordo com o inventário *post-mortem*, o casal possuía muitos bens, a saber: bens imóveis – Fazenda Monjolinho com lanços de casas cobertas de palha com portas; bens móveis: peças em ouro, prata, cobre, ferro, metal amarelo, estanho, louças e vidros; ferramentas de roça e carpintaria; tangíveis: 36 vacas, 16 garrotes, 4 bezerros, 10 novilhas, 3 touros, 24 bois de carro, 2 cavalos, 4 éguas, 2 potros e 1 muar e 15 escravos.⁷⁰

No mesmo ano de 1822, Antônio Vieira Velho (II), viúvo, casou-se em segundas núpcias com Francisca Cândida de Jesus, viúva de Joaquim Joze de Mello. Entre os anos de 1824 e 1825, Antônio Vieira Velho (II) mudou-se com parte de sua família para o Distrito de Nossa Senhora das Dores do Campo Formoso (Campo Florido/MG).⁷¹

70 OLIVEIRA, L. L. **Economia e História**. Franca século XIX. Franca: UNESP-FHDSS: Amazonas Prod. Calçados S/A, 1997. p.78.

71 PAULA, A. F. **Desbravadores do Carmo do Fructal**. História e genealogia de um descendente. Belo Horizonte, 2004.

Figura 1.21
Ascendência e descendência de Rosa Maria de Viterbo



Fonte: LELIS, W.A.M. **Família Vieira Velho** [Mimeo].

Como demonstrado à ocupação do Nordeste Paulista, ocorreu dentro do processo migratório ocorrido na Colônia/Império⁷², em parte, por fragmentos de famílias, famílias inteiras ou grupos de famílias. Ao se fixar na região do Nordeste Paulista continuaram a implementar os laços dos locais de origem através de casamentos cruzados entre as famílias. A migração ocorreu com casais e seus primeiros filhos, parentes, agregados e escravos. No caminho iam batizando novos filhos até que ao se estabelecerem no Sertão do Rio Pardo aumentaram suas famílias, fizeram novos enlaces matrimoniais, continuaram a acolher os parentes nos domicílios e ampliaram suas bases materiais.

Mapa 1.1

Região Sudeste com localidades originárias dos migrantes

72 FARIA, S. C. **A colônia em movimento**: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.



Fonte: Elaboração própria a partir das informações de origens dos chefes de domicílio nas Listas Nominativas de Habitantes

Capítulo 2 – Os proprietários de escravos

Muitos dos migrantes que se estabeleceram no território compreendido pelo Nordeste Paulista mais especificamente na Freguesia/Termo de Franca possuíam escravos e ajudavam nas atividades econômicas destinadas ao sustento da população, bem como na produção de gêneros destinados ao mercado regional. Neste capítulo outro objetivo é apresentar as diversas características dos proprietários de escravos, designados nas Listas Nominativas como cabeças de fogo compreendendo as mudanças do perfil destes senhores no processo das migrações espontâneas e forçadas.

O domicílio poderia ser tratado como uma unidade de produção e, por extensão, o chefe era a pessoa central desta unidade, sendo que as outras ocupações exercidas pelas demais pessoas, como por exemplo, os escravos e os agregados estavam supostamente subordinados ou associados a ele.

O termo agricultor foi encontrado na documentação utilizada, porém é usado mais recentemente para designar o trabalhar na terra. Nos censos do passado aparecem várias designações - *lavradores*, *planta para o seu gasto*, *planta e cria*, *vive de roça*, *vive de sua lavoura*, etc... - mas todos eles tinham atividades muito semelhantes, buscando a sobrevivência; noutros termos, não havia especialização do trabalho. Todos tinham que lavrar a terra, criar animais, caçar, pescar, comercializar, etc. Portanto, os que viviam no mundo rural, ou mesmo nas pequenas povoações, tinham vínculos diretos e necessários com a terra, eram agricultores também, a não ser os indivíduos que tinham profissões (mais) específicas, por exemplo, barbeiro, alfaiate, padre, ferreiro.

A fim de sistematizar o trabalho, agrupamos em nossas análises agricultores e criadores, lavradores e aqueles domicílios em que apareceram as expressões: *planta para o seu gasto*, *vive de lavoura* e *planta e cria*. Este agrupamento se deveu por não encontrarmos diferenças significativas nos diferentes termos e por não ser possível verificar até que ponto houve algum critério por parte do recenseador e das próprias pessoas que designavam as suas ocupações. Desta maneira, achamos que dividir as ocupações poderia ser um caminho perigoso, uma vez, que todos os chefes de domicílio em questão trabalhavam com atividades ligadas a terra.

No Sertão do Rio Pardo (área da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição e Rio Pardo¹), em 1801, contavam-se 65 chefes de domicílios, destes 55 eram chefiados por homens e 10 por mulheres. Em 1803 eram 64, sendo 56 encabeçados por homens e 8 por mulheres. Na mesma Freguesia, em 1805, foram recenseados 107 “*cabeças de fogo*”. Esses se dividiam entre 98 homens e 9 mulheres. No ano de 1809, eram 164 chefes de domicílios divididos entre 144 homens e 20 mulheres. Em 1820, os chefes de domicílios dobraram na Freguesia, aumentando para 379. Destes 331 eram chefiados por homens e 48 por mulheres, seguidos por 356 homens e 37 mulheres em 1824 e aumentando em 1829 para 467 homens e 93 mulheres (total: 560) – (Tabela 2.1 e 2.2).

1 Em 1804, foi criada a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Franca e Rio Pardo, No ano de 1821, Franca foi elevada a categoria de Vila Franca d’El Rey, contudo a Câmara foi instalada apenas em 1824, quando o nome foi modificado para Vila Franca do Imperador. BACELLAR, C. A. P e BRIOSCHI, L. R. **Na estrada do Anhanguera**. Uma visão regional da história paulista. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999. p.81.

Tabela 2.1
Distribuição da população por condição social e sexo
(Franca 1801 – 1829)

População/Anos	1801	1803	1805	1809	1820	1824	1829
Homens Livres	177	176	284	450	948	922	1249
Homens Livres Agregados	86	120	59	202	89	52	24
Mulheres Livres	156	159	256	413	866	856	1159
Mulheres Livres Agregadas	99	129	68	208	84	46	41
Total da população livre	518	584	667	1273	1987	1876	2473
Homens Escravos	53	48	115	202	548	551	846
Mulheres Escravas	42	34	70	126	445	397	613
Total da população escrava	95	82	185	328	993	948	1459
Total Geral	613	666	852	1601	2980	2824	3932
% de Livres no total da população	85	88	78	80	70	66	63
% de Escravos no total da população	15	12	22	20	30	34	37

Fonte: AESP, Listas Nominativas de Habitantes – Franca 1801, 1803, 1805, 1809, 1820, 1824, 1829.

Tabela 2.2
Distribuição dos chefes de domicílios por sexo/ano
(Franca 1801 a 1829)

Proprietários de escravos	1801	1803	1805	1809	1820	1824	1829
HOMENS	15	11	32	62	145	173	227
MULHERES	3	3	2	5	15	22	43
TOTAL	18	14	34	67	160	195	270
Não Proprietários de escravos	1801	1803	1805	1809	1820	1824	1829
HOMENS	40	45	66	82	186	183	240
MULHERES	7	5	7	15	33	15	50
TOTAL	47	50	73	97	219	198	290
SOMA							
Chefes de domicílios	65*	64	107	164	379	393	560

Fonte: AESP, Listas Nominativas de Habitantes – Franca 1801, 1803, 1805, 1809, 1820, 1824 e 1829.

* Não foi considerado um chefe de domicílio ausente no momento do recenseamento.

As Listas Nominativas ainda demonstram o número de domicílios e seus respectivos moradores. Cada domicílio, geralmente era encabeçado pelo chefe do fogo, que também era o chefe da família nuclear ou extensa. A família poderia ser composta pelo casal, filhos legítimos, filhos não legítimos, agregados e seus filhos, escravos e descendentes destes. Noutros casos o fogo era composto pelo casal, agregados e os filhos. Em outra situação aparecem a família nuclear e seus escravos; sabendo-se que nem sempre o homem estava presente e a mulher chefiava o fogo. Em alguns casos, mais raros, o fogo era composto por um único homem e um agregado seu. Assim, direcionamo-nos para o chefe do domicílio que podia ser o “chefe do fogo” e, o chefe da família e o “cabeça do casal,” se ali habitassem um homem com sua esposa, ou então uma mulher que já havia conhecido o casamento e tornou-se administradora do domicílio com o falecimento

do esposo. Para a parcela da população que encabeçava o domicílio, no recenseamento é possível encontrar um número maior de informações como origem/local de nascimento, ocupação e/ou atividades que sustentavam todo o domicílio.²

Os indivíduos livres, chefes dos domicílios, foram analisados em duas categorias: os *proprietários de escravos* e os *não proprietários*, pois a presença do elemento cativo no domicílio modificava não só a composição familiar como também a riqueza do “chefe do fogo”, pois a posse de cativos representava papel decisivo na produção e acumulação de bens, sendo a principal forma de “estoque de riqueza” no Nordeste Paulista, no período trabalhado.³

2.1 - Os proprietários de escravos e seus números.

No Sertão do Rio Pardo, em 1801, contavam-se 66⁴ fogos, dos quais 18 (27,0%) tinham, em sua composição, a participação do escravo, sendo 15 chefiados por homens (83,33%) e três por mulheres (16,67%). Em 1803, o total era de 64 domicílios, onde 14 (22,0%) tinham a posse de escravos. Contavam-se 11 (78,57%) com chefes homens e três (21,43%) com chefes mulheres. No ano de 1805, eram 107 fogos. Desta soma percebe-se que em 34 (31,0%) havia a posse de cativos, destes 32 eram comandados por homens (94,12%) e dois por mulheres (5,88%). Em

2 SCOTT, A. S. V. **Dinâmica familiar da elite paulista (1765-1836)**. São Paulo, Dissertação (Mestrado), FFLCH-USP, 1987. BACELLAR, C. A. P. Arrolando os habitantes no passado: as Listas Nominativas sob um olhar crítico. **Locus: revista de história**, Juiz de Fora, v. 14, n. 1p. 113-132, 2008.

3 OLIVEIRA, L. L. **Economia e História Franca século XIX**. Franca: UNESP-FHDSS: Amazonas Prod. Calçados S/A, 1997.

4 Um domicílio não foi considerado na análise dos chefes de domicílios devido à ausência do chefe no momento do recenseamento.

1809, foram anotados 164 fogos ao todo, sendo 67 (25,0%) compostos por proprietários de cativos, sabendo-se que 62 eram comandados por homens (92,54%) e 5 por mulheres (7,46%). Em 1820, eram 379 domicílios dos quais 160 (42,0%) tinham a presença do elemento cativo, destes 145 (90,63%) chefiados por homens e 14 por mulheres (9,38%). Em 1824, eram 393 fogos no Termo de Franca, destes 195 (49,0%) tinham a propriedade cativa, sendo 173 (88,72%) de propriedade masculina e 22 (11,28%) de propriedade feminina. No último ano em análise, os domicílios passaram por um aumento considerável, totalizando 560 domicílios, dos quais 270 (48,0%) eram chefiados por donos de escravos, sendo 227 (84,07%) homens e 43 (16,93%) mulheres (Tabelas 2.3 e 2.4).

Tabela 2.3
Distribuição dos cabeças de fogos proprietários e não proprietários de
escravos
(Franca 1801 a 1829)

Números Absolutos			Nº total de fogos			Nº de cabeça de fogos com escravos			Nº de cabeça de fogos sem escravos		
Anos	H	M	TOTAL	H	M	TOTAL	H	M	TOTAL		
1801	55	10	65	15	3	18	40	7	47		
1803	56	8	64	11	3	14	45	5	50		
1805	98	9	107	32	2	34	66	7	73		
1809	144	20	164	62	5	67	82	15	97		
1820	331	48	379	145	15	160	186	33	219		
1824	356	37	393	173	22	195	183	15	198		
1829	467	93	560	227	43	270	240	50	290		
Números Percentuais			%			%			%		
Anos	H	M	TOTAL	H	M	TOTAL	H	M	TOTAL		
1801	85	15	100	83	17	100	85	15	100		
1803	88	12	100	79	21	100	90	10	100		
1805	92	8	100	94	6	100	90	10	100		
1809	88	12	100	97	7	100	85	15	100		
1820	87	13	100	91	9	100	85	15	100		
1824	91	9	100	88	11	100	92	8	100		
1829	83	17	100	84	16	100	83	17	100		

Fonte: AESP, Listas Nominativas de Habitantes – Franca 1801, 1803, 1805, 1809, 1820, 1824 e 1829.

Tabela 2.4
Distribuição dos proprietários de escravos por sexo
(Franca 1801 a 1829)

Proprietários de escravos	1801	1803	1805	1809	1820	1824	1829
HOMENS	15	11	32	62	145	173	227
MULHERES	3	3	2	5	15	22	43
TOTAL	18	14	34	67	160	195	270
Proprietários de escravos	1801	1803	1805	1809	1820	1824	1829
Números Percentuais	%	%	%	%	%	%	%
HOMENS	83	79	94	93	91	89	84
MULHERES	17	21	6	7	9	11	16
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: AESP, Listas Nominativas de Habitantes – Franca 1801, 1803, 1805, 1809, 1820, 1824 e 1829.

* Não foi considerado um chefe de domicílio ausente no momento do recenseamento.

Nota-se que entre os chefes de fogos com escravos havia uma larga preponderância de homens, a saber, 83% em 1801 e 91% em 1820, diminuindo para 84% em 1829. Propriedades chefiadas por homens eram o habitual no oitocentos, visto que as mulheres recebiam a propriedade dos escravos com o falecimento do esposo ou por herança.⁵

⁵ Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein em estudo relativo a São Paulo observaram que “*os senhores paulistas eram predominantemente do sexo masculino, como a maioria dos chefes de domicílio com e sem escravos da província*” LUNA, F. V. e KLEIN, H. S. **Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo**, de 1750 a 1850; tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Edusp, 2006

Em comparação é possível citar outra localidade próxima da Freguesia de Franca, também dedicada à economia de abastecimento interno: São Domingos do Araxá. Povoado localizado no sertão da Farinha Podre, (atual Triângulo Mineiro), onde os homens chefes de fogos representavam 79% dos proprietários de escravos, o que demonstra semelhante participação das mulheres como detentoras da posse cativa.⁶

Retornando a Franca, entre os homens é possível exemplificar o caso de Jeronimo Dias Ribeiro, chefe de fogo e proprietário de escravos, de 75 anos, de cor branca, natural de São Paulo e casado com Ana de 46 anos de idade também recenseada como branca. O domicílio, do qual, era chefe foi acompanhado entre os anos de 1801 a 1809.. Além do casal, residiam no domicílio, no ano de 1801, a filha Maria do Nascimento, solteira com 26 anos e dois agregados, sendo eles, Rita Maria, viúva, branca com 86 anos e Ignacio, solteiro, branco com 14 anos de idade.

A ocupação designada para Jeronimo Dias Ribeiro, no primeiro ano em que acompanhamos o seu domicílio, foi a de alferes. O recenseador anotou que ele vivia de seus soldos e *plan[ava]* para o seu gasto. Esse proprietário de escravos tinha a posse de cinco cativos, sendo todos pardos e crioulos com idades variando entre 05 e 48 anos. Além dos escravos de Jerônimo, foi listado no domicílio o escravo Francisco, com 11 anos de idade, pardo e crioulo sendo propriedade da agregada Rita Maria.⁷

A partir do ano de 1803, Jeronimo Dias Ribeiro foi recenseado como viúvo. Neste ano, sua filha Maria ainda residia no domicílio paterno e os agregados Rita e Ignacio também foram anotados no fogo. A escravaria diminuiu para um plantel de 04

6 REIS, D. O. M. dos. **Estrutura da posse de escravos nas atividades de subsistência de Araxá (MG)**, (1776-1848). Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambu- MG- Brasil, de 20 a 24 de setembro de 2004.p.5.

7 AESP, LNH, Franca 1801. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº60.

escravos.⁸ Em 1805, Jerônimo Dias Ribeiro era o único morador livre em seu domicílio, e continuou tendo a propriedade de 04 escravos⁹, ou seja, a sua filha Maria não residia mais no local.

No último ano (1809), em que acompanhamos esse chefe de domicílio, Jeronimo já estava bastante idoso, contando com 84 anos de idade. Chefiava um fogo em que residiam 07 agregados que compunham a família de Ignacio Ribeiro¹⁰.

A escravaria da propriedade de Jerônimo sofreu novas modificações com a diminuição do plantel para dois escravos crioulos: Antonio, 16 anos e Salvador com 15 anos de idade.¹¹

Outro bom exemplo entre os *proprietários de escravos* é o caso de Joze Glz. de Mello. Esse *cabeça de fogo* foi acompanhado entre os anos de 1805 a 1829. No primeiro ano (1805), Joze Glz. de Mello foi listado com 44 anos, branco, mineiro, natural de São João Del Rey, casado com Maria Rosa de Jesus. Esse casal foi recenseado na companhia de seus nove filhos com idades de 1 a 15 anos.¹²

Nesse ano, em que acompanhamos esse chefe de domicílio, sua ocupação foi registrada como *novo entrante*, que segundo a documentação e a historiografia¹³, designavam um migrante mineiro que havia se fixado na região constava no

8 AESP, LNH, Franca 1803. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº62.

9 AESP, LNH, Franca 1801. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº58.

10 Ignacio Ribeiro foi recenseado como “chefe de fogo” na companhia de sua esposa Ana e seus filhos entre os anos de 1801 a 1805. AESP, LNH, Franca 1801, 1803 e 1805.

11 AESP, LNH, Franca 1801. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº177.

12 AESP, LNH, Franca 1801. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº7.

recenseamento, pela primeira vez, o domicílio por ele chefiado. A designação foi também encontrada para outros migrantes registrados

Joze Glz. de Mello era proprietário de um plantel composto por 9 escravos, sendo 6 homens e 3 mulheres, divididos entre idosos, adultos e crianças.

A partir de 1809, Joze Glz. de Mello, passou a ser recenseado como *criador e agricultor* e a sua escravaria diminuiu para sete cativos¹⁴. Nesse domicílio, observamos algumas alterações como o casamento de seus filhos: Joze Thomas de Mello e Ignacia Barbara. Mesmo casados e com famílias constituídas, os dois filhos desse “cabeça de fogo” continuaram a residir no domicílio, mas receberam a designação do recenseador de *agregados* na Lista Nominativa.

A partir do terceiro ano (1820) Joze Glz. de Mello passou a ser recenseado como Capitão da Segunda Companhia de Ordenanças da Freguesia de Franca, posto que ocupou até o último período em que o acompanhamos. Ao observarmos os escravos de sua propriedade, percebemos um movimento de crescimento passando de 07 escravos em 1809, para 11 em 1820, 17 em 1824 e 13 em 1829. No último ano, notamos uma diminuição na posse quando Joze Glz. de Mello atingiu a velhice contando com 60 anos de idade.¹⁵

Entre as mulheres foram recenseadas três proprietárias no ano de 1801: Izabel Correa, Josefa Maria Liz e Maria Pires Cordeiro. Izabel Correa foi listada na documentação com 72 anos, viúva, parda e lavradora com a propriedade de dois escravos: João Angola, com 82 anos, e Balthazar com 14 anos, este escravo da terra. Em seu domicílio, não foram registrados filhos ou agregados¹⁶.

13 CHIACHIRI, J. F. **Do Sertão do rio pardo a vila Franca do Imperador**. Franca, 1973 Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia Ciência e Letras, Universidade Estadual Paulista.

14 Os escravos Francisco e Micaela aparecem designados como de propriedade dos filhos agregados. AESP, LNH, Franca 1809. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº46.

15 AESP, LNH, Franca 1805, 1809, 1820, 1824 e 1829.

Josefa Maria Liz foi recenseada nos anos de 1801, 1803 e 1809. Designada sempre como parda e viúva. Em sua propriedade, há registro da posse de 10 escravos em todo período citado. A ocupação variou entre mineração de ouro, agricultura e pecuária.¹⁷

As listas nominativas expunham, entre outras características, observações que faziam referência à ocupação ou à atividade econômica em que os diferentes *chefes de fogos* estavam envolvidos e estas refletiam a sociedade agrícola de subsistência, porém com certo dinamismo no Termo de Franca.

Adiante, conforme a Tabela 2.5, observa-se a *distribuição dos proprietários de escravos conforme o sexo e a atividade econômica do domicílio*.¹⁸ Em 1801, havia 18 proprietários de escravos, destes 15 eram homens, sendo nove designados como *agricultores*.¹⁹ Em 1820, foram contados 160 proprietários de cativos, sabendo-se que deste total 145 eram homens, entre eles 112 eram agricultores. No último ano em análise, houve um acréscimo na população em geral e os proprietários de escravos aumentaram para 270, sendo 227 homens, destes 167 eram também *agricultores*.²⁰ Houve uma ampliação dos domicílios com chefes ligados à agricultura e/ou à pecuária, sendo 60% em 1801 e 77% em 1820, decaindo para 73% em 1829.

16 AESP, LNH, Franca 1801. 3º Cia. de Ordenanças, fogo nº47.

17 AESP, LNH, Franca 1801. 3º Cia. de Ordenanças, fogo nº51. AESP, LNH, Franca 1803. 3º Cia. de Ordenanças, fogo nº57. AESP, LNH, Franca 1809. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº171.

18 As Listas Nominativas de Habitantes, na maioria dos casos, apresentavam a ocupação apenas do chefe do domicílio, dessa maneira, as análises foram feitas apenas para esses indivíduos. As ocupações listadas seguem a documentação. Para outra classificação ver: COSTA, I.D.N e NOZOE, N.H. Economia colonial brasileira: classificação das ocupações segundo ramos e setores. **Estudos Econômicos**, São Paulo, 17 (1): 69-87, jan./abr. 1987.

19 Foram somadas em todos os anos as seguintes categorias: agricultores e criadores, agricultores e lavradores.

Sabe-se que, no final da década de 1820, houve ampliação das atividades urbanas, sendo que a casos de proprietários de escravos que eram, por exemplo, carpinteiros/carapinas, ferreiro/soldador, sapateiro/seleiro, farmacêutico ou padre/vigário.

Ainda relacionado aos proprietários de escravos, percebe-se que no primeiro ano (1801), a produção era visivelmente voltada para gêneros de subsistência, como no caso do domicílio de Antonio Reis da Cunha, casado, pardo, nascido na Capitania de São Paulo, agricultor, com posse de cinco escravos, consta que *“plant[ava] para o seu gasto”* milho, feijão e farinha²¹. Já no segundo ano analisado (1820) nota-se a comercialização de excedentes e produção para mercados locais e regionais. É o caso Manoel Nunes da Silva, homem branco, 44 anos, viúvo, com seis filhos, criador e agricultor, proprietário de 14 escravos e com uma agregada idosa em seu domicílio. Consta que plantava feijão e algodão e criava porcos. Naquele ano comercializou 30 alqueires de algodão e 6 porcos.²² Também em 1820, foi recenseado o domicílio de Bento de Magalhães Portilho, casado, branco, oriundo da Capitania de Minas Gerais, com 46 anos, além da esposa contava com a companhia de 10 filhos entre 4 e 20 anos e a posse de 14 cativos. A unidade de produção chefiada por Bento de Magalhães Portilho produziu para o seu próprio consumo milho e feijão e para a venda porcos e garrotes.²³

20 Em 1829, temos o caso de uma pessoa listada com uma atividade ligada a terra e uma atividade de caráter mais urbana. Manoel Carlos, 45 anos, viúvo, branco foi listado vivendo do ofício de carpinteiro e também como lavrador. AESP, LNH, Franca 1829. 2º Cia. de Ordenanças, fogo nº116.

21 AESP, LNH, Franca 1801. 3º Cia. de Ordenanças, fogo nº26.

22 AESP, LNH, Franca 1820. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº15.

23 AESP, LNH, Franca 1820. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº193.

No ano de 1820, dentre os 112 agricultores e criadores, é possível citar 5 homens livres proprietários de escravos que também se dedicavam ao comércio de sal.²⁴ São eles Pedro Joze Teixeira, 44 anos, casado, branco, mineiro, criador e agricultor, senhor de sete escravos, o qual vendeu, naquele ano, 40 alqueires de sal; Manoel, 42 anos, casado, branco, mineiro, agricultor com cinco escravos, plantou milho e feijão e foram identificados 25 alqueires de sal em seu fogo; Luiz Neves, 35 anos, casado, branco, mineiro, criador e agricultor proprietário de um escravo, plantou milho e feijão e vendeu 10 porcos e 25 alqueires de sal; João Glz. da Costa, 58 anos, casado, branco, mineiro, criador e agricultor com a posse de 16 cativos plantou milho e feijão e vendeu 200 alqueires de sal; e, Altino Roiz. Barros, 22 anos, casado, branco, mineiro, agricultor, proprietário de 1 escravo, plantou milho e feijão e vendeu 40 alqueires de sal.²⁵

Em 1801, o recenseador anotou apenas três mulheres proprietárias de cativos. Como exemplo, Jozefa Maria Liz, 62 anos, mineradora, viúva, parda, com 8 agregados, 9 escravos e tinha 20 oitavas de ouro no seu domicílio.²⁶ Em 1820, foram encontradas 15 mulheres proprietárias de cativos, sendo 11 agricultoras e quatro designadas como pobres. As mulheres *pobres* proprietárias de escravos possuíam um escravo cada, sendo: 1 de 80 anos e 1 de 15 anos e 2 de 10 anos. No último ano em análise (1829), as mulheres que possuíam cativos e se dedicavam à agricultura aumentaram para 27, dentre essas podemos citar Custódia Maria do Espírito Santo, recenseada entre o período de 1820 a 1829, como viúva, branca, chefe do domicílio, com um plantel que variou entre 4 a 6 escravos. Em todo o período, teve sua ocupação designada como agricultora e criadora, plantava milho e feijão e criava

24 Os comerciantes de sal não foram encontrados nas Listas de Habitantes de 1801, o que denota a ampliação da pecuária como centro dinâmico da economia.

25 AESP, LNH, Franca 1820. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº 27, 62, 130 e 2º Cia. de Ordenanças, fogos nº 32 e 50.

26 AESP, LNH, Franca 1801. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº 51.

porcos. Neste caso, passou a ser designada nas Listas como proprietária de escravos e chefe do domicílio, devido à viuvez.²⁷

A profissão *negociante* foi à segunda atividade econômica mais praticada entre os chefes de domicílio possuidores de escravos. É interessante notar que nos recenseamentos do início do oitocentos, não havia chefes de domicílios dedicados especialmente aos negócios. Já na segunda década do século XIX (1820-29), com a dinamização da economia e incremento populacional, foram recenseados 44 proprietários de escravos com atividades mercantis. Na classificação das ocupações, como já foi dito, seguimos a documentação. Para ser classificado como negociante em última análise, seguiram-se as seguintes designações das Listas Nominativas: *negociante, vive de seu negócio, vive de seu negócio de venda e vive de seu negócio de loja*. Vale lembrar, que eram as próprias pessoas que nomeavam as suas ocupações para o recenseador.²⁸ Além disso, os negociantes poderiam ter outras atividades paralelas, como agricultor.

Desses proprietários de escravos dedicados às atividades mercantis, é próprio citar alguns exemplos que demonstram a dinâmica da população em análise, como o caso de Antônio da Silva Roza, 57 anos, casado, branco, de origem mineira, que indicou como sua ocupação a de *negociante* nos recenseamentos de 1824 e 1829. No primeiro ano 1824, Antônio da Silva Roza ainda não era proprietário de escravos. No outro ano 1829, ele aparece como chefe de um domicílio composto por sua

27 AESP, LNH, Franca 1820. 2º Cia. de Ordenanças, fogo nº88. AESP, LNH, Franca 1824. 2º Cia. de Ordenanças, fogo nº 88. AESP, LNH, Franca 1824. 2º Cia. de Ordenanças, fogo nº50. AESP, LNH, Franca 1829. 4º Cia. de Ordenanças, fogo nº28.

28 FULLER, C. M. **Pequenos agricultores numa economia açucareira e exportadora**. (Campinas, 1820-1840). Dissertação (Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1995. Capítulo II.

família, por Antônia de 16 anos, fâmula²⁹ e, proprietário de uma *escrava crioula* com 10 anos de idade.³⁰

Outro caso é o de Manoel Bernardes, de 24 anos, branco, casado com Alexandrina, também foi listado nos anos de 1824 e 1829. No primeiro ano 1824, Manoel Bernardes citou a atividade de *jornaleiro* como sua ocupação. No segundo ano 1829 passou a ser recenseado como *negociante* e consta que tinha a posse da escrava Felícia, com 12 anos de idade originária de Angola.³¹

Os dois exemplos acima demonstram o acúmulo de algum pecúlio com atividades que provavelmente não estavam ligadas diretamente a terra. Esse certo acúmulo pode ter permitido a compra de escravos, mesmo que crianças. Desta forma, chefes de domicílios como estes passaram a ser diferenciados de não proprietários para proprietários, graças às atividades de caráter mercantil e com feições mais urbanas.

Dentro daqueles que foram recenseados como negociantes, também ocorria, no decorrer do tempo, a mudança da ocupação, como já visto no exemplo acima de *jornaleiro para negociante*, e também um outro movimento, *de agricultor para negociante* ou vice e versa. É o caso de Luis José Fradique, 30 anos, branco, mineiro, casado com Rita Maria. Esse casal teve seis filhos no período acompanhado; destes o filho mais velho Manoel nasceu em Minas Gerais e todos os outros filhos nasceram em Franca (Capitania de São Paulo).

No recenseamento de 1820, Luis José Fradique não tinha posse de escravos e produziu em seu domicílio, junto de sua família, 01 alqueire de milho, 07 alqueires de

29 Criado, servidor. FERREIRA, A. B. H. **Minidicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

30AESP, LNH, Franca 1824. 1º Cia. de Ordenanças, fogo número 265. AESP, LNH, Franca 1829. 1º Cia. de Ordenanças, fogo número 76.

31 AESP, LNH, Franca 1824. 1º Cia. de Ordenanças, fogo número 288. AESP, LNH, Franca 1829. 1º Cia. de Ordenanças, fogo número 44.

feijão, 09 alqueires de arroz e vendeu 12 porcos. A partir de 1824, passou a designar a sua ocupação como *negociante*³² e no último ano 1829 consta em seu domicílio a posse de três escravos: a saber, Luisa 16 anos, Felis 12 anos, Joaquina 10 anos todos anotados como de Angola.³³

Tabela 2.5
Distribuição dos proprietários de escravos conforme o sexo e as ocupações
(Franca 1801 – 1829)

ANOS	1801		1803		1805		1809		1820		1824		1829	
Ocupações Proprietários	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Administrador de Dízimos													1	
Agência														12
Agricultor	9	2	6	2	20	2	55	5	112	11	118	12	166	27
Agricultor/Carpinteiro													1	
Alfaiate							1		1		1		1	
Arte de solfar									1					
Barqueiro					1									
Carpinteiro	1								1		4		5	
Carreiro											1			
Costura											1			1
Empregado													1	
Engenho											1			
Farmácia													2	
Feitor/Passador			1											

32 No caso exposto acima na documentação aparece apenas a designação “negociante” sem nenhuma explicação a que tipo de negócio Luis José Fradique se dedicava.

33AESP, LNH, Franca 1820. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº 210. AESP, LNH, Franca 1824. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº 232. AESP, LNH, Franca 1829. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº 214.

Ferreiro			1		1		1		1		6		7
Jornaleiro	1										7	3	1
Mestre de Meninos									1				
Militar	1		1		1		1						
Mineiro		1		1			1		1				
Negociante									8		7	1	28
Novo Entrante			1		6		1		9		4		
Ofício Público													1
Oficial de Carapina													
Oleiro									1		1		
Padre							1		1		1		1
Passagem	3		1										
Pobre									3	4	3	5	1
Reverendo													1
Sapateiro									1				1
Seleiro													1
Telheiro											1		
Vigário					1		1		1				1
Total de ocupações	15	3	11	3	30	2	62	5	142	15	156	21	219 41

Fonte: AESP, Listas Nominativas de Habitantes – Franca 1801, 1803, 1805, 1809, 1820, 1824 e 1829

*Exclusive indivíduos com ocupações não identificadas

No caso exposto, podemos notar o movimento dentro das ocupações enumeradas nas Listas Nominativas. O exemplo demonstra um migrante mineiro que no início do acompanhamento se dedicou a agricultura de subsistência e a criação e comercialização de animais. Com o tempo, e o nascimento dos filhos, visto que quanto mais filhos mais braços para o trabalho³⁴, foi possível a esse chefe de domicílio acumular pecúlio que lhe permitiu ser proprietário de escravos. Sem capital e dependente da mão de obra familiar a esse produtor cabia uma situação entre equilibrar a produção e consumo dentro da sua unidade doméstica para assim juntar algum dinheiro e poder adquirir escravos. Na documentação poderíamos enumerar vários casos de mudança de ocupação envolvendo agricultores e criadores de animais que passaram a ser anotados como negociantes demonstrando a mercantilização da economia no final da segunda década do oitocentos.³⁵

34 CASTRO, H. M. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no Sudeste escravista, **Brasil** século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. Capítulo III.

Como visto, a mudança de ocupação e o acúmulo de atividades seguido por uma prosperidade poderia diferenciar uma pessoa, tornando-a proprietária de escravos. Essa diferença também estava demonstrada na cor que se atribuía a cada pessoa no recenseamento. As pessoas livres, em geral, eram associadas às cores mais claras, mas há casos em que nas primeiras listas aparecem como *pardos* e quando mais prósperos são citados como *brancos*.

Ao observarmos a *distribuição dos proprietários de cativos conforme o sexo e a cor* (Tabela 2.6) ressaltam-se o predomínio dos indivíduos de cor branca. Os brancos correspondiam a 73% em 1801, 57% em 1803, 76% em 1805 e 89% em 1809. Em 1820, a despeito do crescimento da população a porcentagem de brancos é idêntica, ou seja, 89% aumentando o número de senhores brancos para 97% em 1824. Estes dados podem sofrer poucas variações, porque o mesmo indivíduo que foi registrado em 1801 e novamente contado em 1809 teria a sua cor alterada de pardo para branco, conforme o critério do recenseador. Um exemplo é o caso de Antônio Pires da Cunha, paulista, que em 1801, quando começamos a acompanhá-lo como chefe de fogo foi recenseado com a cor parda, em 1803 continua como pardo. Nos anos de 1805 e 1809, tanto Antônio como sua esposa e filhos passaram a ser recenseados como brancos.³⁶ Outro proprietário que teve a sua cor alterada do decorrer do tempo foi Teodosio Mendonça Ribeiro, de origem mineira, e que em 1820 foi recenseado como pardo e nos anos de 1824 e 1829 passou a ser anotado como branco. Nesse caso é interessante notar que Andre de Mendonça Ribeiro filho de Teodosio, citado como agregado ao domicílio paterno foi listado como branco. Sabendo-se que 1820, André já havia contraído matrimônio com Silveria Ferreira de Santo Antonio, filha de Heytor Ferreira de Barcellos e Ana Angélica de Jesus todos

35 Entre eles podemos citar: Francisco Mis. Parreiras, Severino Antônio da Silva, Bento José de Azevedo, Manoel Moreira da Silva e Manoel Bernardes. AESP, LNH, Franca 1805, 1809, 1820, 1824 e 1829.

36AESP, LNH, Franca 1801. 3º Cia. de Ordenanças, fogo nº 26. AESP, LNH, Franca 1803. 3º Cia. de Ordenanças, fogo nº 31. AESP, LNH, Franca 1805. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº 10. AESP, LNH, Franca 1809. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº 6.

anotados como brancos e de origem mineira.³⁷ Sabendo-se que Silveria também era sobrinha de Hypolito Antonio Pinheiro pessoa notável na localidade de Franca. Os casos mencionados acima retratam ocorrências possíveis de “*embranquecimentos*” que poderiam ocorrer por erros dos recenseadores ou por uma possível mudança na condição social e econômica.³⁸

Tabela 2.6
Distribuição dos proprietários de escravos em números absolutos e números percentuais conforme o sexo e as cores
(Franca 1801 – 1829)

Proprietários	1801		1803		1805		1809		1820		1829			
COR/SEXO	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
BRANCO	10	1	6	2	24	2	56	4	132	9	168	19	208	37
PARDO	5	2	5	1	8		6	1	11	6	5	3	3	2
NEGRO													1	
Não Informado									2				15	4
Total	15	3	11	3	32	2	62	5	145	15	173	22	227	43
COR/SEXO	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
						1								
						0								
BRANCO	67	33	55	67	75	0	90	80	91	60	97	86	92	86
PARDO	33	67	45	33	25		10	20	8	40	3	14	1	5
NEGRO													0,5	
Não Informado									1				6,5	9
						1								
						0								
Total	100	100	100	100	100	0	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: AESP, Listas Nominativas de Habitantes – Franca 1801, 1803, 1805, 1809, 1820, 1824 e 1829

*Exclusive indivíduos com cores não identificadas

³⁷ Essa família será acompanhada nas Listas Nominativas e objeto de pesquisa no capítulo três.

³⁸ CASTRO, H. M. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no sudeste escravista: Brasil século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

Contrapondo os dados da Freguesia da Franca com os de Mogi Mirim,³⁹ (quando esta ainda possuía produção basicamente voltada para o mercado interno) no início do oitocentos, observa-se que neste segundo município os proprietários brancos de escravos correspondiam a 94,8% do total e os pardos apenas 5,2%. Assim, nota-se uma concentração da posse escrava nas mãos de proprietários brancos tanto em Mogi Mirim como em Franca.

Entre os proprietários de escravos havia uma minoria designados com outras cores de pele. Antonio Reis da Prata, mineiro de São João Del Rey, casado com Tereza de Jesus que entre os anos de 1801 a 1809 foi citado como pardo. Toda a família de Antonio Reis da Prata foi designada como sendo de cor “P” no recenseamento. A cor expressa somente pela letra “P” poderia significar “*preto*” ou “*pardo*”; contudo, em nossa pesquisa adotou-se a letra “P” com definição de pardo para todos os moradores recenseados no Termo de Franca. Essa decisão baseava-se em todos os outros códigos utilizados para descrever a cor da população na documentação e na historiografia consultadas.

Na documentação, além da letra “P”, tem-se a letra “B” que nomeava brancos e a letra “N” de negros. Entre os proprietários de escravos encontramos apenas um caso de proprietário negro, João Dias Pereira, 76 anos, casado, mineiro, agricultor tinha a posse de sete escravos segundo o recenseamento de 1829⁴⁰. Nas Listas Nominativas, na maioria das vezes em que a letra “N” era utilizada para designar a cor de uma pessoa se referia a escravos. Portanto, independente de um tom de pele mais escura ou mais clara, a condição de livre daria a seu possuidor o direito de ser anotado como pardo e não negro como os escravos.

39 SOARES, L. O. **No Caminho dos Goiaes**: formação e desenvolvimento da economia escravista na Mogi Mirim do século XIX. Dissertação (Mestrado). São Paulo: FFLCH/USP, 2003. p.74.

40 AESP, LNH, Franca 1829. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº 205.

Com relação à cor, Peter Eisenberg⁴¹ destaca que em Campinas da segunda metade do século XIX, as denominações de pardo e mulato não se referiam necessariamente à aparência da pele, mas também remetiam à condição de livre de ascendência escrava e à mobilidade social. Também para Hebe Castro, no século XIX, a palavra pardo indicava um distanciamento de um passado escravo ou afirmava a liberdade, visto que negro, ou preferencialmente, preto, designava a condição de escravo.⁴² Entretanto, pardo, em geral, referia-se a filhos de forros e, assim, seria a primeira geração de descendentes de escravos nascidos livres.⁴³

Através da Tabela 2.7 pode-se visualizar a *distribuição dos proprietários de escravos segundo o sexo e as faixas etárias* entre os anos de 1801 a 1829. Ao observar o conjunto de proprietários, notamos o predomínio em 1801 nas faixas etárias entre 41 a 60 anos concentrando 53% dos homens. Em 1829, há um rejuvenescimento dos proprietários com 50% deles com idades entre 31 e 50 anos.

As mulheres proprietárias do ano de 1801 eram apenas 3, e, em idades mais velhas, a partir das faixas etárias de 41 a 50 anos, visto que as mulheres, na maioria, dos casos somente se tornavam proprietárias com o falecimento dos cônjuges como Izabel Correia contando com 72 anos, viúva, parda e proprietária de 02 escravos: João, 82 anos, solteiro e de origem Angola, e Balthazar, com 14 anos, solteiro e pardo, que se dedicavam a atividades agrícolas.⁴⁴

41 EISENBERG, P. L. **Homens esquecidos**. Campinas: Editora da Unicamp, 1989;

42 CASTRO, H. M. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no sudeste escravista: Brasil século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998;

43 FARIA, S. C. **A colônia em movimento**. Fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

44 AESP, LNH, Franca 1801. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº 47.

No ano de 1829, diferentemente dos homens proprietários, a maioria das mulheres continuaram em faixas etárias mais velhas entre 51 a 70 anos (49%), porém houve um acréscimo de mulheres proprietárias mais novas entre 21 a 40 anos o que não ocorreu antes. Tal fato se deve ao acesso da posse de cativos a mulheres solteiras e casadas com maridos ausentes dos domicílios, como o caso da chefe de fogo Maria Antonia, contando com 24 anos, solteira, branca e proprietária de 2 escravos *Angolas*.⁴⁵

Tabela 2.7
Distribuição em números absolutos e percentuais dos proprietários de
escravos conforme o sexo e as faixas etárias
(Franca 1801 – 1829)

ANOS	1801		1803		1805		1809		1820		1824		1829	
FAIXAS ETÁRIAS	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
0 a 10														
11 a 20	1						1				3		2	
21 a 30	1		1		2		7		26	3	36	5	44	6
31 a 40	1			1	10	1	15	1	37	3	51	5	60	8
41 a 50	4	1	5	1	8	1	19	3	37	4	40	4	53	5
51 a 60	4		1	1	5		9		26	3	25	4	35	12
61 a 70	2	1	2		4		6	1	11	1	14	1	18	9
71 a 80	2	1	1		2		1		2	1	1	2	6	2
81 a 90			1				4		3		3	1	3	
91 ou mais														1
Total de Proprietários	15	3	11	3	31	2	62	5	142	15	173	22	221	43
ANOS	1801		1803		1805		1809		1820		1824		1829	

⁴⁵ AESP, LNH, Franca 1829. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº 154.

FAIXAS ETÁRIAS	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
0 a 10														
11 a 20	7						2				2		1	
21 a 30	7		9		6		11		18	20	2	23	20	14
31 a 40	7			33	32	50	24	20	26	20	29	23	27	19
41 a 50	27	33	45	33	26	50	31	60	26	27	23	18	24	12
51 a 60	27	-	9	33	16		15		18	20	14	18	16	28
61 a 70	13	33	18		13		10	20	8	7	8	5	8	21
71 a 80	13	33	9		6		2		1	7	1	9	3	5
81 a 90			9				7		2		1	5	1	
91 ou mais														2
Total de Proprietários	15	3	11	3	31	2	62	5	142	15	173	22	221	43

Fonte: AESP, Listas Nominativas de Habitantes – Franca 1801, 1803, 1805, 1809, 1820, 1824 e 1829

*Exclusive indivíduos com idades não identificadas

Deve-se levar em consideração que a população do Brasil colônia não tinha a apreensão com a contagem da idade o que resulta em informações desconexas, quando acompanhamos as idades dos chefes de domicílios nominalmente em diferentes anos. Como destaca Bacellar:

A nova preocupação metropolitana e ilustrada em classificar populações por idade não batia com a realidade colonial, distante das novas preocupações com a ciência estatística e imersa em seus costumes tradicionais. Em outras fontes documentais, tal como testamentos ou autos cíveis e crimes, idades costumavam vir sob a fórmula possui tantos anos pouco mais ou menos.⁴⁶

46 BACELLAR, C. A. P. Arrolando os habitantes no passado: as Listas Nominativas sob um olhar crítico. **Locus: revista de história**, Juiz de Fora, v. 14, n. 1p. 113-132, 2008. p.118.

Levando-se em conta a Tabela 2.8 é possível afirmar que a maioria dos proprietários de escravos (ponderando os dois sexos) era casada, seguida por viúvos e solteiros.

Analisando os anos e os sexos separadamente, notamos que os homens *casados* foram maioria em todos os anos, representavam 93% em 1801, diminuindo para 88% em 1829.

Entre 1801 e 1829, havia 11 mulheres *casadas*, donas de escravos e na condição de chefe de fogos em situação permanente ou temporária. Entre elas, destaca-se Eufrásia Maria de Jesus, 56 anos, branca, agricultora, tendo em sua companhia 5 filhos e a posse de 5 escravos no recenseamento de 1820⁴⁷. Esta mulher no momento do recenseamento, apesar de casada, devido à ausência do marido, estava comandando o fogo e consequentemente a família e a escravaria. No ano de 1824, Eufrásia Maria de Jesus não está presente no recenseamento e em 1829⁴⁸ ela foi anotada como viúva chefe do fogo em que vivia na companhia de dois filhos. Do caso exposto acima podemos pensar em algumas hipóteses como o deslocamento dessa família para o local, no qual estava o esposo no momento do recenseamento de 1824, ou ainda em uma falha do recenseador que não anotou a família.

Nota-se que Eufrásia Maria de Jesus foi listada como chefe de domicílio primeiramente como casada, devido à ausência do marido, depois apareceu como chefe do fogo por ter ficado viúva conforme Motta:

Esse pequeno peso relativo das mulheres entre os proprietários de escravos, decorre, em grande medida, do fato de a posse do plantel ser, como regra geral, sempre atribuída, no caso de escravistas casados, ao cônjuge do sexo masculino, a menos que exista no documento compulsado alguma indicação explícita que contrarie essa regra, ou na hipótese de o cônjuge do sexo masculino estar ausente por ocasião do arrolamento ⁴⁹

47 AESP, LNH, Franca 1820. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº 214.

48 AESP, LNH, Franca 1829. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº 15.

Tabela 2.8
Distribuição em números absolutos e percentuais dos proprietários de
escravos conforme o sexo e estado conjugal
(Franca 1801 – 1829)

Anos	1801		1803		1805		1809		1820		1824		1829	
Estado Conjugal	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
SOLTEIRO	1			0	3		6		7	1	4	1	18	6
CASADO	14		10	0	27		54		128	1	163	1	200	9
VIÚVO		3	1	3	2	2	2	5	8	13	6	20	7	28
Total	15	3	11	3	32	2	62	5	143	15	173	22	225	43
Estado Conjugal	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
SOLTEIRO	7				10		10		5	7	2	5	8	14
CASADO	93		91		84		87		89	7	94	4	89	21
VIÚVO		100	9	100	6	100	3	100	6	86	3	91	3	65
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: AESP, Listas Nominativas de Habitantes – Franca 1801, 1803, 1805, 1809, 1820, 1824 e 1829

*Exclusive indivíduos com estado conjugal não identificado

Os *solteiros*, eram principalmente homens, sendo 1 em 1801, 3 em 1805, 6 em 1809 aumentando para 7 em 1820, e 18 em 1829. Dentre os proprietários acompanhados, Antonio Antunes de Almeida se manteve solteiro, durante os anos de 1801 a 1809 em que foi recenseado.

Antonio Antunes de Almeida era filho do primeiro Capitão de Ordenanças do Sertão do Rio Pardo Manoel de Almeida e de Dona Ana de Souza Antunes. Nas listas de 1801 e 1803; Antonio, com 29 anos, aparece solteiro, habitando o domicílio paterno. Em 1804, com o falecimento do pai, Antonio Antunes de Almeida assume o domicílio e passa a ser anotado como chefe de domicílio e proprietário de escravos.⁵⁰

49 MOTTA, J. F. **Corpos escravos, vontades livres**: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829). São Paulo, FAPESP, Annablume, 1999. p. 116.

50 AESP, LNH, Franca 1801. 3º Cia. de Ordenanças, fogo nº 01.

Conseguimos acompanhar Antonio Antunes de Almeida nas Listas Nominativas até o ano de 1809. Nesse ano foi listado como proprietário de 16 escravos entre homens, mulheres, idosos e crianças e em seu domicílio foi registrada a presença das famílias agregadas de Joze Roiz. de Oliveira e de Ignacio Bueno totalizando 19 agregados.⁵¹ Após essa lista, não verificamos mais vestígios de Antonio Antunes de Almeida e também não foi possível localizar inventário *post-mortem*. Apenas acompanhamos seu irmão, Vicente Ferreira Antunes, nos recenseamentos do Termo de Franca até o ano de 1820.

Em toda a documentação, encontramos mulheres *solteiras* proprietárias apenas a partir da segunda década do século XIX, sendo uma em 1820, uma em 1824 e 06 em 1829. Como exemplo citamos Maria Zeferina, parda, com 30 anos, solteira, criadora e agricultora, mãe de quatro filhos e senhora de 15 escravos.⁵² As proprietárias viúvas sempre existiram em maior número que os proprietários viúvos.

Em Areias (localidade situada no Vale do Paraíba paulista), a situação era semelhante a de Franca. Com relação a situação conjugal, Luna demonstra que havia uma profunda diferença entre homens e mulheres. O autor, ao analisar os proprietários segundo o sexo, demonstra:

Caracterizava-se profunda diferença entre homens e mulheres. Nos primeiros, os casados perfaziam cerca de 80%, os solteiros cerca de 15% e os viúvos entre 3 a 8%. Entre as mulheres, repetia-se a situação tradicional das proprietárias de escravos: expressiva maioria das viúvas, com aproximadamente 75%; as demais se dividiam de forma equilibrada entre casadas e solteiras.⁵³

51AESP, LNH, Franca 1809. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº 29.

52 AESP, LNH, Franca 1820. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº 214.

53 LUNA, F. V.. **Areias**: posse de escravos e atividades econômicas (1817-1836). São Paulo: NEDH – FEA/USP, 1995.p.8.

Tomando-se a *distribuição dos proprietários de escravos conforme a origem e o sexo* (Tabela 2.9), verifica-se que no ano de 1801 prevaleceram escravistas originários da Capitania de São Paulo (44%) em relação aos nascidos em outras localidades. Também foram citados nas Listas Nominativas proprietários de escravos provenientes de diferentes localidades no Brasil como Goiás, Minas Gerais e estrangeiros vindos de Lisboa e Guimarães.

A partir do ano de 1805, Minas Gerais passou a ser a Capitania de origem da maioria dos escravistas contando com 12 proprietários⁵⁴ (48%), seguidos por 09 (36%) originários de São Paulo.

Tabela 2.9
Distribuição dos proprietários de escravos conforme o sexo e as origens
(Franca 1801 – 1829)

ANOS	1801		1803		1805		1809		1820		1824		1829	
NATURALIDADES	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Arraial do Cabo Verde			1		1		1							
Arraial do Pitangui			1		1									
Campanha do Rio Verde	1		1		1		1							
Freguesia Congonhas do Campo					2		2		1		1			
Europa													3	
Estrangeiro													1	
Minas Gerais							35		124	2	142	3	127	26
Goiás	2		1		2		3				1			
Guimarães	1				2		2				1			
Ilhas											2			
Itaberaba					1									
Lisboa	1		1						3		2			
São Bento do Tamandua					1									
São João Del Rey					2		2		1					
São Paulo	4		3		9		11	1	2		2		2	3
Vila de São Joze					3		3		2		1			

54 As primeiras Listas Nominativas do século XIX apresentavam local de origem mais específico dos migrantes; a partir de 1820 os migrantes oriundos de Minas Gerais passaram a ter designados a sua naturalidade apenas com o termo *Gerais*. Seguindo a documentação, optamos por demonstrar todas as diferentes localidades que encontramos para demonstrar melhor o trânsito das pessoas. Esse movimento pode ser melhor observado no capítulo um quando acompanhamos algumas famílias no tempo e no espaço.

TOTAL	9	8	25	60	1	133	2	152	3	133	29
-------	---	---	----	----	---	-----	---	-----	---	-----	----

Fonte: AESP, Listas Nominativas de Habitantes – Franca 1801, 1803, 1805, 1809, 1820, 1824, 1829.

*Exclusive indivíduos com naturalidades não identificadas

A partir da segunda década dos oitocentos, os proprietários de escravos naturais de Minas Gerais passam a ser dominantes no Nordeste Paulista, sendo 93% em 1820 e 1824 aumentando para 95% em 1829. O estudo das origens dos proprietários demonstra a forte presença de migrantes mineiros no Nordeste Paulista e que esses traziam consigo as suas escravarias.⁵⁵

Confrontando dados, percebe-se que em Franca os percentuais de proprietários de origem mineira são em maior quantidade *vis-avis* com outras localidades da Província/Capitania de São Paulo. Um exemplo é Areias, localidade no Vale do Paraíba em que os proprietários de origem mineira constituíam cerca de 25%, percentual inferior aos proprietários originários de São Paulo que representavam 50% dos escravistas nesta localidade no início do século XIX.⁵⁶

Ainda no Vale do Paraíba, ao observarmos a localidade de Bananal, no ano de 1801, a maioria dos proprietários de escravos era de origem mineira (40,9%) e os da província de São Paulo representavam 22,7%. Contudo, segundo Motta, nos outros dois períodos, 1817 e 1829, os mineiros deixaram de representar o segmento predominante que passou a ser dos naturais da província de São Paulo, estes consistiam 29,7% em 1817 e 24,6% em 1829.⁵⁷

Considerando *separadamente* os sexos, notamos que as mulheres proprietárias de escravos não tiveram suas origens anotadas nos três primeiros anos (1801, 1803 e 1805). É possível que a ausência das naturalidades das mulheres

55 CHIACHIRI, J. F. **Do Sertão do rio pardo a Vila Franca do Imperador**. Franca, 1973 Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia Ciência e Letras, Universidade Estadual Paulista.

56 LUNA, F. V. **Areias**: posse de escravos e atividades econômicas (1817-1836). São Paulo: NEDH-FEA/USP, 1995. p.9.

57 MOTTA, J. F. **Corpos escravos, vontades livres**: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829). São Paulo, FAPESP, Annablume, 1999. p. 166.

esteja ligada à prática de se atribuir a posse da escravaria aos homens como já citado anteriormente. Com a ausência ou morte do cônjuge, o plantel passava a ser administrado pelas mulheres; porém os recenseadores acabavam omitindo as origens delas.

Em 1809, temos a primeira proprietária de escravos com origem indicada no recenseamento, trata-se de Maria Pires Cordeiro, viúva, natural de São Paulo. Em 1820, recensearam-se 15 proprietárias mulheres, dessas apenas duas foram listadas como originárias de Minas Gerais: Mariana Pereira, 56 anos, viúva e parda e Joaquina Custódia Maria, 30 anos, viúva e branca.⁵⁸

No ano de 1829 foram recenseadas 50 proprietárias de escravos, dessas 26 (52%) eram naturais de Minas Gerais e três (11,5%) eram naturais de São Paulo.

2.2 - Os movimentos ocorridos entre os proprietários de escravos

Ao elaborarmos o acompanhamento nominativo, nas Listas Nominativas; notamos que, em alguns casos, os domicílios não foram recenseados seguidamente nos anos. Essa questão pode ser abordada como uma falha do recenseador que não anotou todos os domicílios em um determinado ano ou também como um possível trânsito de pessoas na Capitania/Província ou entre elas. Para acompanhar melhor as possíveis situações, elegemos alguns exemplos que podem auxiliar na construção da dinâmica da população do Nordeste Paulista. Entre eles, destacamos o caso do domicílio chefiado por Manoel Antonio de Moraes. Esse *cabeça de fogo* foi acompanhado entre os anos de 1801 e 1809. Nos recenseamentos de 1803 e 1805 não encontramos a presença do mesmo e de sua família no Nordeste Paulista.

Para compreender melhor, analisaremos o domicílio chefiado por Manoel Antonio, nos anos em que conseguimos acompanhá-lo. Em 1801, ele foi anotado com 42 anos, branco, natural da Capitania de São Paulo e casado com Martinha Pirez, de 33 anos de idade e também branca. Os filhos do casal: Antonio, 14 anos,

58 AESP, LNH, Franca 1820. 2º Cia. de Ordenanças, fogo nº12. AESP, LNH, Franca 1820. 2º Cia. de Ordenanças, fogo nº52.

Pedro, 12 anos; Geraldo, 10 anos; Joze, 7 anos; Ana, 08 anos; Gertrudes, 05 anos e Maria, com 16 anos, casada com Joaquim de 21 anos, citado como agregado.⁵⁹

O domicílio tinha como atividade econômica o plantio de alimentos para o sustento da família e Manoel Antonio de Moraes era proprietário de um escravo: Francisco, com 42 anos de idade, pardo e listado como crioulo. Além da agricultura para subsistir, também foi designada a atividade de passagem (pousada).⁶⁰

No ano de 1809, essa família foi novamente recenseada no Termo de Franca. Manoel Antonio de Moraes foi listado contando 50 anos de idade e anotado juntamente com seus filhos, como pardo. Sua esposa, Martinha Pirez, foi à única no domicílio que continuou sendo recenseada como branca. Apenas a filha Maria, já casada, não aparece mais no domicílio paterno. Houve a perda da posse do único escravo do domicílio.

Outro movimento que demonstra a dinâmica em que essa população estava inserida era o de saídas e chegadas do Termo de Franca, demonstrando um constante deslocamento de pessoas. Para melhor elucidar, acompanhamos a trajetória de alguns homens no período em que nos foi possível localizá-los na documentação. Entre eles, destacamos o caso de José Gomes, recenseado em 1803 como “*novo entrante*”. O termo designava um migrante mineiro que havia chegado ao Nordeste Paulista e aparecia pela primeira vez no recenseamento. Em todo o período (1801 a 1829) em que efetuamos o acompanhamento nominativo, encontramos 22 chefes de domicílios proprietários de escravos designados como novos entrantes⁶¹

José Gomes e sua família foram recenseados como originários do *Arraial do Pitangui Distrito das Gerais* (atual município de Pitangui no centro oeste mineiro). Além do chefe do fogo, no recenseamento podemos acompanhar o deslocamento

59 AESP, LNH, Franca 1801. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº4. AESP, LNH, Franca 1809. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº152.

60 CORREIA JUNIOR, C. **Os primórdios do povoamento do Sertão do Capim Mimoso**. Monografia, Franca, 136 p.

de sua família e escravaria. José Gomes deslocou-se na companhia de sua esposa Rosana e os cinco filhos do casal.⁶²

Nas listas nominativas, é possível acompanhar esse chefe de domicílio e sua família até o ano de 1805 quando José Gomes foi anotado como agricultor e continuou como proprietário de escravos.⁶³

Além do movimento percebido nos chefes de domicílios recenseados como “*novos entrantes*”, foi possível identificar outro tipo de movimento: o deslocamento de pessoas em domicílios já constituídos. Esse foi o caso observado no fogo chefiado por Ignacio Joaquim⁶⁴ que no recenseamento do ano de 1801 teve somado ao seu domicílio o genro Joaquim Bueno, que veio do Rio das Velhas, região central de Minas Gerais. Esse deslocamento demonstrou que, além do trânsito de pessoas, havia também a comunicação entre os mineiros fixados no Nordeste Paulista com habitantes de Minas Gerais

Por ser uma região de fronteira aberta, nem só de chegadas era composto o deslocamento de pessoas no Nordeste Paulista. Existiam também movimentos de saídas para outros locais como é o caso do chefe de domicílio Domingos Andre e

61 São eles: Joze Gomes, Antonio Alves Guimarães, Heytor Ferreira de Barcellos, João Caetano Roiz de Souza. Joze Glz. de Mello, Julião Barbosa, Francisco Luis Teixeira, João Mendes, José Mis. Ferreira, Manoel, Henrique, Fabiano Alves da Silveira, G (ilegível) Ferreira dos Santos, Manoel Roiz Nunes, Marcimiano Glz. Lima, José Carlos Aragão, Mateus Ignacio de Faria, Venâncio Pereira Neves, Severiano Mendes Guimarães, Domingos Bernardes, Joaquim Antonio e José Ferreira Muniz. AESP, LNH, Franca 1803, 1805, 1809, 1820 e 1824.

62 AESP, LNH, Franca 1803. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº40.

63 AESP, LNH, Franca 1805. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº41.

64 AESP, LNH, Franca 1801. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº23.

sua família. Domingos Andre⁶⁵ foi recenseado no ano de 1801 na companhia de sua esposa Ana e seus três filhos. Além dessa família, habitavam o domicílio 14 agregados. Nesse mesmo ano, foi anotado na Lista que Domingos Andre *plantava para o seu gasto e para mudança para a Vila de Mogi Mirim*. No próximo ano de nosso acompanhamento nominativo (1803), não encontramos mais esse proprietário de escravos o que sugere a efetivação do deslocamento da família, dos agregados e do plantel de escravos.

Outro movimento foi observado dentro dos domicílios já estabelecidos no Termo de Franca: o trânsito de homens casados que muitas vezes deixaram esposa e família e se aventuraram pelo sertão ou por outras Capitanias. Essa situação foi observada no domicílio chefiado, em virtude da ausência do esposo, por Ana Claudina. Encontramos essa mulher como chefe de domicílio nos anos de 1824 e 1829 sempre designada como casada. No ano de 1824, o domicílio chefiado por Ana Claudina, contando com 40 anos de idade, parda e mineira era composto por suas filhas: Maria, Ana, Francisca, Luzia, Tereza e Ângela. Além dos moradores livres, o domicílio era composto de dois escravos: Ana, contando com 50 anos e Francisco, de 05 anos, provavelmente filho de Ana.

No outro ano em que acompanhamos essa chefe de domicílio (1829), notamos algumas modificações. Em 1829, residiam em seu domicílio apenas três filhas: Maria, Ana e Ângela e uma criança do sexo masculino que não havia sido recenseada anteriormente: Joze contando 6 anos de idade, também anotado como filho de Ana Claudina.

Esse domicílio continua tendo a propriedade de escravos, mesmo sem a presença do elemento masculino para chefiá-lo. No último ano em que acompanhamos o fogo, a sua escravaria passou por modificações. Eram escravos do domicílio em 1829: Caetana com 50 anos de idade e Silveria com 30.

Com o cônjuge ausente, Ana Claudina dedicou-se a atividades de caráter mais mercantil, sendo listada como sua ocupação a de *negociante* e a de *agências*⁶⁶

Outro caso de esposa que assume o comando do domicílio e da escravaria pela ausência do marido é o de Eufrasia Maria de Jesus recenseada contando com

⁶⁵ AESP, LNH, Franca 1801. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº25

56 anos, branca, tendo como ocupação a agricultura. Neste ano (1820), habitavam o domicílio os filhos: Silverio, 28 anos; Honório, 22 anos; Leone, 16 anos; Silverio (2º), 12 anos e Maria, com 08 anos de idade. Todos brancos e solteiros.⁶⁷

Nesse domicílio dedicado à agricultura de subsistência foram plantados milho e feijão com a mão de obra de cinco escravos.

No segundo ano (1829) em que acompanhamos Eufrasia Maria de Jesus, esta foi recenseada com 64 anos de idade e o seu estado conjugal alterou-se para viúva. Como chefe desse domicílio, permaneceu na companhia de dois filhos: Silverio e Maria, como proprietária de cinco escravos.⁶⁸

Do caso exposto acima, notamos o caso de morte e sucessão. A mulher ainda casada chefiava o domicílio devido a ausência do esposo que devia estar em trânsito para tentar encontrar novas áreas para a ocupação. Com o falecimento do cônjuge ela passou a ser a chefe do fogo em definitivo, assumindo a responsabilidade pelo sustento da família e a posse da escravaria

Além da morte de um dos cônjuges, identificamos também o movimento dos casamentos e a formação de novos domicílios. Entre eles, podemos citar a filha de Antônio Alves Guimarães, natural do Termo de Guimarães (Portugal) e Josepha Gomes Moreira, natural de Itubiava na Comarca do Rio das Mortes. No ano de 1817, Joana Gomes Moreira, filha deste casal, natural de Piumhy (localidade mineira próxima à fronteira com o Nordeste Paulista) contraiu matrimônio com José Justino Faleiros, natural de São José Del Rey, também em Minas Gerais. José Justino Faleiros era filho de Joseph Faleiros de Aguiar e Ana Joaquina do Sacramento, irmã de Antônio Vieira Velho (II) que, por sua vez, era casado com Rosa Maria de Viterbo

66 COSTA, I.D.N e NOZOE, N.H. Economia colonial brasileira: classificação das ocupações segundo ramos e setores. **Estudos Econômicos**, São Paulo, 17 (1): 69-87, jan./abr. 1987.

67 AESP, LNH, Franca 1820. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº214

68 AESP, LNH, Franca 1829. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº15

irmã uterina de Hypolito Antonio Pinheiro⁶⁹ todos estes mineiros deslocados para o Nordeste Paulista.

Na dinâmica populacional, também notamos casos em que os chefes de domicílios migraram, em sua maioria dos casos, de Minas Gerais para o Termo de Franca e aqui se estabeleceram, seja por um longo período ou até à sua morte. Nesses casos, foi possível notar o estabelecimento de famílias que, antes em trânsito, fixaram-se em uma localidade, em muitos dos casos pelo acesso a terra. Eisso ocorreu com Antonio Alves Guimarães (citado anteriormente) que veio de Portugal para a colônia. Estabelecido na Capitania de Minas Gerais contraiu matrimônio com Josepha Gomes Moreira filha de Manoel Gomes Ferreira e Violante Moreira de Assunção.

Ao acompanharmos os registros paroquiais dos filhos do casal notamos o trânsito desta família por Minas Gerais, pois os filhos do casal foram batizados desde Itubiava (Comarca do Rio das Mortes), local de batismo do primogênito, até à filha caçula, na Comarca de Piumhy (atual cidade de Piumhi, no centro-oeste de Minas Gerais)

A partir de 1805, Antonio Alves Guimarães foi listado como *novo entrante* na Freguesia de Franca. No domicílio por ele chefiado, foram recenseados sua esposa Josepha, os filhos: Antonio, Manoel, Domingos, Maria, Josefa, Francisco, Antonia e Joana. Além da família, foi anotada nesse fogo a propriedade de 13 escravos, contabilizando 9 homens e 4 mulheres com idades entre 9 e 60 anos⁷⁰

Nesse mesmo período, Antonio Alves Guimarães obteve a Carta de Sesmaria assinada pelo governador Antonio da Franca e Horta, de uma área que compreendia três léguas de testada e uma de fundo sendo denominada de Fazenda Macahubas, local que há certo tempo Antonio Alves Guimarães cultivava terras e criava gado vacum.⁷¹

69 Esse chefe de fogo será objeto de pesquisa noutro capítulo.

70 AESP, LNH, Franca 1805. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº4.

Com a posse de terras, Antonio Alves Guimarães manteve-se como escravista, criador e agricultor até o ano de 1826 quando veio a falecer no Termo de Franca. No seu inventário *post-mortem*⁷² constam os seguintes bens: bens imóveis – Fazenda Macaubas; bens móveis: cobre, estanho, louças de casa, vidros, trates de casa, ferro, carro com arreios; tangíveis: 4 animais cavalares, 80 cabeças de vacum, muares; escravos sendo: Francisco, com 20 anos mestiço, Ignacio com 41 anos, Jose, com 60 anos de origem Banguela, Estevão com 39 anos, crioulo e Jenoveva, com 41 anos, parda.

Do exposto, é possível notar que migrantes mineiros com o acesso a terra e com ela, certa ascensão social, por aqui se estabeleceram. Dentre os registros de ascensão, também podemos destacar aqueles chefes de domicílios que não eram proprietários de escravos e passaram a ter a posse de cativos; dentre eles, destacamos Francisco Machado do Espírito Santo que, em 1805, foi recenseado como *novo entrante* na Freguesia de Franca. Esse migrante de origem mineira (natural de São João Del Rey) foi anotado com 45 anos de idade, de cor branca e casado com Maria Rodrigues, 35 anos, também branca. Além do casal, migraram dez filhos contando com idades entre 20 anos e 01 e 20 anos: Antônio, Jose, Bernardo, Francisco, Joaquim, João Luiz, Mariana, Maria e Jozefa.⁷³

No momento da migração deste chefe de fogo e de sua família de Minas Gerais para o Nordeste de São Paulo (1805) estes plantavam gêneros de subsistência como milho e feijão. Em 1809, Francisco e Maria Rodrigues passaram a ter 12 filhos no total, dois nascidos em Franca. Em 1820, esta família consta nas Listas, pois pode ter migrado temporariamente, já que volta a aparecer em 1824, em situação diferente. Com a família, em 1824, viviam apenas 5 filhos, o que se

71 ROCHA, O. F. **Apontamentos genealogias**. Famílias Faleiros, Rocha, Nascimento, Nogueira e elementos ligados a eles. São Paulo, 1968.

72 AHMF, Inventários *post-mortem*. Arquivo cível 2, caixa 2, nº31.

73 AESP, LNH, Franca 1805. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº8.

pressupõe que os demais haviam se casado e se fixado em outras regiões, ou pode ter havido algum caso de falecimento. Também em 1824, Francisco Machado passou a ter 6 escravos com idades variando em 10 e 42 anos, desses 5 eram de origem africana e 1 de origem nacional. Entre os escravos havia um casal Ambrozio, com 20 anos, Benguela casado com Quiteria, com 18 anos, Benguela. Os demais constam como solteiros. Em 1829, o plantel era composto de 7 escravos, devido ao nascimento de Eva que já estava com 9 anos. Eva foi designada como crioula.⁷⁴

Antes de 1824, consta que a família de Francisco e Maria Rodrigues plantava somente para o gasto, mas, neste ano – que coincide com a posse de escravos - a citações sobre a seguinte produção: 10 carros de milho e 12 alqueires de feijão, cuja parte consequentemente foi direcionada ao mercado.

Por fim percebe-se que a maioria dos proprietários eram homens, donos de terras, agricultores e criadores, entre 21 e 60 anos. Isso não exclui uma parte de proprietárias mulheres, homens pardos, e até alguns que foram identificados como pobres; há casos de não proprietários que no decorrer do tempo tornaram-se donos de escravos; ao contrário proprietários que perderam parte ou todo o plantel no decorrer da vida; mulheres que tinham que comandar a escravaria na ausência do marido quer seja em decorrência do trânsito constante do chefe do fogo, ou da fatalidade da viuvez. Os proprietários de escravos, como é próprio do cotidiano das populações do período, viam sua posses baseadas no escravo serem alteradas constantemente.

74 Sobre a posse de crianças escravas ver: BACELLAR, C. A. P. **Viver e sobreviver em uma vila colonial**. Sorocaba, século XVIII e XIX. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2001. Em especial capítulo V.

Capítulo 3 – A posse e as características demográficas dos escravos

Este capítulo demonstra a concentração e pulverização da posse de escravos entre proprietários, visando apresentar as características específicas do Nordeste Paulista no período de constante movimento de pessoas e de ocupação efetiva do território, além de comparar a situação encontrada com outras regiões de economia semelhante.

3.1 – A posse dos escravos

Os 18 proprietários de cativos existentes no Nordeste Paulista, em 1801, eram detentores de um total de 95 escravos, cabendo a cada proprietário, em média, 5,2 escravos. No ano de 1803, tanto os domicílios como o número de escravos recenseados diminuíram, sendo 14 senhores e 82 cativos, porém a média de escravos por proprietário sofreu um pequeno acréscimo para 5,8. No ano de 1805, os proprietários passaram a ser 107, donos de 185 cativos, cabendo a cada um a média de 5,4 escravos. Após quatro anos (1809), os proprietários aumentaram para 67 e os escravos para 328, pertencendo a cada dono, em média 4,8 escravos. No segundo período de nossa pesquisa, o número de proprietários aumentou para 160 e o de escravos para 993 em 1820. Pode-se observar que o crescimento do número de escravos cresceu além dos proprietários, o que resultou na elevação da média de escravos para 6,2. Nos dois últimos anos, percebemos um movimento contrário, o aumento de proprietários de escravos foi maior do que o da posse, sendo 195 senhores e 948 escravos, com média de 4,8 cativos por senhores, em 1824. Sabendo-se que, em 1829, foram contados 270 proprietários e 1459 escravos, sendo a média 5,4 cativos por chefe de domicílio, voltando a média do período estudado.

Tabela 3.1
Número de proprietários e de escravos
(Franca 1801 – 1829)

Nº de Escravos	Números de Proprietários por Anos							Total de Escravos por Anos						
	1801	1803	1805	1809	1820	1824	1829	1801	1803	1805	1809	1820	1824	1829
1	6	3	8	13	40	53	67	6	3	8	13	40	53	67
2	2		5	14	21	41	53	4		10	28	42	82	106
3	1	1	1	13	12	15	31	3	3	3	39	36	45	93
4		1	3	4	17	15	14		4	12	16	68	60	56
5	2	4	3	5	12	12	16	10	20	15	25	60	60	80
6	2	1	3	1	6	12	12	12	6	18	6	36	72	72
7			1	3	12	6	18			7	21	84	42	126
8			1	1	6	6	7			8	8	48	48	56
9	1		1	1	7	3	7	9		9	9	63	27	63
10			2	3	3	8	4			20	30	30	80	40
11	1	3	1	2	1	2	7	11	33	11	22	11	22	77
12	2		1	1	2	3	7	24		12	12	24	36	84
13			4	1	1	2	5			52	13	13	26	65
14		1		1	2	4	1		14		14	28	56	14
15				1	1	2	1				15	15	30	15
16	1			1	2	4	1	16			16	32	64	16
17				1		1	2				17		17	34
18					2	1	4					36	18	72
19					2	2	2					38	38	38
20					1	1	2					20	20	40
21					1		1					21		21
22					1		1					22		22
23					2		1					46		23
24				1	1	1					24	24	24	
25							1							25
26					1		2					26		52
27														
28					2	1						56	28	
29					1		1					29		29
36							1							36
37							1							37
45					1							45		
TOTAL	18	14	34	67	160	195	270	95	83	185	328	993	948	1459

Fonte: AESP, Listas Nominativas de Habitantes – Franca 1801, 1803, 1805, 1809, 1820, 1824, 1829.

Com o objetivo de estudar a estrutura da posse dos escravos, dividimos os números totais dos escravos possuídos por faixas, indicando os números absolutos e percentuais dos senhores e de seus escravos. (Tabela 3.2).

Tabela 3.2
Número e porcentagem de proprietários e escravos por faixas
(tamanho dos plantéis)
(Franca 1801 – 1829)

Faixas de Plantéis	PROPRIETÁRIOS							ESCRAVOS						
	1801	1803	1805	1809	1820	1824	1829	1801	1803	1805	1809	1820	1824	1829
1	6	3	8	13	40	53	67	6	3	8	13	40	53	67
2 a 5	5	6	12	36	62	83	114	17	27	40	108	206	247	335
6 a 10	3	1	8	9	34	35	48	21	6	62	74	261	269	357
11 a 15	3	4	6	6	7	13	21	35	47	75	76	91	170	255
16 a 20	1			2	7	9	11	16			33	126	157	200
21 a 30				1	9	2	7				24	224	52	172
31 ou +					1		2					45		73
TOTAL	18	14	34	67	160	195	270	95	83	185	328	993	948	1459

Faixas de Plantéis	PROPRIETÁRIOS							ESCRAVOS						
	1801	1803	1805	1809	1820	1824	1829	1801	1803	1805	1809	1820	1824	1829
1	33	21	24	19	25	27	25	6	4	4	4	4	6	5
2 a 5	28	43	35	54	39	43	42	18	33	22	33	21	26	23
6 a 10	17	7	24	13	21	18	18	22	7	34	23	26	28	24
11 a 15	17	29	18	9	4	7	8	37	57	41	23	9	18	17
16 a 20	6			3	4	5	4	17			10	13	17	14
21 a 30				1	6	1	3				7	23	5	12
31 ou +					1		1					5		5
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: AESP, Listas Nominativas de Habitantes – Franca 1801, 1803, 1805, 1809, 1820, 1824, 1829.

Em 1801, os detentores da posse de 1 escravo representavam 33%. Ao longo dos anos, os proprietários possuidores de apenas 1 cativo passou para 19% (1809) e 25% em 1829.

Como exemplo da posse de 1 cativo havia o fogo chefiado por Joaquim Mariano, 29 anos, branco e mineiro recenseado no ano de 1820, junto com sua esposa Ana, 31 anos, branca, com dois filhos pequenos. Nesse ano, Joaquim Mariano foi anotado como *pobre* e sem a posse de cativos. Ao acompanhar esse

domicílio no próximo recenseamento (1824), o mesmo Joaquim Mariano foi anotado como *agricultor* e chefiava o domicílio composto por sua esposa e 5 filhos. A esse domicílio foi somada a posse do único escravo Joaquim de 10 anos, sendo pardo e *crioulo*.¹ Neste caso, observa-se que o cativo ainda era uma criança.

Também com plantel composto de 1 escravo havia, em 1820, o caso de Luiz Neves, contando com 35 anos, branco, mineiro e casado com Maria, 32 anos, branca. O casal tinha 6 filhos com idades entre 1 e 10 anos. Luiz Neves era proprietário de apenas 01 escravo: Mateus, com 70 anos, solteiro e de origem Banguela. Mesmo com filhos crianças e apenas 1 escravo já idoso, o domicílio tinha produtividade para suprir as necessidades da família com *milho, feijão e porco* e ainda comercializar excedentes de *capados* e praticar outra atividade comercial: a venda de 25 alqueires de sal². Provavelmente, o proprietário utilizava de mão de obra livre.

Também encontramos domicílios com apenas um escravo em idade produtiva. É o caso do proprietário Joze Gonçalves Leitão, contando com 51 anos, branco, mineiro e casado com Roza Maria, 50 anos e de cor parda. No recenseamento de 1820, o casal aparece como pais de 6 filhos: Joaquim, 20 anos; Manoel, 18 anos; Mariano, 13 anos; Felizardo, 08 anos; Domingos, 04 anos e Ignacia com 01 ano. Nesse mesmo ano, Joze Gonçalves Leitão foi anotado como criador, agricultor e proprietário do escravo João, contando com 26 anos, solteiro, negro e de origem Banguela. O domicílio chefiado por Joze produziu milho, feijão, algodão, criou porcos e bois.³

A aquisição e/ou herança de um escravo, mesmo criança ou idoso, poderia gerar um aumento na mão de obra e acarretar um complemento no trabalho familiar, como no domicílio de Joze Gonçalves Leitão que contava com a força de trabalho do casal de três filhos adultos e de um escravo em idade produtiva.

Tendo por base, o modelo de Gavin Wrigth, Claudia Maria Fuller, destaca que o recurso à posse de escravos:

¹ AESP, LNH, Franca 1820. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº22. AESP, LNH, Franca 1824. 2º Cia. de Ordenanças, fogo nº38.

² AESP, LNH, Franca 1820. 2º Cia. de Ordenanças, fogo nº62.

³ AESP, LNH, Franca 1820. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº163.

Enquanto complemento do trabalho familiar (...) os cativos estariam trabalhando junto da família livre, e quem sabe até partilhando o mesmo teto e as mesmas condições de vida material. Esta seria um tipo de convivência que nivelaria o estilo de vida de livres e cativos, residindo à diferença principalmente na condição de liberdade ou não, numa maior possibilidade (por parte dos livres) de buscar novos rumos para suas vidas.⁴

Quando se verificam os proprietários de pequenos plantéis nas faixas de 2 a 5 escravos, nota-se que essa era a faixa que mais agrupava os proprietários contando com 43%⁵ em 1803, 54% em 1809 e 42% em 1829. Entre os escravistas de plantéis médios, nas faixas de 6 a 10 escravos, os percentuais foram de 17% no ano de 1801, 13% em 1809 e no ano de 1829 foram de 18%. Os proprietários de plantéis nas faixas de 11 a 15 escravos representavam 17% no ano de 1801, 9,% em 1809 e 8,% em 1829. Os detentores de plantéis com mais de 16 cativos eram em 1801 6,%, 4,% em 1809 e 8% em 1829.

Percebe-se no Nordeste Paulista, uma distribuição distinta da riqueza escrava com um predomínio em um primeiro momento (1801) de plantéis unitários, com o evoluir das migrações e da economia de subsistência e mercado interno passa-se a ter a preponderância de plantéis de 2 a 10 escravos, concentrando em torno de 60,0% dos *senhores* de escravos.⁶

Os percentuais encontrados em nossa pesquisa ampliam para o Nordeste Paulista as evidências apresentadas por Luna e Costa para outras localidades da Província de São Paulo no começo do século XIX (1804) como Campinas, Guaratinguetá, Itu, Jacareí, Lorena, Mogi das Cruzes e Sorocaba. Essas regiões concentravam grande número de proprietários e poucos desses tinham muitos

⁴ FULLER, C. M. **Pequenos agricultores numa economia açucareira e exportadora**. (Campinas, 1820-1840). Dissertação (Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1995.p.197.

⁵ Exceção o ano de 1801, em que a maioria dos proprietários tinha apenas 1 escravo (37%).

⁶ Se somarmos os plantéis com apenas um escravo os percentuais nas faixas de 1 a 10 escravos foram de 85%. Sobre a posse de escravos no Nordeste Paulista ver: OLIVEIRA, L. L. A posse de escravos em Franca-SP, segundo os inventários (1822-1830). **Estudos de História**, Franca, v.1, p.173-185. 1994. ; OLIVEIRA, L. L. **Economia e História Franca: século XIX**. Franca: UNESP-FHDSS: Amazonas Prod. Calçados S/A, 1997, capítulo 03.

escravos⁷. Nas localidades citadas os proprietários que detinham de 1 a 10 escravos eram em torno de 80% (Campinas, Guaratinguetá, Lorena) e 90% (Jacareí, Mogi das Cruzes, Sorocaba).

No Nordeste Paulista, analisando a escravaria por tamanho de plantel (Tabela 2.9) observa-se que os escravos em grandes plantéis - acima de 11 escravos - correspondiam 54% do total no ano de 1801, 40% em 1809 e 48% no último ano (1829).⁸ Seguidos pelos escravos que estavam em propriedades médias - de 6 a 10 cativos - concentrando em torno de 20% da escravaria nos anos em análise (1801, 1809 e 1829). Por último, vinham os escravos de pequenos plantéis - 1 a 5 - estando em torno de 24% em 1801, 37% em 1809 e 28% no ano de 1829.

Diferentemente, em Araxá, atual região do Alto Paranaíba mineiro, onde as bases econômicas eram semelhantes as de Franca, entre os anos de 1816 a 1820, 68,4% dos escravos estavam nos plantéis de 1 a 5 cativos, 21,1% nos plantéis de 6 a 10 cativos, e 10,5% em plantéis acima de 11.⁹

Diante dos dados sobre o número de proprietários de escravos e do tamanho dos seus plantéis entre 1801 e 1829 ficam evidentes as constantes modificações no decorrer do tempo. Houve casos em que passaram a possuir escravos, seja por compra ou por herança, e casos de proprietários com aumento e diminuição dos plantéis o domicílio de Manoel Pedro, de 41 anos, pardo, natural de Goiás, casado com Gertrudes Buena, de 25 anos, também parda, sem filhos.¹⁰ Esse chefe de fogo foi recenseado a partir do ano de 1801, tendo como ocupação a de *administrador da passagem do rio Grande*. Nesse mesmo, ano foi anotada a posse de 06 escravos, sendo 04 homens e 02 mulheres com idades entre 80 a 05 e 80 anos, com origens africanas e coloniais. No próximo recenseamento (1803) em que acompanhamos esse fogo, Manoel Pedro foi anotado como *feitor e passador do rio Grande*, também *plant[ava] para o seu gasto*. O seu plantel de cativos diminui para 5, não sendo mais

⁷ LUNA, F. V. e COSTA, I. N. D. Posse de escravos em São Paulo no início do século XIX. **Estudos econômicos**, 13 (1), jan/abr. 1983, p.211-221. p.216.

⁸ Foram somadas as seguintes faixas de tamanho de plantel: 11 a 15, de 16 a 20, 21 a 30 e mais de 31 escravos.

⁹ REIS, D. O. M. **Estrutura da posse de escravos nas atividades de subsistência de Araxá (MG)**, (1776-1848). Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambu - MG-Brasil, de 20 a 24 de setembro de 2004.

¹⁰ AESP, LNH, Franca 1801. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº30.

anotado o escravo Caetano de origem Benguela.¹¹ A partir de 1805, o mesmo Manoel Pedro foi citado como *barqueiro do barco do rio Grande*, e seu plantel de escravos passou a ser unitário com a posse somente do cativo Manoel, com 99 anos, descrito como *Congo*.¹² No último ano, 1809, que acompanhamos o domicílio, nele residiam apenas 02 pessoas: o proprietário Manoel Pedro e sua esposa. Para o sustento *plantavam para o gasto* e não tinham mais o auxílio do braço escravo.¹³

Também encontramos *chefes de fogos* que, no decorrer do tempo, aumentaram o número de escravos possuídos. Vericimo Placido, contando com 30 anos, branco, mineiro, casado com Escolastica Joaquina, 27 anos, branca. No recenseamento de 1820, o casal foi anotado como pais de quatro filhos, todos ainda crianças. Nesse mesmo ano, Vericimo Placido tinha a posse de 07 escravos (04 adultos e 03 crianças), e seu domicílio produzia: *milho, gado e queijo*, comercializando os dois últimos itens. Ao acompanharmos esse domicílio, podemos observar o crescimento do plantel de escravos que aumentou para 12 no ano de 1824. Vericimo continuou suas atividades agrícolas com o cultivo de itens para consumo familiar como *feijão, milho, arroz* e produtos para a venda em mercados locais como *suínos e bovinos*. No último ano em que acompanhamos esse chefe de domicílio (1829), observamos a continuidade das atividades agrícolas e o aumento da posse de escravos com um plantel de 14 homens e 11 mulheres, desses 6 eram crianças com menos de 10 anos de idade.¹⁴

Em complemento a os estudos de Luna e Klein:

Não só os plantéis foram pequenos, mas também a própria posse de escravos distribui-se mais amplamente pela sociedade do que antes se supôs. A profunda dicotomia que existiria entre uma minoria de senhores de engenhos, que concentravam seus cativos nas culturas de exportação, e a maioria de brancos, pretos e pardos livres que não possuíam escravos foi também questionada pelos novos estudos. Evidenciou-se que a mão de obra escrava esteve presente em todas as áreas da economia, quer orientadas para o mercado interno, quer para a exportação. Os estudos recentes indicam uma sociedade mais complexa, com um mercado interno

¹¹ AESP, LNH, Franca 1803. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº30.

¹² AESP, LNH, Franca 1805. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº9.

¹³ AESP, LNH, Franca 1809. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº4.

¹⁴ AESP, LNH, Franca 1820. 2º Cia. de Ordenanças, fogo nº132. AESP, LNH, Franca 1824. 2º Cia. de Ordenanças, fogo nº5. AESP, LNH, Franca 1829. 4º Cia. de Ordenanças, fogo nº144.

ativo no qual gêneros básicos eram comercializados para suprir esse mercado, e também identificam um amplo sistema de comércio regional e ofícios artesanais. E todas essas atividades – agricultura, comércio e artesanato – encontramos proprietários e não proprietários de escravos, bem como trabalhadores livres e cativos.¹⁵

3.2 - Características dos escravos

Nesta pesquisa buscamos informações que levem ao conhecimento do perfil da escravidão numa economia voltada para o abastecimento interno no Nordeste Paulista no início dos oitocentos. Analisamos os cativos conforme o sexo, as faixas etárias, a cor e a origem.

Através dos dados da tabela (3.3), com a população dividida segundo a condição social e o sexo, observamos que no primeiro ano do século XIX, a população do Nordeste Paulista era formada por 613 pessoas, subdivididas em 518 livres e 95 escravos (15% do total da população).

Tabela 3.3
Distribuição da população por condição social e sexo
(Franca 1801 – 1829)

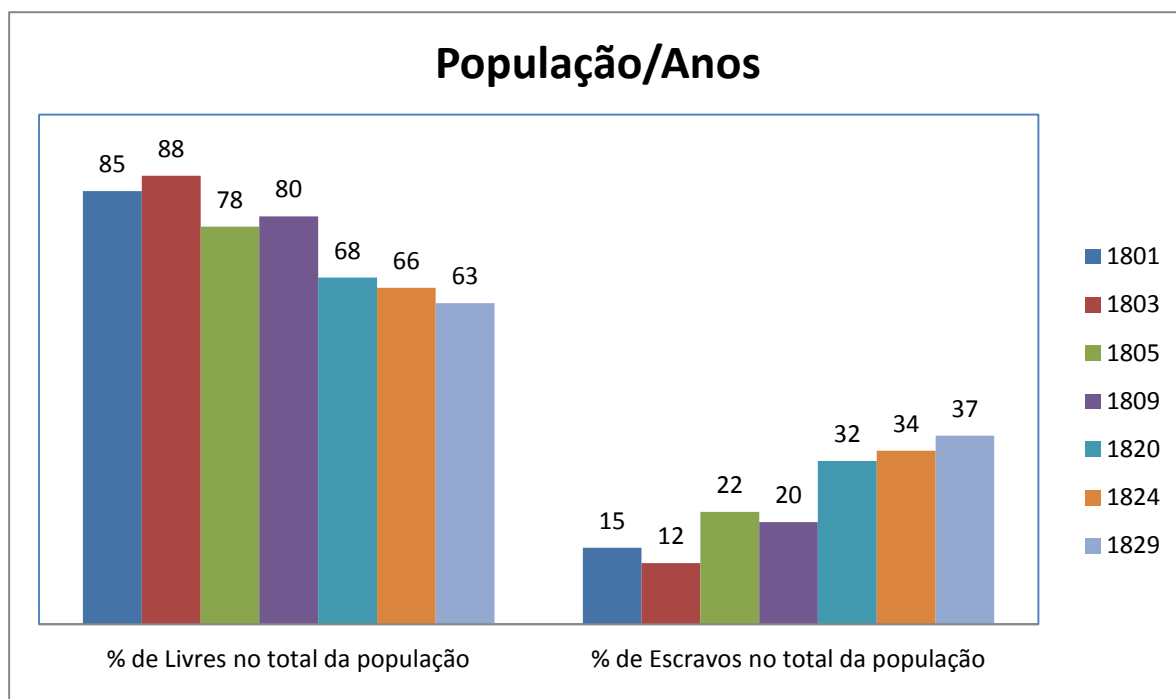
População/Anos	1801	1803	1805	1809	1820	1824	1829
Homens Livres	263	296	330	652	1090	974	1273
Mulheres Livres	255	288	311	621	995	902	1200
Total da população livre	518	584	641	1273	2085	1876	2473
Homens Escravos	53	48	115	202	548	551	846
Mulheres Escravas	42	34	70	126	445	397	613
Total da população escrava	95	82	185	328	993	948	1459
Total Geral	613	666	826	1601	3078	2824	3932
% de Livres no total da população	85	88	78	80	70	66	63
% de Escravos no total da população	15	12	22	20	30	34	37

Fonte: AESP, Listas Nominativas de Habitantes – Franca 1801, 1803, 1805, 1809, 1820, 1824, 1829.

¹⁵ LUNA, F. V. e KLEIN, H. S Economia e sociedade escravista: Minas Gerais e São Paulo em 1830. In: **Escravidão em São Paulo e Minas Gerais**. São Paulo: Edusp/Imesp, 2009.p.212.

Em 1803, a população era composta por 666 pessoas, dessas 584 eram livres, 82, escravos (diminuindo para 12% do total da população). No ano de 1805, a população da Freguesia de Franca aumentou para 826 pessoas, sendo 641 livres e 185 escravos (22% de toda a população). Decorridos quatro anos (1809), a população recenseada no Termo de Franca era composta de 1601 pessoas: 1273 livres e 328 escravos (20% do total da população). Na segunda década do oitocentos a população total era 2980, contando com 1987 livres e 993 escravos (30% de toda a população). Passados quatro anos, nota-se uma diminuição na população recenseada com um total de 2824: 1876 livres e 948 escravos (34% do total da população). No último ano em análise (1829), a população da Vila Franca totalizava 3932 pessoas, compostas por 2473 livres e 1459 escravos, esses representavam 37% no total da população.

Gráfico 3.1
Percentuais da população livre e escrava
(Franca 1801 – 1829)



Fonte: AESP, Listas Nominativas de Habitantes – Franca 1801, 1803, 1805, 1809, 1820, 1824, 1829.

Ao analisarmos os percentuais dos escravos no total da população entre os anos de 1801 a 1829 e compararmos o Termo de Franca com cinco regiões da Capitania de São Paulo, observamos índices semelhantes à região do Vale do Paraíba, no qual os escravos compunham 33% da população. No Litoral, os cativos representavam 30%, na cidade de São Paulo eram 27% e no Oeste Paulista correspondiam a 35% da população.¹⁶

Segundo Gutiérrez, no Paraná, em uma economia não exportadora, os escravos representavam em média 18% da população entre 1800 a 1830. Em números absolutos em 1798, a população escrava era composta por 4273 pessoas, aumentando para 6260, em 1830.¹⁷

Em outra localidade com economia voltada para subsistência e sustentada na pecuária, Araxá (Minas Gerais), no ano de 1832, havia 1982 pessoas livres e 829 escravos que representavam 29,5% da população.¹⁸

Os estudos históricos demográficos demonstraram que nem sempre houve a preponderância de cativos do sexo masculino e que os índices devem ser analisados de acordo com o tipo de economia e o tamanho dos plantéis em diferentes regiões:

Onde e quando mais fortemente se efetuavam os cultivos de exportação (principalmente café e cana-de-açúcar) ampliavam-se o peso masculino. Inversamente nas áreas de maior concentração de atividades típicas de agricultura de subsistência, ainda que com comercialização de excedentes, caso da pecuária e cultivos de arroz, feijão, milho e mandioca, ocorriam maior equilíbrio quantitativo entre os sexos, embora raramente encontrássemos números próximos a 100 ou maioria feminina.¹⁹

¹⁶ LUNA, F. V. São Paulo: população, atividades e posse de escravos em vinte e cinco localidades (1777-1829). **Estudos Econômicos**, São Paulo, v.28 nº1 p. 99-169 janeiro/março, 1998.

¹⁷ GUETIÉRREZ, H. Crioulos e Africanos no Paraná 1798 – 1830. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, março/agosto 1988 p.162-188.

¹⁸ REIS, D. O. M. **Estrutura da posse de escravos nas atividades de subsistência de Araxá (MG)**, (1776-1848). Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambu, Minas Gerais, Brasil, de 20 a 24 de setembro de 2004 p.4.

¹⁹ LUNA, F. V. KLEIN, H. S. Escravos e Senhores no Brasil no início do século XIX: São Paulo em 1829. **Estudos Econômicos**, São Paulo. V.20, nº3, p.349-379, set/dez. 1990 p.373.

Tabela 3.4
Distribuição dos escravos conforme o sexo e a razão de masculinidade
(Franca 1801 – 1829)

ANOS	1801	1803	1805	1809	1820	1824	1829
HOMENS	53	48	115	201	548	551	846
MULHERES	42	34	70	126	445	396	613
Total de Escravos	95	82	185	327	993	947	1459
Razão de Masculinidade	126,1	141,1	164,2	159,5	122,3	139,0	139,0

Fonte: AESP, Listas Nominativas de Habitantes – Franca 1801, 1803, 1805, 1809, 1820, 1824, 1829.

No ano de 1801, ao analisarmos a população escrava de acordo com a razão de masculinidade, notamos que o contingente compunha-se de 95 pessoas: 53 homens e 42 mulheres (razão de masculinidade 126,1), no ano de 1801. No segundo ano (1803), os escravos diminuíram para 82, contando com 48 homens e 34 mulheres (razão de masculinidade de 141,1). No ano de 1805, os escravos contados foram 185, desses 115 eram homens e 70 mulheres, aumentando a razão de masculinidade para 164,2. No ano de 1809, a população escrava continuou em crescimento listado 327 cativos; desses 201 homens e 126 mulheres (razão de masculinidade 159,5). Passados mais de dez anos (1820), a população escrava quase triplicou, contando com 993 cativos; desses 548 eram do sexo masculino e 445 do sexo feminino (razão de masculinidade 122,3). Nos dois últimos anos (1824 e 1829), a razão de masculinidade foi de 139,0 sendo a população escrava de 947 pessoas, 551 homens e 396 mulheres e, seguidamente, 1459 escravos: 846 homens e 613 mulheres.

O oeste de Minas Gerais, com uma economia voltada para o abastecimento interno apresentava uma razão de masculinidade no período de 1831 e 1832 de 152,5 e a Província de Minas Gerais uma razão um pouco menor de 142 escravos homens para cada 100 mulheres.²⁰

²⁰ PAIVA, C. A LIBBY, D. C. Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX. **Estudos Econômicos**, São Paulo, IPE/USP, v.25, nº2, p.203-233, maio/ago, 1995.p.219.

No Paraná, no início do século XIX, encontra-se um relativo equilíbrio entre os sexos dos escravos com uma razão de masculinidade de 103 homens para cada 100 escravas.²¹

Para Sorocaba, Bacellar também encontra números próximos aos do Paraná, com certa igualdade de sexos, principalmente em plantéis pequenos. O mesmo autor ainda levanta a hipótese que o equilíbrio deve-se ao fato de que comprar uma escrava era mais acessível para os pequenos proprietários, devido a preços mais baixos e à sua versatilidade nos domicílios com forte presença de trabalho familiar.

Comprar uma escrava seria, talvez, parte de uma estratégia de ampliação ou multiplicação mais acessível da mão de obra forçada, sem recorrer às parcas e difíceis poupanças familiares. Apesar dos riscos de uma elevada mortalidade materna e infantil, e em que pese à necessidade de aguardar o crescimento do rebento, a reprodução, a reprodução natural talvez fosse, para um pequeno lavrador, um roceiro ou artesão, uma opção viável que não envolvia maiores dispêndios de capital.²²

Quanto à *cor dos escravos* (Tabela 3.5) algumas considerações devem ser feitas, devido a uma duplicidade nos termos utilizados para designar a cor e origem, como no caso dos *pardos* que foram anotados como tal, tanto na origem, quanto na cor. Para os escravos recenseados foram listadas três cores: negros, pardos e brancos. Contudo, as cores apresentadas nem sempre são confiáveis. Os escravos citados como brancos, eram 3 em 1820, aumentando para 7 em 1824 e diminuindo para 03 no último recenseamento (1829).

²¹ GUTIÉRREZ, H. Crioulos e Africanos no Paraná 1798 – 1830. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, março/agosto 1988 p.162-188.

²² BACELLAR, C. A. P. **Viver e sobreviver em uma vila colonial**. Sorocaba, século XVIII e XIX. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2001.

Tabela 3.5
Distribuição dos escravos em números absolutos e números percentuais
conforme o sexo e a cor
(Franca 1801 – 1829)

ANOS	1801		1803		1805		1809		1820		1824		1829	
COR/ESCRAVOS	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
NEGRO	13	1	9	3	30	13	165	89	479	369	500	347	757	537
PARDO	40	41	38	31	85	57	37	36	67	64	46	47	37	20
BRANCO									2	1	5	2	2	1
TOTAL	53	42	47	34	115	70	202	125	548	434	551	396	796	558
ANOS	1801		1803		1805		1809		1820		1824		1829	
COR/ESCRAVOS	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Números	%		%		%		%		%		%		%	
Percentuais														
NEGRO	25	2	19	9	26	19	82	71	87	85	90	88	95	96
PARDO	75	98	81	91	74	81	18	29	12	13	8	11	4	3
BRANCO									1	1	2	1	1	1
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: AESP, Listas Nominativas de Habitantes – Franca 1801, 1803, 1805, 1809, 1820, 1824, 1829.

*Exclusive indivíduos com cores não identificadas

Verificamos o predomínio de escravos pardos nos primeiros anos, que representavam 75% dos homens e 98% das mulheres em 1801. A partir de 1809, com o aumento do fluxo migratório de proprietários de escravos de origem mineira, há uma inversão e os escravos de cor negra passam a ser preponderantes no Termo de Franca com índices de 82% para homens de cor negra e 71% para mulheres. No último ano da análise (1829), os escravos de cor negra continuaram a representar a maioria, contando com percentuais de 95% para os homens e 96% para as mulheres frente, apenas 4% de homens de cor parda e 3% de mulheres pardas.²³

No Paraná, Gutiérrez encontra uma situação diferente da do Nordeste Paulista, os escravos negros são maioria durante as três primeiras décadas do século XIX, contando com 69% no ano de 1798 e decaindo para 63% em 1830. Contudo, o autor destaca que não há como saber a exata realidade das cores dos

²³ Na Lista Nominativa de 1829 aparece pela primeira vez escravos de cor mulata a fim de sistematizar o trabalho esses foram somados aos pardos em virtude dos baixos índices de representação e da historiografia consultada. Ver: Gutiérrez, op. cit. p. 165.

escravos, pois a variante cor, além de subjetiva, poderia vir acompanhada de preconceitos dos recenseadores.²⁴ Afirmação que tem nossa concordância.

Ao analisar os escravos, segundo o sexo e o estado conjugal (Tabela 3.6), notamos a preponderância em todo o período de escravos solteiros – homens e mulheres - sendo 81,% dos homens e 93,% das mulheres, no ano de 1801, e 85% dos homens e 81% das mulheres, em 1829.

Tabela 3.6
Distribuição dos escravos em números absolutos e em números percentuais
conforme o sexo e estado conjugal
(Franca 1801 – 1829)

ANOS	1801		1803		1805		1809		1820		1824		1829	
ESTADO														
CONJUGAL/ESCRAVOS	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
SOLTEIRO	43	39	38	28	98	59	180	110	456	348	455	311	708	490
CASADO	9	3	9	6	11	10	21	15	71	81	83	71	122	105
VIÚVO	1		1		2		1		6	4	6	10	2	9
TOTAL	53	42	48	34	111	69	202	125	533	433	544	392	832	604
Números Percentuais	%				%		%				%		%	

ANOS	1801		1803		1805		1809		1820		1824		1829	
ESTADO														
CONJUGAL/ESCRAVOS	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
SOLTEIRO	81	93	79	82	88	86	89	88	86	80	84	79	85	81
CASADO	17	7	19	18	10	14	10	12	13	19	15	18	15	17
VIÚVO	2		2		2				1	1	1	3		1
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: AESP, Listas Nominativas de Habitantes – Franca 1801, 1803, 1805, 1809, 1820, 1824, 1829.

*Exclusive indivíduos com estado conjugal não identificado

Os escravos considerados casados aparecem em segundo lugar nos percentuais, contando com 17% homens e 7% mulheres, em 1801, e 15% de homens e 17% de mulheres, no ano de 1829.

²⁴ GUTIÉRREZ, H. Crioulos e Africanos no Paraná 1798 – 1830. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, março/agosto 1988 p.162-188.p. 165.

Possivelmente, os percentuais de escravos casados podem ser explicados em virtude dos tamanhos dos plantéis. Em áreas de *plantation* com maiores números de escravos por propriedade era mais fácil encontrar um companheiro do que em áreas de economia de subsistência onde predominavam plantéis de até cinco cativos. De acordo com Luna:

Os menores percentuais ocorrem nas áreas voltadas para os cultivos de subsistência, com baixas médias de escravo por proprietário, como a região da Capital (23,3% de casados) e o Litoral (18,9%). O oposto ocorria no Oeste Paulista, centro produtor de açúcar, com 34,6%²⁵

A baixa razão de masculinidade ocasionava um equilíbrio nos percentuais ao compararmos cativos homens e mulheres nos estados conjugais como os casados e solteiros, acima mencionados e, por último, os viúvos. Esses, no começo do século XIX, foram encontrados apenas entre os homens (2%). No último ano em análise (1829), as mulheres viúvas contavam 1%, enquanto que os homens viúvos representavam menos que 0,5%.

Na localidade de Bananal, no Vale do Paraíba, a população escrava era composta predominantemente por solteiros, sendo 59,6% no ano de 1801, 70,3% em 1817 e 77,1% em 1829. A presença de escravos solteiros, nessa localidade, pode estar ligada à economia de exportação e ao comércio Atlântico de escravos com preferência para homens jovens. Essas duas questões ocasionavam a menor incidência de escravas:

Muitos dos homens, mesmo que acalentassem o desejo de contrair matrimônio perante a igreja, ver-se-iam inapelavelmente impedidos de fazê-lo, antes do mais, pela simples escassez relativa de cônjuges em potencial.²⁶

Ao analisar o estado conjugal dos escravos, entende-se que não é objeto da pesquisa o estudo da família escrava, devido, principalmente, ao tipo de

²⁵ LUNA, F. V. Características demográficas dos escravos de São Paulo (1777 – 1829). **Estudos Econômicos**, v.22. nº 3 p. 443 – 483, set/dez. 1992. p.449.

²⁶ MOTTA, J. F. **Corpos escravos, vontades livres**: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829). São Paulo: FAPESP: Annablume, 1999. p.315.

documentação empregada que não demonstra as relações de parentesco dos cativos dentro dos plantéis.²⁷ Sobre esse assunto, Motta comenta:

É evidente que o estudo baseado simplesmente no informe acerca do estado conjugal dos escravos deixa muito a desejar. Fogem ao âmbito de um estudo como essas categorias relevantes para a análise em questão, tais como os filhos legítimos vivendo junto com seus pais (ou com pelo menos um deles), bem como os solteiros em vivência com a sua prole.²⁸

Ao analisar os escravos, segundo as *faixas etárias* (Tabela 3.7), observa-se que a maior concentração de cativos nos primeiros anos do século XIX estava nas faixas etárias de 0 a 10 anos. No ano de 1801, estavam nessas faixas etárias 30% dos escravos do sexo masculino e 33% dos escravos de sexo feminino. No último ano (1829), os percentuais caem para 18% para os homens e 28% para as mulheres. Os altos números nessas faixas etárias são comentados por Reis: “Quando é grande a presença de “crianças”, maior a tendência a um equilíbrio quantitativo entre os sexos”.²⁹

²⁷ Sobre a família escrava para a região em estudo ver: CUNHA, M. F. **Demografia e família escrava**. Franca-SP, século XIX. Tese de (Doutorado). Departamento de Demografia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2009. ; CUNHA, M. F. **Demografia e família escrava em uma vila paulista**, século XIX. Trabalho apresentado no III Congresso da Associação Latino Americana de População, ALAP, realizado em Córdoba - Argentina, de 24 a 26 de Setembro de 2008.

²⁸ MOTTA, J. F. **Corpos escravos, vontades livres**: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829). São Paulo: FAPESP: Annablume, 1999. p. 242.

²⁹ REIS, D. O. M. **Estrutura da posse de escravos nas atividades de subsistência de Araxá (MG)**, (1776-1848). Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambu – MG – Brasil, de 20 a 24 de setembro de 2004.

Tabela 3.7
Distribuição dos escravos em números absolutos e em números percentuais
conforme o sexo e as faixas etárias
(Franca 1801 – 1829)

ANOS	1801		1803		1805		1809		1820		1824		1829	
FAIXAS ETÁRIAS/ESCRAVOS	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
0-10	16	14	18	10	32	18	40	34	118	141	104	106	156	171
11-20	7	13	9	9	24	17	43	31	144	136	170	120	250	178
21-30	8	7	5	8	21	18	49	27	142	87	132	84	218	143
31-40	5	3	5	5	11	7	33	20	74	39	71	47	132	69
41-50	7	3	4	2	9	6	18	9	32	25	37	21	43	27
51-60	4		3		7	3	10	1	28	7	22	8	33	17
61-70	1	2	2		3		8	1	5	8	14	8	10	6
71-80			1		2		0		4		1	2	1	
81-90	5		1		0		1							
91 ou mais					2								1	
TOTAL	53	42	48	34	111	69	202	123	547	443	551	396	844	611
Números	%		%		%		%		%		%		%	
Percentuais														

ANOS	1801		1803		1805		1809		1820		1824		1829	
FAIXAS ETÁRIAS/ESCRAVOS	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
0-10	30	33	38	29	29	26	20	28	22	32	19	27	18	28
11-20	13	31	19	26	22	25	21	25	26	31	31	30	30	29
21-30	15	17	10	24	19	26	24	22	26	20	24	21	26	23
31-40	9	7	10	15	10	10	16	16	14	9	13	12	16	11
41-50	13	7	8	6	8	9	9	7	6	6	7	5	5	4
51-60	8		6		6	4	5	1	5	2	4	2	4	3
61-70	2	5	4		3		4	1	1	2	3	2	1	1
71-80			2		2				1			1		
81-90	9		2											
91 ou mais					2									
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: AESP, Listas Nominativas de Habitantes – Franca 1801, 1803, 1805, 1809, 1820, 1824, 1829.

*Exclusive indivíduos com idades não identificadas

O conhecimento das faixas etárias dos escravos permite-nos discorrer, também, sobre uma questão vinculada à posse de cativos – a propriedade de apenas um escravo e este ainda criança. Na análise da documentação foi possível encontrar 28 casos em que o proprietário tinha a posse de apenas um escravo com até 10 anos

de idade.³⁰ Entre eles, podemos destacar o caso do chefe de fogo João Baptista, 28 anos, solteiro e pardo. No recenseamento do ano de 1801, residiam em seu domicílio a família de Ignacio de Almeida com esposa e cinco filhos, todos anotados como agregados. Além desses, foi registrada a posse do escravo Leonardo, crioulo contando com 8 anos de idade.³¹

Outro domicílio que destacamos é o de Francisco Xavier de Azevedo. No primeiro ano (1801), em que acompanhamos o fogo, esse era composto por seu chefe e sua esposa Ana Pedroza, os 07 filhos do casal e uma agregada idosa. Francisco Xavier de Azevedo não era ainda um proprietário de escravo em 1801. No ano de 1803, a escrava Inocência, parda, 5 anos, foi anotada como de propriedade de Francisco.³² Ao acompanharmos esse domicílio, notamos uma continuidade da posse de escravos e no ano de 1805, o plantel é composto por apenas uma criança: Matheus, com 10 anos de idade, sendo novamente listado, aos 15 anos, em 1809.³³

O exposto acima vem corroborar a hipótese levantada por Bacellar sobre os altos índices de crianças:

Alguns domicílios optavam por adquiri-las, provavelmente por ser o único caminho disponível para se ascender à posse de um cativo, mesmo que fosse necessário aguardar que atingisse uma idade onde fosse capaz de participar efetivamente da força de trabalho.³⁴

A maioria dos cativos estava nas faixas etárias de idades produtivas. Ao considerarmos a de 11 a 30 anos (somadas por se tratarem de escravos em idades produtivas) concentravam 28% dos homens e 48% das mulheres no primeiro ano (1801) da análise e, no último ano (1829), 56% dos homens e 52% das mulheres. Estendendo-se a idade produtiva até os 40 anos e somadas à faixa etária de 31 a 40 anos, os percentuais dos cativos foram 37% do sexo masculino e 55% do sexo feminino em 1801 e 72% de homens e 63% de mulheres em 1829. Essa relativa concentração de escravos em idades produtivas é uma característica de economia

³⁰ AESP, LHN, Franca 1801, 1803, 1805, 1809, 1820, 1824, 1829.

³¹ AESP, LNH, Franca 1801. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº44.

³² AESP, LNH, Franca 1801. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº11. AESP, LNH, Franca 1803. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº15.

³³ AESP, LNH, Franca 1805. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº100. AESP, LNH, Franca 1809. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº160.

³⁴ BACELLAR, C. A.P. **Viver e sobreviver em uma vila colonial**. Sorocaba, século XVIII e XIX. São Paulo: Annablume/FEPESP, 2001. p. 149.

praticada em áreas de *plantation*, contudo também podemos perceber índices semelhantes no Nordeste Paulista com uma economia de abastecimento interno.

Na localidade de Areias, no Vale do Paraíba, a maior concentração de escravos também estava em faixas produtivas, tendo 73,3% dos escravos com idades de 15 a 64 anos. As crianças concentravam 25,3% e os idosos 0,6% do total de escravos no ano de 1822.³⁵

Em outra localidade do Vale do Paraíba, Bananal, a maioria dos cativos estava concentrada nas idades produtivas, sendo as faixas etárias de 15 a 39 anos com percentuais de 66,6%. Os cativos de 0 a 14 anos correspondiam a 23,2% os de 40 a 80 anos ou mais representavam 11,3% do total de escravos.³⁶

Em Araxá, com uma economia dedicada ao abastecimento interno, a maioria dos escravos também estava concentrada em faixas produtivas. Os cativos de 15 a 44 anos representavam 77,4%, os de 0 a 14 anos 16,2% e os com mais de 45 anos, 10,7% da escravaria.

Nas duas localidades do Vale do Paraíba e em Franca, nota-se o predomínio de adultos que eram escravos produtivos e valiosos, mas também foi possível notar números relativos de crianças o que pode indicar a reprodução natural dos escravos devido ao equilíbrio entre os sexos.

Ao observarmos a distribuição da população escrava por origem, constatamos que os cativos dos plantéis do Nordeste Paulista eram, em sua maioria, de origem nacional (escravos nascidos no Brasil como assinalado pelo recenseador). Ao compararmos os índices percentuais, notamos um maior predomínio no início do século XIX (entre os anos de 1801 a 1805) com números entre 65% a 75% de escravos nascidos no Brasil. Nos últimos anos (1820 a 1829), os escravos nacionais representavam entre 66% a 58%.

Para ser designado como nacional e/ou colonial, em nossa pesquisa, seguimos a metodologia de Karasch. Essa autora classifica os escravos nascidos no Brasil, conforme a cor (crioulos, cabras, pardos e mulatos), e os africanos foram

³⁵ LUNA, F. V. **Areias: posse de escravos e atividades econômicas (1817-1836)**. São Paulo: NEDH – FEA/USP, 1995.

³⁶ MOTTA, J. F. **Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)**. São Paulo: FAPESP: Annablume, 1999. p.133.

classificados segundo as nações ou portos de origens (Angola, Congo, Moçambique).³⁷

Tabela 3.8
Distribuição dos escravos em números absolutos e em números percentuais
conforme a origem
(Franca 1801 – 1829)

Origem dos														
Escravos	1801	%	1803	%	1805	%	1809	%	1820	%	1824	%	1829	%
Africanos	17	18	13	16	37	20	95	29	318	32	429	45	585	40
Nacionais	62	65	49	59	138	75	179	55	653	66	510	54	847	58

Fonte: AESP, Listas Nominativas de Habitantes – Franca 1801, 1803, 1805, 1809, 1820, 1824, 1829.

*Exclusive indivíduos com origens não identificadas

Para Sorocaba, Bacellar encontra um maior predomínio de escravos nacionais, esses representavam 77,9% e os africanos 22,1% do total de escravos.³⁸

Em Mogi-Mirim, Soares encontrou números parecidos com os do Nordeste Paulista. Em 1801, os escravos nacionais também eram maioria e correspondiam a 66,9% e os africanos a 33,1%. No ano de 1827, com a instalação da lavoura canavieira, a situação alterou-se e os escravos africanos passam a constituir a maioria com 53,5% e os nacionais com 46,5%.³⁹

Um alto índice de escravos africanos também ocorria em Campanha (típico município do sul de Minas Gerais, com atividades agrícolas e têxteis), desses, 46% eram nascidos na África.⁴⁰

Em outra localidade mineira, Pitangui (localizada no Centro-Oeste de Minas Gerais) os escravos africanos representavam 80,0% em 1723. Esse alto índice de cativos africanos deve-se à expansão das atividades mineratórias que exigia o

³⁷ KARASH, M. C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850.**; Tradução: Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 4.

³⁸ BACELLAR, C. A.P. **Viver e sobreviver em uma vila colonial.** Sorocaba, século XVIII e XIX. São Paulo: Annablume/FEPESP, 2001. p.147.

³⁹ SOARES, L. O. **No caminho dos Goiaes:** formação e desenvolvimento da economia escravista na Mogi Mirim do século XIX. Dissertação (Mestrado). São Paulo: FFLCH/USP, 2003.p. 94.

⁴⁰ PAIVA, C. A. e KLEIN, H. S. Escravos e livres nas Minas Gerais do século XIX: Campanha em 1831. **Estudos Econômicos**, São Paulo, IPE-USP, v.22 nº1, P.129-151, jan/abril 1992. p. 135.

incremento da mão de obra que era atendida com a entrada de contingentes de cativos vindos do território africano.⁴¹

Observando a *população escrava por sexo e origem* ressalta-se que a razão de masculinidade entre os africanos era maior que entre os nacionais. No ano de 1801 a razão de masculinidade era de 160,0. Em 1820, entre os africanos, era 183,0. Já com os coloniais, observa-se o maior equilíbrio entre os sexos com razão de masculinidade de 102,0. Transcorridos nove anos (1829), ocorre um pequeno acréscimo entre os escravos de origem africana com razão de masculinidade de 195,0. Entre os nacionais também nota-se um pequeno aumento passando para 109,0 a razão de masculinidade.

Em Areias (no Vale do Paraíba), no ano de 1822, a razão de masculinidade para os africanos era superior à encontrada no Termo de Franca, sendo 272,1 homens para um grupo de 100 mulheres. Os escravos coloniais tinham razão de masculinidade próxima ao Nordeste Paulista com 105,2 homens para 100 mulheres.⁴² Em outro local do Vale do Paraíba – Bananal – foram observadas razões de masculinidade dos africanos menores do que na Vila de Areias, sendo 227 homens para cada 100 mulheres africanas e 126 homens para um conjunto de 100 mulheres escravas nacionais.⁴³

⁴¹ LUNA, F. V. e COSTA, I. D. N. Algumas características do contingente de cativos em Minas Gerais. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, USP, tomo XXXIX, P.79-97, 1979.

⁴² LUNA, F. V. **Areias**: posse de escravos e atividades econômicas (1817-1836). São Paulo: NEDH – FEA/USP, 1995. p. 17.

⁴³ MOTTA, J. F. **Corpos escravos, vontades livres**: estrutura da posse de cativos e família escrava em núcleo cafeeiro. Bananal, 1801-1829. São Paulo: FAPESP: Annablume, 1999.

Tabela 3.9
Distribuição dos escravos em números absolutos e em números percentuais
conforme o sexo e a origem
(Franca 1801 – 1829)

ANOS	1801		1803		1805		1809		1820		1824		1829	
ORIGEM/ESCRAVOS	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
ANGOLA	10	-	9	1	11	6	14	6	19	12	19	11	218	122
CRIOULO	26	36	25	18	76	46	102	70	263	250	254	225	407	385
BENGUELA	4	-	0	1	8	3	39	15	100	50	110	67	73	43
CONGO	2	1	1	1	2	1	8	3	44	18	57	17	42	8
GEMIO	5	1												
MULATO			2	4	2	1		1			5	13		
PARDO					5	7	2	4	68	72	12	1	35	20
CASSANGE					6	-	2		12	3	43	34	11	
CABRA						1				1				
LIBOLLA							4	1	10	16	15	17	9	8
CAMUNDO									6	2				
MOÇAMBIQUE									1		6	1	9	2
CABINDA									8	6	13	3	21	11
MONJOLO									2		8	2	4	4
BRANCO									1	1				
NAGO										1				
MINA							3		4	3	4	2		
TOTAL	47	38	37	25	110	65	174	100	538	435	546	393	829	603
Números Percentuais	%		%		%		%		%		%		%	
ANOS	1801		1803		1805		1809		1820		1824		1829	
ORIGEM/ESCRAVOS	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
ANGOLA	21		24	4	10	9	8	6	4	3	3	3	26	20
CRIOULO	55	95	68	72	69	71	59	70	49	57	47	57	49	64
BENGUELA	9			4	7	5	22	15	19	11	20	17	9	7
CONGO	4	3	3	4	2	2	5	3	8	4	10	4	5	1
GEMIO	11	3												
MULATO			5	16	2	2		1			1	3		
PARDO					5	11	1	4	13	17	2	-	4	3
CASSANGE					5		1		2	1	8	9	1	
CABRA						2								
LIBOLLA							2	1	2	4	3	4	1	1
CAMUNDO									1					
MOSSAMBIQUE											1		1	
CABINDA									1	1	2	1	3	2
MONJOLO											1	1		1
BRANCO														
NAGO														
MINA							2		1	1	1	1		

TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
-------	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

Fonte: AESP, Listas Nominativas de Habitantes – Franca 1801, 1803, 1805, 1809, 1820, 1824, 1829.

*Exclusive indivíduos com origens não identificadas

Todos os termos utilizados para designar a origem dos africanos foram retirados das próprias fontes. Não se referem a grupos étnicos específicos, mas muitos fazem menção a regiões ou portos da África.

Ao analisar a população escrava por sexo e origem, nota-se que a maioria dos escravos era Africanos centro-ocidentais⁴⁴, originários de Angola, 21,% dos homens em 1801, e 20% de mulheres e 26% de homens em 1829, seguidos por Benguela (com índices em torno de 9% para homens e mulheres nos dois anos) e Congo. As três origens em questão são consideradas descendentes dos Bantos, esses também constituíram a maioria dos escravos no Paraná e sobre eles descreve Gutiérrez:

Dos Angolas dizia-se serem conhecidos por “loquazes, imaginosos, indolentes e insolentes, sem persistência, férteis em recursos e manhas, mas sem sinceridade nas coisas, muito fáceis de conduzir pelo temor dos castigos e mais pela alegria das festas”. A presença desses traços era vista como negativa e teria feito com que os bantos fossem preferidos para serviços domésticos e menos requisitados para trabalhos agrícolas, outros enxergavam nos escravos de Angola alta competência para o campo.⁴⁵

Além disso, listaram-se escravos Africanos orientais (Moçambique) e Africanos ocidentais (Minas e Nagô).

Por fim é possível sintetizar que a maior quantidade de escravos estavam nos plantéis entre 1 a 5 cativos. Havendo em torno de ¼ dos escravos em plantéis de 6 a 10 cativos. Nenhum plantel superou o número de 45 escravos. A população de pessoas escravizadas ficou entre 15% em 1801 e 37% em 1829. A maioria dos cativos era composta de homens, sendo a razão de masculinidade entre 126,1 a 159,5. Foram descritos nos censos como negros e pardos sendo a maioria formalmente solteira. A maior quantidade estava na faixa etária entre 11 a 40 anos,

⁴⁴ Divisão geográfica baseada na obra: KARASH, M. C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850.**; Tradução: Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

⁴⁵ GUTIÉRREZ, H. Crioulos e Africanos no Paraná, 1798-1830. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v.8 nº16 p.161-188. 1998. p. 170.

destacando-se em torno de $\frac{1}{4}$ de crianças (0 a 10 anos). A predominância era de escravos ditos nacionais – $\frac{2}{3}$ – os demais citados como africanos de diversas origens. Sabendo-se que estes números foram variáveis de ano para ano.

Capítulo 4 - Os não proprietários de escravos.

Os estudos clássicos sobre a sociedade colonial demonstravam que a população brasileira era composta, em sua maioria, por escravos negros. Alguns livres, brancos proprietários de grandes plantéis de cativos e a quase inexistência de homens livres não proprietários de escravos.

Para a construção dessa imagem, muitas vezes utilizou-se a obra de Gilberto Freyre¹ que atualmente vem sendo discutida e reavaliada, devido à época, à região e às variáveis socioeconômicas que o estudo considerava.

Os estudos demográficos mostram que a sociedade brasileira não era composta do binômio somente escravo-senhor com grandes propriedades e que havia outras realidades sociais como proprietários de pequenos plantéis que trabalhavam na lavoura ao lado de seus escravos, homens livres que não possuíam a posse de cativos e mulheres “cabeças de fogo” com ou sem a propriedade de escravos.²

É dentro desse contexto que se insere essa análise que busca recuperar as características dos não proprietários. Esses homens e mulheres representavam a maioria da população do Nordeste Paulista e pelo menos uma parte dos seus integrantes dedicava-se à produção de bens comercializáveis.

1 FREYRE, G. **Casa-grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 32. Ed. Rio de Janeiro: Record, 1997.

2 MARCÍLIO, M. L. **Caiçara**: terra e população: estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba. São Paulo: Edusp, 2006.; COSTA, I. D. N. **Vila Rica**: população (1719-1826). São Paulo: IPE/USP, 1979.; LUNA, F. V. **Minas Gerais**: escravos e senhores – análise da estrutura populacional e econômica de alguns centros mineratórios (1718-1804). São Paulo: IPE/USP, 1981.; MOTTA, J. F. **Corpos escravos, vontades livres**: estrutura da posse de cativos e família escrava em núcleo cafeeiro. Bananal, 1801-1829. São Paulo: FAPESP: Annablume, 1999.; BACELLAR, C. A. P. **Viver e sobreviver em uma vila colonial**. Sorocaba, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2001.

O Sertão do Rio Pardo/Freguesia de Franca, contava em 1801, com 66 fogos, dos quais 47 não tinham a participação do cativo, sendo 40 chefiados por homens (85%) e 7 por mulheres (14%) (Tabela 4.1). Em 1803 eram 64 domicílios, sendo 50(90%) com chefes homens e cinco (10%) com chefes mulheres. No ano de 1805, eram 107 fogos, sendo 73 sem a posse de escravos, destes 66 eram comandados por homens (90%) e sete por mulheres (10%). No ano de 1809, eram 164 fogos, sendo 97 compostos de não proprietários; destes 82 eram comandados por homens (85%) e 15 por mulheres (15%). Em 1820, eram 379 domicílios dos quais 219 não tinham a presença do elemento cativo, sendo 186(85%) chefiados por homens e 33 por mulheres (15%). No ano de 1824, eram 393 fogos, sendo que 198 não tinham em sua composição a presença de escravos, destes 183 (92%) tinham como chefe de fogo o elemento masculino e apenas 15 (8%) o feminino. No último ano do acompanhamento nominativo (1829), a Vila Franca era composta por 560 domicílios, destes 290 não tinham a presença do elemento cativo, sendo 240 (83%) comandados por homens e 50 (17%) por mulheres.

Tabela 4.1

**Distribuição em números absolutos e em números percentuais dos não proprietários de escravos conforme o sexo
(Franca 1801 a 1829)**

Não Proprietários de escravos	1801	1803	1805	1809	1820	1824	1829
Números Absolutos	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº
HOMENS	40	45	66	82	186	183	240
MULHERES	7	5	7	15	33	15	50
TOTAL	47	50	73	97	219	198	290
Não Proprietários de escravos	1801	1803	1805	1809	1820	1824	1829
Números Percentuais	%	%	%	%	%	%	%
HOMENS	85	90	90	85	85	92	83
MULHERES	15	10	10	15	15	8	17
Total	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: AESP, Listas Nominativas de Habitantes – Franca 1801, 1803, 1805, 1809, 1820, 1824, 1829.

Observa-se que no período analisado, 1801 a 1820, houve predomínio dos não proprietários sobre os proprietários. Em 1801, 47 eram não proprietários de escravos para 18 proprietários. Em 1803, 50 para 14 respectivamente, aumentando para 73 e 34 em 1805. Em 1809, 97 não proprietários para 67 proprietários. No ano de 1820, 219 chefes de domicílio não possuíam a posse cativa em contrapartida a 160 escravistas. No ano de 1824, eram 198 não proprietários e 195 proprietários (números equivalentes). No último ano (1829), os não proprietários aumentaram para 290 e os proprietários para 270.

Os números encontrados em nosso trabalho e as evidências levantadas são confirmados por Costa: “Os não proprietários compunham parcela majoritária da população livre”.³

Como visto, entre os que tinham a posse de cativos, a maioria dos domicílios era chefiada por homens. Essa regra não se modifica entre os não proprietários de escravos e encontramos índices semelhantes em torno de 80% dos domicílios sendo chefiados por homens tanto no primeiro período do acompanhamento (1801) como no último ano da análise (1829).

De acordo com a Tabela 4.2, nota-se que em 1801 a maioria dos *chefes de domicílio* sem a posse cativa, era de agricultores⁴ contando com 28 homens (70%) e 06 mulheres (86%) enquanto que em 1820, tínhamos 99 homens (53%) e 12 mulheres (36%) classificados como agricultores. No último ano em análise (1829), foram recenseados 109 (45%) chefes de domicílio do sexo masculino dedicados a atividades agrícolas e 10 (20%) mulheres.

3 COSTA, I.D. N. **Arraia-Miúda**. Um estudo sobre os não proprietários de escravos no Brasil. MGSP: São Paulo, 1992. p.115.

4 As ocupações: agricultores, agricultores e criadores e lavradores foram somadas em todos os anos.

Pintor									1						
Pobre		1	4		2	2	3	3	30	18	39	12	4	4	
Professor													2		
Sapateiro	1		1		2				6		1		12		
Seleiro													1		
Tear					2										
Telheiro													1		
Total	40	7	45	5	58	4	81	14	183	33	173	15	228	43	

Fonte: AESP, Listas Nominativas de Habitantes – Franca 1801, 1803, 1805, 1809, 1820, 1824, 1829.

*Exclusive indivíduos com origens não identificadas

Ao acompanharmos os *chefes de domicílio sem a propriedade cativa*, notamos que aqueles que se dedicavam à agricultura foram, conforme as designações das Listas Nominativas, diminuindo ao longo dos anos. No início do século XIX, a maioria desses domicílios se voltava à produção de gêneros de subsistência, no final da segunda década, menos da metade dos domicílios, sem a presença de escravos, dedicavam-se ao plantio de gêneros alimentares.

Sobre essa questão, lançamos algumas hipóteses para essa diminuição: a primeira é que com o decorrer dos anos e a urbanização do Nordeste Paulista novas ocupações especializadas foram sendo necessárias como carpinteiros que passam a ser recenseados a partir de 1809. Também estiveram mais presentes entre os domicílios, sem a mão de obra de escravos, as ocupações de ferreiro e sapateiro, como no domicílio de Antonio de Souza. Acompanhamos o seu fogo entre os anos de 1820 a 1829, em todo o período Antonio de Souza foi anotado como sapateiro, já que não tinha a posse de nenhum cativo, contava com o seu trabalho, o de sua esposa e de apenas um filho.⁵

Além de novos habitantes que se dedicavam a outras ocupações, ocorreu também o movimento de mudança da atividade econômica do domicílio como já exposto no caso dos proprietários de escravos. Dentro dos domicílios, sem a posse de cativos, também podemos notar a modificação de ocupações citadas pelos

⁵ AESP, LNH, Franca 1820. 2º Cia. de Ordenanças, fogo nº15. AESP, LNH, Franca 1824. 2º Cia. de Ordenanças, fogo nº29. AESP, LNH, Franca 1829. 4º Cia. de Ordenanças, fogo nº45.

próprios *cabeças de fogo* como o caso de Bento Joze Nunes recenseado com sua família entre os anos de 1820 a 1829. No primeiro ano, foi anotado contando 40 anos, branco, tendo como origem Minas Gerais e casado com Jozefa Maria, 30 anos e também de cor branca. O casal possuía 4 filhos, todos crianças de 1 a 6 anos. No primeiro ano (1820), Bento Joze teve anotado como seu sustento e de sua família o plantio de milho e feijão. A partir do segundo ano de nossa análise até o último (1824 e 1829), a ocupação de carpinteiro foi designada para esse chefe de fogo que tinha como complemento de seu trabalho apenas a sua família, visto que a posse de escravos não foi assinalada nesse fogo.⁶

Para demonstrar a complexidade e a dinâmica dessa sociedade, demonstramos casos de domicílios que deixaram de praticar apenas atividades agrícolas para o seu sustento. Isso não quer dizer que sendo designados como sapateiro ou carpinteiro esses chefes e suas famílias deixaram de plantar alimentos para o seu sustento, muitos podiam manter pequenas hortas e pomares para alimentar a sua família.

Dentro do quesito de mudança de ocupações nos recenseamentos, observou-se o movimento de domicílios com chefes dedicados à agricultura que se tornaram *jornaleiros* (*viviam de se alugar ou de seu trabalho braçal*⁷) Como exemplo, citamos o caso de Joze Bento Campolino, contando 34 anos, pardo, originário de Minas Gerais e casado com Luzia do Sacramento, 24 anos e também de cor parda. No primeiro ano (1809), em que acompanhamos esse domicílio, o casal tinha 5 filhos todos crianças e a família se dedicava ao plantio de alimentos. Em 1820, a família

6 AESP, LNH, Franca 1820. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº54. AESP, LNH, Franca 1824. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº215. AESP, LNH, Franca 1829. 2º Cia. de Ordenanças, fogo nº127.

7 COSTA, I. D. N., NOZOE, N.H. Economia colonial brasileira: classificação das ocupações segundo ramos e setores. **Estudos Econômicos**, São Paulo, 17 (1): 69-87, jan./abr. 1987. p. 86.

continuou com atividades agrícolas, sendo anotada a produção de 6 carros de milho. A partir de 1824 e em 1829, o *cabeça do casal* foi designado como jornaleiro.⁸

Outro movimento que demonstramos nos proprietários de escravos e que é relevante no grupo dos que não tinham cativos é o de aquisição de escravos ao longo do período. Em nossa análise, quando um chefe de domicílio adquiria escravos, ele passa a ser contado no grupo de “proprietários” o que também podia afetar as ocupações dos não proprietários. Muitos continuaram a praticar atividades agrícolas, porém com o auxílio do braço escravo, assim sendo citado em outra parte do nosso trabalho, como o caso de Ignácio Glz. Barboza recenseado no Nordeste Paulista entre os anos de 1801 a 1824 se alternando entre proprietário e não proprietário de escravos.

Ignácio Glz. Barboza foi recenseado contando 38 anos de idade, cor parda e originário de Goiás. No ano de 1801, já era casado com Ana Joaquina, com 33 anos e também parda. Nesse ano, o casal tinha 7 filhos com idades entre 3 a 12 anos.⁹ A atividade econômica do domicílio era a agricultura. Ignácio, sua esposa e filhos *plantavam para o gasto* sem o auxílio de escravos. Tinham em seu domicílio 5 agregados: um casal e seus filhos 3 crianças.

No ano de 1803, Ignácio continuou praticando atividades ligadas à agricultura *plantando milho, feijão e arroz, desses comercializou 20 alqueires de milho e marcou 2 cabeças de gado*.¹⁰

8AESP, LNH, Franca 1809. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº59. AESP, LNH, Franca 1820. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº97. AESP, LNH, Franca 1824. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº140. AESP, LNH, Franca 1829. 2º Cia. de Ordenanças, fogo nº152. Como o caso de Joze Bento Campolino foram encontrados pelo menos mais 08 casos são eles: Joze Roiz., Bartolomeu da Silva, Antônio Marques da Assumpção, Maria Ferreira de Jesus, Joze dos Paços, Manoel Frz., Estevam Borges e Antônio Arantes Monteiro. AESP, Listas Nominativas de Habitantes – Franca 1801, 1803, 1805, 1809, 1820, 1824, 1829.

9 AESP, LNH, Franca 1801. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº38.

10 AESP, LNH, Franca 1803. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº41.

No próximo recenseamento (1805), o referido casal já com 10 filhos, alguns em idade produtiva passou a contar também com o braço escravo: João, contando 41 anos, solteiro e tendo como origem Angola. Nesse ano, o fogo de Ignácio *continuou a produzir milho, 400 mãos, 15 alqueires de feijão e marcou 02 cabeças de gado*, porém foi anotado que *nada vendeu*.¹¹

No próximo recenseamento (1809), o plantel de Ignácio Glz. Barboza aumentou para 2 escravos: João, contando 41 anos, solteiro e tendo como origem Angola (muito provavelmente o mesmo listado anteriormente) e outro João, contando 64 anos, solteiro e originário de Banguela. Como atividade econômica foi designado que o domicílio de Ignácio plant{ava} e cria{ava}.¹²

Continuou como criador e agricultor até o ano de 1820 quando *produziu 32 carros de milho, 10 alqueires de feijão e criou 44 porcos*. Nesse ano Ignácio não foi mais anotado como proprietário de escravo. Voltando o domicílio a ter como força de trabalho apenas a mão de obra familiar.

No último ano (1824), em que conseguimos acompanhar o domicílio de Ignácio Glz. Barboza voltou a ser *senhor* com a posse da escrava Maria, contando 50 anos, solteira e de origem Banguela. Nesse ano, o fogo teve uma produção de 8 carros de milho.

Os responsáveis pelos recenseamentos indicaram alguns moradores como *pobres*, ao invés de anotaram a ocupação¹³. Em certos momentos, citou: “*vivem pobres*” em outros momentos escreveu: “*vivem de esmolas*” Em 1801, foi mencionado apenas um caso, contudo em 1820, essa forma de declarar as pessoas foi mais comum sendo anotados 28 homens e 19 mulheres, em 1829 os designados

¹¹ AESP, LNH, Franca 1805. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº33

¹² AESP, LNH, Franca 1809. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº50.

¹³ As indicações “pobres” foram incluídas na tabela de ocupações seguindo a descrição da documentação.

como *pobres* diminuíram para 4 homens e 4 mulheres. Para exemplificar selecionamos o domicílio de Manoel Roiz. que pode ser acompanhado entre os anos de 1801 a 1820 na companhia de sua esposa e filhos. No ano de 1801, foi anotado, para o domicílio de Manoel, a observação de “*planta para o seu gasto*”. Em 1803, é acrescida a informação de que “*vive pobre*”. Em 1805, o censo destaca que Manoel “*nada plantou*” e em 1809 que ele novamente “*plantou para o seu gasto*” Em 1820, o domicílio de Manoel passa a ser caracterizado como “*pobre*” sem a menção de nenhuma plantação.¹⁴

Como terceira ocupação entre os não proprietários, apareciam os *jornaleiros*, sendo quatro homens (10%) em 1801 e, em 1820, 12 homens (6%) e apenas uma mulher aumentando para 31 homens (12%) em 1829. É cabível notar que esta categoria apareceu somente entre os não proprietários de escravos.

Os *negociantes*, presentes em apenas um caso em 1803, 1805 e 1809. Segundo as Listas eram respectivamente, Manoel Ribeiro, negociante de potros que foram vendidos aos *negociantes de Minas Gerais*, Felipe Joze de Souza e Miguel Francisco. Para os dois últimos, o recenseador anotou apenas “*vive de seu negócio*” Essa ocupação - *negociantes* apresentou crescimento para 9 casos em 1820, sendo 7 homens e 2 mulheres. Entre eles Domingos Roiz Tavares, 44 anos, que vivia com a sua esposa, 3 filhos e uma agregada em seu domicílio. A sua ocupação foi designada como “*vive de negócio de feitos da terra*”¹⁵. Como exemplo de uma negociante mulher, há o caso de Maria Batista de Siqueira, 42 anos, viúva, com 3 filhos, que teve a sua ocupação descrita assim: “*vive de seu negócio de venda*”.¹⁶ No último ano

14 AESP, LNH, Franca 1801. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº41. AESP, LNH, Franca 1803. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº43. AESP, LNH, Franca 1805. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº38. AESP, LNH, Franca 1809. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº58. AESP, LNH, Franca 1820. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº40.

15 AESP, LNH, Franca 1820. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº217.

16 AESP, LNH, Franca 1820. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº110.

(1829), foram listados 28 negociantes, sendo 27 homens e 1 mulher, esta era Maria Severina, de 26 anos de idade, casada, branca e de origem mineira.¹⁷

Na Tabela 4.3, temos os *não escravistas divididos em sexo e cor*. Diferentemente dos proprietários que eram maioria de cor branca em todo o período, nota-se que nos três primeiros anos, 1801, 1803 e 1805 a maioria dos não proprietários (considerando homens e mulheres) era de cor parda. A partir de 1809, com a intensificação das migrações mineiras, a maioria dos não proprietários homens (54%) passa a ser de cor branca e as mulheres (60%) continuam pardas. A partir desse ano, também encontramos chefes de fogo livres negros, sendo 2 homens e 1 mulher; e em 1820, sendo 4 homens e 2 mulheres, em 1824 apenas 3 homens negros livres chefes de fogo. No ano de 1829, os chefes de domicílio de cor negra aumentam para 78 (33%) homens e 24 (48%) mulheres. Sendo que em 1829 ao considerar todas as mulheres chefes de domicílio – brancas, pardas e negras - nota-se que a maioria delas era negras (algumas designadas como forras).

Alguns desses chefes de domicílio de cor negra foram marcados nas listas nominativas como *crioulo forro*. Um exemplo é Eleutério Roiz, contando com 45 anos de idade e casado com Vitoriana Gomes, de 40 anos, também de cor negra e *forra*. Acompanhamos esse chefe de domicílio que tinha como atividade econômica a carpintaria entre os anos de 1820 a 1824.¹⁸

17 AESP, LNH, Franca 1829. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº126.

18 AESP, LNH, Franca 1803. 2º Cia. de Ordenanças, fogo nº105. AESP, LNH, Franca 1824. 2º Cia. de Ordenanças, fogo nº252.

Tabela 4.3
Distribuição em números absolutos e em números percentuais dos não
proprietários de escravos conforme o sexo e a cor
(Franca 1801 a 1829)

Anos	1801		1803		1805		1809		1820		1824		1829	
COR/SEX														
O	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Números Absolutos	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº
BRANCO	12	1	16	1	30	3	44	5	86	13	126	9	126	22
PARDO	28	6	29	4	35	4	36	9	96	18	54	6	32	4
NEGRO							2	1	4	2	3		78	24
Total	40	7	45	5	65	7	82	15	186	33	183	15	236	50
Anos	1801		1803		1805		1809		1820		1824		1829	
COR/SEX														
O	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Números Percentuais	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
BRANCO	30	14	36	20	46	43	54	33	46	39	69	60	53	44
PARDO	70	86	64	80	54	57	44	60	52	55	30	40	14	8
NEGRO							2	7	2	6	2		33	48
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: AESP, Listas Nominativas de Habitantes – Franca 1801, 1803, 1805, 1809, 1820, 1824, 1829.

*Excluídos os indivíduos com cores não identificadas

No segmento dos não proprietários de escravos (Tabela 4.4), houve a distribuição conforme o sexo e as faixas etárias, a participação de homens com idades entre 21 a 40 anos aumentou de 41% em 1801 para 57% em 1829. Entre as mulheres, também ocorreu um aumento, com idades entre 21 a 40 anos, eram 14%

no ano de 1801 passando para 58%. Esse aumento pode ser relacionado a grande presença de mulheres jovens e *solteiras* que passaram a ser *cabeça de fogo* no final da segunda década do oitocentos.

Homens com mais de 40 anos apresentaram participação decrescente no decorrer das décadas. No ano de 1801, a participação de homens com idades entre 41 a mais de 90 anos de idade representavam 60% diminuindo para 37% em 1829. Entre as mulheres, as porcentagens eram de 80% no primeiro ano diminuindo para 42% no último ano.

Mesmo com o rejuvenescimento dos *cabeças de fogo*, encontramos ainda chefes de domicílios idosos como Isidora Roiz, contando com 100 anos em 1803 e Antônio Glz. da Silva, contando com 104 anos em 1824.¹⁹

Tabela 4.4
Distribuição em números absolutos e em números percentuais dos não
proprietários de escravos conforme o sexo e as faixas etárias
(Franca 1801 – 1829)

ANOS	1801		1803		1805		1809		1820		1824		1829	
FAIXAS ETÁRIAS	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
0 a 10														
11 a 20			2				2		8	1	10		12	5
21 a 30	7		6		16		15	1	57	8	71	2	74	13
31 a 40	9	1	14	1	13	1	23	4	54	5	46	3	61	16
41 a 50	10	3	8	1	13	1	21	5	30	11	33	4	46	8
51 a 60	8		5	1	8	2	10	2	25	4	14	5	27	5
61 a 70	4	2	4		7	1	6	2	8	3	7	1	13	2
71 a 80		1	1		3		1		4	1	1		3	1
81 a 90	2		1		4	1	1	1						
91 ou mais				1							1			
Total	40	7	41	4	64	6	79	15	186	33	183	15	236	50
ANOS	1801		1803		1805		1809		1820		1824		1829	
FAIXAS ETÁRIAS	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
0 a 10														
11 a 20			5				2		4	3	5		5	10

¹⁹ AESP, LNH, Franca 1803. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº13. AESP, LNH, Franca 1824. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº18.

21 a 30	18		15		25		18	7	31	24	39	13	31	26
31 a 40	23	14	34	25	20	17	28	27	29	15	25	20	26	32
41 a 50	25	43	20	25	20	17	26	33	16	33	18	27	19	16
51 a 60	20		12	25	13	32	12	13	13	12	8	33	11	10
61 a 70	10	29	10		11	17	7	13	4	9	4	7	6	4
71 a 80		14	2		5		1		2	3	1		1	2
81 a 90	5		2		6	17	1	7						
91 ou mais				25							1			
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: AESP, Listas Nominativas de Habitantes – Franca 1801, 1803, 1805, 1809, 1820, 1824, 1829.

*Excluídos os indivíduos com idades não identificadas

Ao analisar o *estado conjugal dos não detentores da posse cativa*, observamos que a maioria dos homens era casada, com percentuais de mais de 80% nos três primeiros anos do século XIX, aumentando para 92% na segunda década do oitocentos (1820) e diminuindo para 87% no ano de 1829. Com os solteiros, observamos um pequeno aumento, em 1801, 5% dos homens eram solteiros, em 1829 estes aumentaram para 10%, ou seja, no momento em que os “entrantes” chegavam ao Nordeste Paulista, à minoria vinha sem famílias desbravar o sertão, constituindo família posteriormente.

Nos anos iniciais do século XIX, encontravam-se poucas mulheres como chefes dos domicílios, assim sendo, ao observarmos as não proprietárias por sexo e estado conjugal, notamos que todas eram viúvas em 1801, ou seja, possivelmente a possibilidade da mulher chegar à chefia do domicílio, na maioria das vezes, era por ocasião do falecimento do marido. No último ano (1829), observamos uma diferença, as mulheres viúvas passam a ser minoria (24%). A maioria das chefes de domicílio era solteira (40%). Esse fato deve-se à grande presença de mulheres jovens que comandavam domicílios e tinham por ocupação a designação *agência*.²⁰

Tabela 4.5

Distribuição em números absolutos e em números percentuais dos não proprietários de escravos conforme o sexo e o estado conjugal

²⁰ Na lista nominativa de 1829, encontramos 14 casos de mulheres chefes de domicílios, solteiras, com menos de 30 anos de idade e tendo como ocupação o termo *agência*. AESP, Listas Nominativas de Habitantes – Franca 1829.

(Franca 1801 a 1829)

ANOS	1801		1803		1805		1809		1820		1824		1829	
Estado Conjugual	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
SOLTEIRO	2		5	2	7	2	2		11	2	12	2	24	20
CASADO	34		37		52		75	3	172	8	163	2	206	18
VIÚVO	4	4	3	3	6	5	5	12	3	23	8	11	6	12
TOTAL	40	4	45	5	65	7	82	15	186	33	183	15	236	50
ANOS	1801		1803		1805		1809		1820		1824		1829	
Estado Conjugual	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
SOLTEIRO	5		11	40	11	29	2		6	6	7	13	10	40
CASADO	85		82		80		91	20	92	24	89	13	87	36
VIÚVO	10	100	7	60	9	71	6	80	2	70	4	73	3	24
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: AESP, Listas Nominativas de Habitantes – Franca 1801, 1803, 1805, 1809, 1820, 1824 e 1829

*Excluídos os indivíduos com estados conjugais não identificados

Mulheres casadas como chefe de fogo foram encontradas, a partir em 1809, 3 casos – Joana Batista, 30 anos, parda, pobre; Rosa Maria, 30 anos, branca, lavradora e Ana Maria do Prado, 46 anos, branca, lavradora. Em 1820, 8 casos – Januaria de Jesus, 30 anos, parda, pobre; Clara Barbara, 48 anos, parda, agricultora; Maria Francisca, 44 anos, branca, pobre; Antonia Lucinda, 30 anos, branca, agricultora; Zeferina Maria, 31 anos, parda, pobre; Maria Alz, 31 anos, parda, pobre; Barbara Maria Antunes, 43 anos, parda, negociante e Rita Clara de São Camilo, 30 anos, branca e pobre; 2 casos em 1824: Maria Lopes, 70 anos, de cor branca e sendo listada a ocupação *pobre* e Izabel dos Santos, contando com 60 anos, de cor parda e *pobre*. No ano de 1829, foram recenseadas 18 mulheres casadas como chefe de domicílio.²¹ Muito provavelmente, nessas situações, os maridos estavam ausentes e as esposas teriam assumido a chefia do domicílio.

Quanto à distribuição dos *não proprietários de escravos conforme o sexo e a origem* (Tabela 4.6), nota-se o predomínio dos originários da Capitania São Paulo (60%) seguidos dos originários de Minas Gerais (40%) no ano de 1801. No ano de

²¹ AESP, LNH, Franca 1801, 1803, 1805, 1809, 1820, 1824 e 1829.

1829, a maioria dos chefes de domicílio, sem a posse cativa, passa a ser originária de Minas Gerais (93%).

O recenseador, no começo do século XIX, indicava a localidade mineira de origem, que nem sempre era a naturalidade do cabeça do fogo. Assim, dispusemos de informações mais detalhadas e observamos a variedade de locais de origem dos migrantes mineiros vindos da Campanha do Rio Verde, Itaberaba, Jacuhi, Mariana, São João Del Rey e Vila de Tamanduá. No recenseamento de 1820 em diante, os mineiros apenas receberam como designação de origem a palavra *gerais*.²²

Tabela 4.6
Distribuição dos não proprietários de escravos conforme o sexo e o estado
conjugal
(Franca 1801 a 1829)

ANOS	1801		1803		1805		1809		1820		1824		1829	
NATURALIDADES/SEXO	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Angola													1	
Benguela									1					
Campanha do Rio Verde	1		1											
Crioulo									1	1	3			
Espanha											1			
Europa							1							
Goiás	2		3		3		10		1				2	2
Itaberaba					1									
Jacuhi						1								
Lisboa									2		1			
Mariana					2									
Minas Gerais	3		5		5		28		141	5	103	1	158	35
Rio das Velhas	1		2		2									

22 No capítulo 1 conseguimos acompanhar melhor as localidades de origem e em alguns casos tentar acompanhar os caminhos percorridos até chegar ao Nordeste Paulista.

Rio de Janeiro				1	3		1				
São João Del Rey			1	1							
São Paulo	12	12	17	33	2		8	3			
Vila de Tamanduá	1	1	1	1							
Vila Jundiáhy		1	1								
Vila Mogi-Mirim		1	1								
TOTAL	20	26	34	1	75	150	7	108	1	170	40

Fonte: AESP, Listas Nominativas de Habitantes – Franca 1801, 1803, 1805, 1809 e 1820.

*Excluídos os indivíduos com origens não identificadas

Em Mogi Mirim, ao contrário do Nordeste Paulista o predomínio é dos de origem da própria localidade com 51,6%, seguida dos originários de São Paulo 24,7% e depois dos mineiros com apenas 4%. Vimos que Mogi Mirim sofreu maiores influências de indivíduos vindos da própria Capitania de São Paulo, diferentemente do Nordeste Paulista, região de fronteira aberta com grande influência mineira em seu povoamento.²³

Os dados expostos sugerem que parte extraordinária da produção dessa sociedade provinha do trabalho livre, de pequenos produtores com seu grupo familiar, ou de proprietários, na maioria das vezes, com pequenos plantéis de escravos e que ainda se utilizavam do trabalho familiar. Os números encontrados em nosso trabalho e as evidências levantadas são confirmados por Costa:

Os não proprietários compunham parcela majoritária da população livre (...), ao que parece, o crescimento econômico, mesmo quando orientado pela expansão do comércio externo, vinha acompanhado de oportunidades das quais também usufruíam os não proprietários²⁴

23 SOARES, L. O. **No caminho dos Goiaes**: formação e desenvolvimento da economia escravista na Mogi Mirim do século XIX. Dissertação (Mestrado). São Paulo: FFLCH/USP, 2003.

24 COSTA, I. D. N. **Arraia-Miúda**. Um estudo sobre os não proprietários de escravos no Brasil. GSP:

São Paulo, 1992. p.115.

No decorrer do período os não proprietários de escravos foram maioria diante da população livre. Em 1801 eram em torno de 72% e em 1829 52%. Os homens livres sem posse de escravos era como esperado a maioria diante o número de mulheres livres, estes dedicavam-se a várias atividades econômicas predominando a agricultura e a criação de animais. No início do período, 1801, predominavam os *pardos*, invertendo a situação em 1829 quando os *brancos* passaram a ser maioria. Este grupo social era pulverizado por idades entre 11 a 70 anos, predominando entre 31 a 50 anos tanto para homens como para mulheres. Os considerados casados eram a grande maioria, acima de 80% em média. Boa parte dos não proprietários no período estudado tinha origem mineira.

Capítulo 5 – Os considerados *agregados*.

Nesta parte, busca-se caracterizar o agregado dentro do contexto do Nordeste Paulista, no início do século XIX.

Tendo como documentação as Listas Nominativas, para o caso de Franca, o termo *agregado* passa a ser aplicado de forma ampla. Os recenseadores, provavelmente, designaram genericamente como agregados, pessoas que dependiam de alguma forma dos chefes de fogo. Pessoas que residiam sob o mesmo teto, que moravam em casas apartadas na mesma propriedade ou em moradias às vezes distantes. Foram considerados agregados, em vários casos, filhos solteiros ou casados, genros e noras, aparentados, ou com outros vínculos, como uma sogra. Além desses casos, os chamados agregados poderiam ser pessoas sozinhas ou famílias inteiras que migravam juntos e se fixaram a princípio com o chefe do fogo, sem vínculos parentais, mantendo a dependência por algum tempo. Por agregado, então, caracterizava-se um indivíduo que não possuía recursos próprios para a sua sobrevivência, sendo necessário depender de outra pessoa com posses, desta forma, a agregados que seriam filhos solteiros, filhos casados ainda sem pecúlio (incluindo os netos), irmãos e sobrinhos pobres, profissionais sem recursos para a compra de meios de trabalho (ferramentas, por exemplo), mestiços, ex-escravos alforriados com família ou não, ou ainda pessoas em trânsito pelo território. Enfim, a condição de agregado foi anotada pelos recenseadores quando havia vínculos entre o chefe do fogo detentor de alguns recursos e pessoas que deles dependiam para a sobrevivência imediata, intermitente ou permanente. Sabendo-se, ainda, que a situação de agregado foi vista em muitos casos como passageira. Um agregado poderia tornar-se chefe de fogo em várias situações: após anos de trabalho e acúmulo de recursos, pela posse de terra ou pelo recebimento de heranças, por exemplo, assim havia casos de dependência e de interdependência, e não só submissão entre chefes de fogo e os chamados agregados.

A historiografia aborda a definição de agregado desde moradores de terra alheia, vivendo por sua própria conta e risco, porém com esquemas de dependência

com o proprietário; até um parente, amigo, escravo alforriado ou como extensão da mão de obra familiar e escrava.¹

Iraci Del Nero da Costa define os agregados como:

Indivíduos que se incorporassem a domicílios já constituídos e que, por via de consequência, passaram a manter com os chefes de tais domicílios um relacionamento de caráter pessoal.²

Segundo Eni de Mesquita Samara em trabalho sobre a região de Itu, os agregados são:

Homens livres e sem propriedade que não foram integrados na produção mercantil propriamente dita, mas mantinham ligações com o sistema e contribuía em parte para a sua sustentação.³

5.1 - Os agregados em números

Segundo a Tabela 5.1, os *agregados de domicílios chefiados por proprietários de escravos* eram 38 homens e 47 mulheres, com um total de 85 agregados no ano de 1801. Em 1803, eram 22 homens e 26 mulheres, totalizando 48 agregados em domicílios de proprietários. No ano de 1805, foram recenseados 27 agregados em fogos de proprietários, desses 14 eram do sexo masculino e 13 do sexo feminino. No ano de 1809, foram anotados 93 homens e 109 mulheres somando 202 pessoas agregadas em domicílios em que havia escravos. Passados mais de 10 anos, os agregados diminuíram para 98 pessoas, sendo 54 homens e 44 mulheres em 1820. Nos últimos anos da análise, 1824 e 1829 foram recenseados respectivamente 45 e

¹ FRANCO, M. S. C. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1997. MATTOSO, K. Q. **Família e sociedade na Bahia do século XIX**. Tradução: James Amado. São Paulo: Corrupio, 1988. SAMARA, E. M. Os agregados: uma tipologia ao fim do período colonial (1780-1830). **Estudos Econômicos**, v.11, nº3, p.159-168, 1981. BARICKMAN, B. J. **Um contraponto baiano**. Açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780 – 1860. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Ver também: CAMPOS, A. L. A. **Os agregados no tempo dos capitães-gerais**: o exemplo da cidade de São Paulo. Dissertação (Mestrado), Universidade de São Paulo, 1978.

² COSTA, I. D. N. **Por uma definição abrangente da categoria Agregado**. Boletim de História Demográfica, São Paulo, FEA-USP, 1 (1), 1994.

³ SAMARA, E. M. **Lavoura canavieira, trabalho livre e cotidiano Itu**, 1780 - 1830. São Paulo: Edusp, 2005. p. 94

46 agregados em domicílios de proprietários de escravos. Desses, 26 eram homens e 19 mulheres, em 1824, e 21 eram homens e 25 eram mulheres, em 1829

Tabela 5.1
Distribuição em números absolutos dos agregados conforme o sexo
(Franca 1801 a 1829)

AGREGADOS	PROPRIETÁRIOS			NÃO PROPRIETÁRIOS			TOTAL
SEXO/ANOS	H	M	TOTAL	H	M	TOTAL	AGREGADOS
1801	38	47	85	48	52	100	185
1803	22	26	48	98	103	201	249
1805	14	13	27	45	55	100	127
1809	93	109	202	109	99	208	410
1820	54	44	98	35	40	75	173
1824	26	19	45	26	27	53	98
1829	21	25	46	3	16	19	65

Fonte: AESP, Listas Nominativas de Habitantes – Franca 1801, 1803, 1805, 1809, 1820, 1824 e 1829

Na Tabela 5.1, analisamos, também, os *agregados que residiam em domicílios chefiados por não proprietários de escravos*. No ano de 1801, foi recenseado um total de 100 pessoas na condição de agregado, sendo 48 homens e 52 mulheres. No próximo ano (1803), foram listados 98 homens e 103 mulheres com um total de 201 pessoas agregadas em unidades domésticas de não proprietários de escravos. Em 1805, foram recenseados 45 homens e 55 mulheres, total de 100 pessoas agregadas. No ano de 1809, foram anotados um total de 208 agregados, sendo 109 do sexo masculino e 99 do sexo feminino. A partir da segunda década do século XIX, há uma tendência à diminuição das pessoas consideradas agregadas, contando-se 75 agregados (35 homens e 40 mulheres) em domicílios de não proprietários, no ano de 1820. Em 1824, foram recenseados 26 homens e 27 mulheres (total de 53) na condição de agregados. No último ano em análise 1829, foram anotados somente 19 agregados, sendo 3 do sexo masculino e 16 do sexo feminino.

Os números acima demonstram um relativo equilíbrio entre os sexos dos agregados no período, com exceção do ano de 1829, com 63% do sexo feminino.

Diferentemente do Nordeste Paulista, na região de Itu, no período de 1798 a 1829, as mulheres representavam 60% do total do grupo. Samara explica que essa porcentagem deve-se tanto pelo maior número de mulheres do que homens, em geral, nos recenseamentos da Capitania de São Paulo, como também pelos serviços que prestavam:

Estas geralmente se prestavam a serviços domésticos (empregadas, dependentes, crias da casa, damas de companhia de senhoras ricas) ou então viviam com as rendeiras, fiandeiras, louceiras e costureiras da vila, ajudando nos serviços e aprendendo o ofício.⁴

Tabela 5.2
Participação do agregado na população livre
(Franca 1801 a 1829)

População/Anos	1801	1803	1805	1809	1820	1824	1829
Nº de Livres	333	335	540	863	1814	1778	2408
Nº de AGREGADOS	185	249	127	410	173	98	65
Total	518	584	667	1273	1987	1876	2473
% de Agregados no Total da população livre	36	43	19	32	9	5	3

Fonte: AESP, Listas Nominativas de Habitantes – Franca 1801, 1803, 1805, 1809, 1820, 1824 e 1829

Conforme a Tabela 5.2, nota-se uma maior participação dos agregados no total da população no início do século XIX. No ano de 1801, os agregados correspondiam a 36% do total da população, aumentando para 43% em 1803. Em 1809, os agregados representavam 32% no total da população. A partir de 1820, a presença do elemento agregado passa a ser menor na sociedade do Nordeste Paulista. Correspondiam a 9% da população livre em 1820, diminuindo para 3%, no ano de 1829.

⁴ SAMARA, E. M. Os agregados: uma tipologia ao fim do período colonial (1780-1830). **Estudos Econômicos**, v.11, nº3, p.159-168, 1981.p.166.

Brioschi, ao analisar o processo de povoamento do Caminho de Goiás no Norte Paulista encontrou altos índices de agregação. No ano de 1790, os agregados correspondiam a 61% da população, diminuindo para 2% no ano de 1835, na Freguesia de Batatais. Esta autora atribui à diminuição da presença dos agregados nos domicílios a evolução do processo de apropriação de terras, mesmo não estando a produção econômica da região inserida na agricultura comercial de grande escala.⁵

Quanto à distribuição dos agregados por sexo e faixas etárias observa-se que a maioria dos agregados era crianças ou jovens. Estavam concentrados nas faixas etárias entre 0 a 10 anos de idade, sendo 43% dos homens e 27% das mulheres no ano de 1801. Em 1829, a maioria dos agregados também eram crianças, sendo 46% do sexo masculino e 34% do sexo feminino. Nas faixas etárias de 11 a 20 anos eram 17% homens e 27% mulheres, em 1801. No ano de 1820, eram respectivamente 25% e 27%. As faixas etárias de 21 a 30 anos concentravam 20% das mulheres e 15% dos homens, no ano de 1801. e 4% dos homens e 17% das mulheres, no último ano (1829).

⁵ BRIOSCHI, L. R. **Criando história**: paulista e mineiros no Nordeste de São Paulo (1725-1835). São Paulo, Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1995. p. 184.

Tabela 5.3
Distribuição em números absolutos e em números percentuais dos agregados
conforme o sexo e as faixas etárias
(Franca 1801 a 1829)

ANOS	1801		1803		1805		1809		1820		1824		1829	
FAIXAS ETÁRIAS	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
0 a 10	37	27	44	47	35	35	62	67	32	18	20	11	11	14
11 a 20	15	27	30	25	25	22	44	55	12	24	9	17	6	11
21 a 30	17	15	21	22	17	18	48	48	32	17	17	10	1	7
31 a 40	6	6	9	12	8	11	26	12	2	7	3	1	2	4
41 a 50	4	6	9	6	7	4	9	9	3	8	1	3	1	1
51 a 60	2	4	1	3	1	2	3	3	4	4	1	3		
61 a 70	2	5	1	4		4	3	2	1	5	1	1	2	2
71 a 80	2	4	2	3	2	3		3	1				1	2
81 a 90		3	1	4	1	1	1	1						
91 ou mais	1	2		1		1			1	1				
Total de Agregados	86	99	118	127	96	101	196	200	88	84	52	46	24	41
ANOS	1801		1803		1805		1809		1820		1824		1829	
FAIXAS ETÁRIAS	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
0 a 10	43	27	37	37	36	35	32	34	36	21	38	24	46	34
11 a 20	17	27	25	20	26	22	22	28	14	29	17	37	25	27
21 a 30	20	15	18	17	18	18	24	24	36	20	33	22	4	17
31 a 40	7	6	8	9	8	11	13	6	2	8	6	2	8	10
41 a 50	5	6	8	5	7	4	5	5	3	10	2	7	4	2
51 a 60	2	4	1	2	1	2	2	2	5	5	2	7		
61 a 70	2	5	1	3		4	2	1	1	6	2	2	8	5
71 a 80	2	4	2	2	2	3		2	1				4	5
81 a 90		3	1	3	1	1	1	1						
91 ou mais	1	2		1		1			1	1				
Total de Agregados	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: AESP, Listas Nominativas de Habitantes – Franca 1801, 1803, 1805, 1809, 1820, 1824 e 1829

*Exclusive os indivíduos com idades não identificadas

Para Sorocaba, Bacellar também encontra a maioria dos agregados em idades jovens. Independente das faixas etárias, os agregados tinham uma idade média de 19,4 anos para os homens e 22 para as mulheres.⁶

Tabela 5.4

Distribuição em números absolutos e em números percentuais dos agregados conforme o sexo e o estado conjugal (Franca 1801 a 1829)

AGREGADOS	1801		1803		1805		1809		1820		1824		1829	
COR/SEXO	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
SOLTEIRO	65	71	87	84	33	35	126	120	56	48	34	20	23	39
CASADO	19	18	30	27	12	13	74	75	29	26	18	19	1	1
VIÚVO	2	10	3	18		6	2	13	3	9		7		1
TOTAL	86	99	120	129	45	54	202	208	88	83	52	46	24	41
AGREGADOS	1801		1803		1805		1809		1820		1824		1829	
COR/SEXO	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
SOLTEIRO	76	72	73	65	73	65	62	58	64	58	65	43	96	95
CASADO	22	18	25	21	27	24	37	36	33	31	35	41	4	2
VIÚVO	2	10	3	14		11	1	6	3	11		15		2
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: AESP, Listas Nominativas de Habitantes – Franca 1801, 1803, 1805, 1809, 1820, 1824 e 1829.

*Exclusive os indivíduos com estados conjugais não identificados.

Considerando a Tabela 5.4, no Termo de Franca para os dois períodos (1801 e 1829) a maioria dos agregados era *solteira*, o que pode ser explicado pelo fato de que a maioria dos agregados eram jovens, dependentes do chefe do fogo, e sem capacidade de acumular pecúlio para o casamento. A maioria dos agregados concentrados em idades jovens e sendo solteiros vem corroborar o exposto por Bacellar:

⁶ BACELLAR, C. A. P. Agregados em casa, agregados na roça: uma discussão. In: SILVA, M.B.N. **Sexualidade, Família e Religião na Colonização do Brasil**. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.p.189.

O ato de agregar-se poderia ser visto como uma eventual, e portanto não obrigatória etapa na vida de determinados indivíduos, uma autêntica fase de espera e preparação para uma posterior instalação de um modo independente na comunidade⁷

Os casados e viúvos apresentaram uma pequena participação com números semelhantes nos períodos.

5.2 - Os movimentos ocorridos entre os agregados.

As Listas Nominativas, na maioria dos casos, não apresentam as relações de parentesco entre o chefe do domicílio e os agregados que residem em seu domicílio. No geral, aparecem listados abaixo dos escravos, tendo apenas, na maioria dos casos, o nome sem o sobrenome. Em alguns casos, foi citada a relação de parentesco, entre eles destacamos o caso do chefe de domicílio Vicente Ferreira Martins, com 32 anos, solteiro, branco, originário da Província de Minas Gerais que no ano de 1824 agregou em seu domicílio 3 irmãos solteiros com idades entre 15 a 35 anos.⁸ Também foram encontrados casos de agregadas listadas como irmã do chefe de domicílio – Ignes de Almeida, de 19 anos, parda e viúva, que foi recenseada no domicílio de seu irmão Joze de Almeida. Habitavam esse domicílio a família do dito Joze, sua irmã e filhos: Joaquim com 2 anos e Valentim de 1 ano.⁹

Além de irmãos, encontramos sobrinhos, netos, genros e filhos na condição de agregado. Para exemplificar, podemos citar Antônio Alves Guimarães que teve como agregados, em seu domicílio, o filho Antônio Alves Guimarães casado com Joaquina Maria e o genro Alexandre Pereira da Silva casado com Maria Gomes (censo de 1809).¹⁰ Posteriormente, esse casal, filha e genro, passaram a ser recenseado em domicílio próprio, podendo ser acompanhado entre os anos de 1820 a 1829. Como chefe de domicílio, Alexandre Pereira da Silva dedicou-se a

⁷ BACELLAR, C. A. P. Agregados em casa, agregados na roça: uma discussão. In: SILVA, M.B.N. **Sexualidade, Família e Religião na Colonização do Brasil**. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.p.189.

⁸ AESP, LNH, Franca 1824. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº112.

⁹ AESP, LNH, Franca 1824. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº71.

¹⁰ Filhos na condição de agregados também serão trabalhados no ultimo capítulo

atividades agrícolas e à criação de animais, sendo recenseado como proprietário de 7 escravos no ano de 1829.¹¹

Outro exemplo de genro citado como agregado ao domicílio da família da esposa é o de Vicente Ferreira Antunes, anotado como agregado no domicílio de sua sogra Maria Pires Cordeiro, entre os anos de 1801 a 1803¹². Vicente Ferreira Antunes era casado com Maria Francisca Barbosa. Esse casal foi anotado em seu próprio domicílio, entre os anos de 1805 a 1820. Tanto na condição de agregado no domicílio da sogra como chefe de seu domicílio, Vicente se dedicou a atividades agrícolas, contudo a posse de escravos foi anotada apenas quando já era chefe de domicílio, chegando a serem recenseados como de sua propriedade 25 escravos no ano de 1820.¹³

O domicílio chefiado por Manoel Pinto Pereira Leite, além de abrigar um genro – João Vicente Mofio, de 25 anos, branco, originário de Lisboa e casado com Escolastica Maria Delfina, 15 anos e branca – também tinha como *agregada* e sogra Angélica Maria de Jesus, com 53 anos, branca e viúva em 1824.¹⁴

Além de agregados com relações definidas nas Listas Nominativas, encontramos, também, situações em que não ficam claras as relações entre os recenseados em um mesmo domicílio, como o caso de Martinho Lemes, com 27 anos, de cor parda, casado com Rosa Maria, com 22 anos, parda. Martinho foi recenseado no ano de 1801 como agregado de Maria Vieira, de 62 anos, branca, viúva, criadora e agricultora.¹⁵ Nesse ano, o dito Martinho teve como ocupação anotada a de jornaleiro.

Ao acompanharmos Martinho Lemes e sua esposa Rosa Maria, observamos que esse casal continuou na condição de agregado em 1803. Contudo, foram recenseados em outra unidade doméstica. O casal passou a ser agregado de Francisco Xavier de Azevedo¹⁶, demonstrando uma dinâmica dessas pessoas/famílias que podiam se agregar em diferentes domicílios e/ou também

¹¹ AESP, LNH, Franca 1820. 2º Cia. de Ordenanças, fogo nº107. AESP, LNH, Franca 1824. 2º Cia. de Ordenanças, fogo nº6. AESP, LNH, Franca 1829. 4º Cia. de Ordenanças, fogo nº143.

¹² AESP, LNH, Franca 1801. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº8. AESP, LNH, Franca 1803. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº10.

¹³ AESP, LNH, Franca 1805. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº99. AESP, LNH, Franca 1809. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº28. AESP, LNH, Franca 1820. 2º Cia. de Ordenanças, fogo nº130.

¹⁴ AESP, LNH, Franca 1824. 2º Cia. de Ordenanças, fogo nº36.

¹⁵ AESP, LNH, Franca 1801. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº12.

¹⁶ AESP, LNH, Franca 1803. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº15.

virem a constituir a sua própria unidade doméstica, como no caso do citado Martinho Lemes que foi anotado como chefe de domicílio, entre os anos de 1805 a 1809.

Em 1805, Martinho Lemes, agora com 28 anos, originário de São Paulo, na medida em que passou a ser chefe de domicílio, teve a sua cor alterada para branco e como ocupação a designação de *pobre*. O domicílio por ele chefiado era habitado por sua esposa Rosa Maria, de 27 anos, anotada como branca e seus 6 filhos com idades entre 1 a 11 anos.¹⁷

No ano de 1809, Martinho passou a ter como atividade econômica: *plantava para o seu gasto*. Nesse ano, além de sua família, habitavam o domicílio 4 adultos solteiros e 2 crianças todos na condição de agregados.¹⁸ Enfim, Martinho apareceu primeiro como agregado, depois como chefe de fogo somente com sua família, e depois novamente como chefe de fogo com seus agregados.

O caso exposto não foi o único encontrado em que pessoas mudaram de domicílios e continuaram na condição de agregados, vindo posteriormente a serem recenseados como chefes de domicílio. Antonio Alves da Silva foi acompanhado na documentação, entre os anos de 1801 a 1809. No ano de 1801, Antonio, com 25 anos, branco, originário da Capitania de São Paulo, casado com Maria Magdalena, de 20 anos, foi anotada como chefe de fogo (unidade doméstica).¹⁹ Em 1803, encontravam-se Antonio Alves da Silva e esposa na condição de agregados de Jerônimo Alves da Silva, de 63 anos, branco, casado, originário de Guimarães (Portugal), sendo anotada a sua ocupação como *agricultor e criador*.²⁰ Entre os anos de 1805 a 1809, Antonio Alves da Silva aparece novamente, agora como chefe de domicílio. Como sua ocupação foi anotada a de *agricultor e criador* tendo plantado *milho e feijão e criado gado vacum e cavalos*.²¹

Demonstramos acima, casos de mudança de domicílios e alternâncias na condição de agregado ou não. Ao acompanharmos as Listas Nominativas, não foi possível, na maioria dos casos, identificar se as pessoas anotadas como agregados residiam nas mesmas casas que os cabeças do recenseamento, ou se ocupavam

¹⁷ AESP, LNH, Franca 1805. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº109.

¹⁸ AESP, LNH, Franca 1809. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº163.

¹⁹ AESP, LNH, Franca 1801. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº16.

²⁰ AESP, LNH, Franca 1803. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº17.

²¹ AESP, LNH, Franca 1805. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº104. AESP, LNH, Franca 1809. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº164.

casas autônomas nas terras dos chefes de fogo ou de outrem. Na maioria dos casos aparecem os nomes sendo anteceditos da palavra agregado, sem qualquer citação sobre o local de moradia. Então, em nosso trabalho, seguimos a documentação e consideramos as pessoas na condição de agregado de um chefe de domicílio exatamente como o exposto nas Listas. Contudo, encontramos algumas exceções em que foi citado que o agregado morava em domicílio separado, mas em propriedade de outra pessoa. É o caso de Joze Glz. de Faria, arrolado como chefe do domicílio número 41 da 2ª Companhia de Ordenanças no ano de 1820, anotado como agregado do Capitão Junqueira, além de ser administrador de sua fazenda.²² Ao analisar o domicílio de Francisco Diniz Junqueira (dito Capitão), no ano de 1820, encontramos 16 agregados anotados na Lista Nominativa em seu domicílio. Esses eram de diversas condições, desde uma filha casada – Sabina Junqueira, seu esposo e filhos – até Luiz Joze anotado como *crioulo forro*, passando por mais duas famílias sem indicação de parentesco, nem ocupação.²³

Outro caso de agregado anotado em domicílio diferente foi o de Mateus Ignacio de Faria, recenseado entre os anos de 1820 a 1829. Em 1820, o dito Mateus, foi anotado no domicílio número 126 da 2ª Companhia de Ordenanças, e como *novo entrante*. Nesse ano, Mateus Ignacio de Faria, foi listado como agregado do Capitão Joze Glz. de Mello, residente no fogo número 1 da 2ª Companhia de Ordenanças. Ao acompanharmos Mateus, observamos que esse migrou para Franca com sua família e seus 4 escravos, sendo que em 1829 passou a ter 10 escravos.²⁴ É um caso de pessoa considerada agregada, migrante e possuidora de escravos.

Outros casos de pessoas arroladas na condição de agregados, sendo proprietários de escravos foram encontrados, como, por exemplo: José, proprietário de 3 escravos, Domingos Alves, dono de 1 escravo, Joze Thomas de Mello, proprietário de 1 escravo, João Paulo Cruz, tinha posse de 1 cativo.²⁵

A maior parte dos agregados não teve a sua ocupação definida nas Listas. Contudo, encontramos alguns casos em que a citação da ocupação do agregado.

²² AESP, LNH, Franca 1820. 2º Cia. de Ordenanças, fogo nº41.

²³ AESP, LNH, Franca 1820. 2º Cia. de Ordenanças, fogo nº16.

²⁴ AESP, LNH, Franca 1820. 2º Cia. de Ordenanças, fogo nº126. AESP, LNH, Franca 1829. 4º Cia. de Ordenanças, fogo nº48.

²⁵ AESP, LNH, Franca 1801 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº7. AESP, LNH, Franca 1803. 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº08, AESP, LNH, Franca 1809 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº46 .

Entre eles, podemos citar o domicílio chefiado por Manoel Vaz Guimarães, mineiro originário de Campanha do Rio Verde que teve sua ocupação anotada como *criador e agricultor*. O seu domicílio produziu em 1801, *400 alqueires de milho, 60 alqueires de feijão, 20 alqueires de arroz e 50 alqueires de farinha, além disso marcou 5 porcos e 20 cabeças de gado*. Consta que comercializou parte das plantações e dos animais. Para os 9 agregados que viviam em seu domicílio, apenas foram anotados os dizeres que *planta[avam] para o seu gasto*.²⁶ Além dos agregados que plantavam para o seu próprio sustento, encontramos muitos designados como *pobres*. Também foi possível averiguar agregados com ocupações diferentes. No domicílio de alferes Mateus Coelho da Fonseca, 50 anos, branco, casado, *criador e agricultor*²⁷ foram arrolados dois agregados, sendo Joaquim Coelho, de 30 anos, solteiro, branco, negociante (filho de Mateus) e Luis Martins Coelho (provavelmente parente) que tinha a ocupação de carpinteiro no ano de 1824.²⁸

Outra questão ligada aos agregados foi a do casamento entre uma agregada livre e um escravo residentes no mesmo domicílio. Benta de 42 anos, parda, foi citada como casada com o escravo Valério, de 58 anos, pardo e crioulo. Desse casal, foram arrolados 7 filhos com idades entre 2 a 23 anos (estando o filho Ignacio, de 23 anos, ausente do domicílio em 1803), todos anotados como livres e agregados ao domicílio de Maria Pires Cordeiro.²⁹

Os indivíduos citados como agregados pelos recenseadores nas Listas Nominativas estavam vinculados aos domicílios tanto dos senhores donos de escravos quanto daqueles que não possuíam escravos. A predominância, não muito grande era para agregar-se aos fogos dos não proprietários de cativos. A porcentagem dos chamados agregados foi maior até o ano de 1820, sendo decrescente até 1829. Os números absolutos dos agregados foram variáveis no passar dos anos, porém entre 1801 a 1820 não houve queda considerável, sendo que somente após 1824 é que o número de agregados entra em declínio. A grande predominância da porcentagem de agregados está na faixa etária 0 a 30 anos, sendo em torno de 35% de 0 a 10 anos, 25% de 11 a 20 anos, 21 % de 21 a 30

²⁶ AESP, LNH, Franca 1801 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº7.

²⁷ AESP, LNH, Franca 1820 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº88.

²⁸ AESP, LNH, Franca 1824 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº227.

²⁹ AESP, LNH, Franca 1801 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº8. AESP, LNH, Franca 1803 1º Cia. de Ordenanças, fogo nº10.

anos, e os demais acima de 31 anos. Os agregados eram uma parte da população jovem, consequentemente solteiros, tendo um certo equilíbrio entre os sexos. Ressaltando que nesta parte da população é possível verificar movimentos constantes, ou seja, agregados em um momento e depois chamados como chefes de fogos, agregados do pai – solteiros ou casados e depois proprietários cabeças de casal, agregados de senhores de escravos e depois donos de escravos. Uma situação de constante modificação dentro do contexto social.

Considerações finais

A ocupação do Nordeste Paulista ocorreu dentro do processo migratório ocorrido na Colônia/Império. Muitas famílias oriundas da Capitania de Minas Gerais, movidas pela expansão das atividades econômicas empreenderam migrações de distâncias consideráveis, de localidades da Comarca do Rio das Mortes vindo a fixar-se no Nordeste Paulista, ramificando por toda essa região. As trajetórias das famílias migrantes confundem-se com estratégias de sobrevivência, de casamentos comuns, de transmissão de heranças, de apoio e interdependência entre os mais e os menos aquinhoados. A base era migrar acompanhado de esposas, filhos – solteiros e casados –, escravos e livres citados na condição de agregados.

As famílias que vieram a fixar ou a transitar pelo Termo de Franca nas décadas iniciais do século XIX, por ali apossaram de terras, praticaram a pecuária e a agricultura como base para o sustento. Tiveram novos filhos, casaram seus filhos com parentes próximos ou com famílias conhecidas também originárias de Minas Gerais ou da nova terra em ocupação. Enterraram os mais velhos e apoiaram os mais jovens na jornada da ocupação do território. Os patriarcas tutelavam filhos, genros – noras mantendo-os agregados em suas propriedades até que pudessem realizar voos próprios. Os filhos ganhavam autonomia e permaneciam nos arredores ou partiam para novas fronteiras. Os cabeças de fogo também mantinham sob o seu domínio - *agregados* - os parentes ou conhecidos menos aquinhoados estabelecendo vínculos de interdependência – mão de obra para o trabalho. Os senhores adquiriram, venderam, transmitiram para os herdeiros e perderam escravos durante suas vidas. Entre os livres era comum a mudança de posição social, de *agregados* para cabeças de fogo, de homens sem escravos para senhores de cativos, de solteiros para casados com filhos e parentela sob seu teto.

Os homens livres e sem posse de escravos predominaram durante todo o período estudado. Em contrapartida, o número dos donos de escravos foi crescente no passar dos anos. Sabendo-se que a quantidade de cativos nos plantéis foi constantemente variável, inclusive com modificações notáveis no perfil da escravaria.

Este trabalho baseado em vigorosa análise quantitativa demonstra a dinâmica populacional empreendida no Nordeste Paulista entre os anos de 1801 e 1829 para além de posicionamentos baseados somente na busca por crescimento populacional.

Referências Bibliográficas:

Fontes primárias manuscritas

Arquivo do Estado de São Paulo (AESP) – São Paulo/SP

Listas Nominativas de Habitantes de Franca (Maços de População)

- Microfilme 0118 – 1801
- Microfilme 0118 - 1803
- Microfilme 0118 - 1805
- Microfilme 0119 - 1809
- Microfilme 0121 - 1820
- Microfilme 0047 - 1824
- Microfilme 0143 – 1829

Arquivo Histórico Municipal “Capitão Hipólito Antônio Pinheiro” (MHMF) – Franca/SP

Inventários *post-mortem* 1º Ofício: caixa 24, 102

Arquivo Eclesiástico da Diocese de São João del Rei. – AEDSJDR

- Livros 7,9,24

Bibliografia

ANTÔNIO, E. M. M. **A Anselmada: a trama de uma sedição.** (1838). Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, 1999

BACELLAR, C. A. P. **Os senhores da terra** – família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do oeste paulista, 1765-1855. Tese (Mestrado), São Paulo, FFLCH/USP, 1987.

_____.e Brioschi, L. R. **Na estrada do Anhanguera**. Uma visão regional da história paulista. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999.

_____. Agregados em casa, agregados na roça: uma discussão. In: Silva, M.B.N. **Sexualidade, Família e Religião na Colonização do Brasil**. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

_____.**Viver e sobreviver em uma vila colonial**. Sorocaba, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2001.

_____. ; SCOTT, A. S. V. ; BASSANEZI, M. S. C. B. **Quarenta anos de Demografia Histórica**. Revista Brasileira de Estudos Populacionais, São Paulo, v.22, nº2, p.339-350, jul/dez 2005.

BARICKMAN, B. J. **Um contraponto baiano**. Açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780 – 1860. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BASSANEZI, M. S. O casamento na colônia no tempo do café. **Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, 1988.

BRIOSCHI, L. R. **Entrantes no Sertão do Rio Pardo**: o povoamento da Freguesia de Batatais – século XVIII e XIX. São Paulo: CERU, 1991.

_____.**Criando história**: paulista e mineiros no Nordeste de São Paulo (1725-1835). São Paulo, Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1995.

CALEIRO, R. LC. L., DE JESUS, A. F. Mulheres honestas e perniciosas, homens refolhados e homicidas hirozos na “lista do vigário” um censo *sui generis* no século XIX. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p.539-563, Jul/Dez 2006

CAMPOS, A. L. A. **Os agregados no tempo dos capitães-generais**: o exemplo da cidade de São Paulo. Dissertação (Mestrado), Universidade de São Paulo, 1978.

CANO, W. **Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil**. Campinas: Editora Unicamp, 2002.

CASTRO, H. M. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CHIACHIRI, J. F. **Do Sertão do rio pardo a Vila Franca do Imperador**. Franca, 1973 Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia Ciência e Letras, Universidade Estadual Paulista.

CORREIA JUNIOR, C. **Os primórdios do povoamento do Sertão do Capim Mimoso**. Monografia, Franca, 136 p.

Costa, I. D. N. **Vila Rica: população (1719-1826)**. São Paulo: IPE/USP, 1979.

_____. **Populações Mineiras** – sobre a estrutura populacional de alguns núcleos mineiros no alvorecer do século XIX. São Paulo: IPE/USP, 1981.

_____. , Nozoe, N.H. **Economia colonial brasileira: classificação das ocupações segundo ramos e setores**. Estudos Econômicos, São Paulo, 17 (1): 69-87, jan./abr. 1987.

_____. **Arraia-Miúda. Um estudo sobre os não proprietários de escravos no Brasil**. São Paulo: MGSP, 1992

_____. **Por uma definição abrangente da categoria Agregado.** Boletim de História Demográfica, São Paulo, FEA-USP, 1 (1), 1994.

_____. **Fogos e escravos da Franca do Imperador no século XIX.** Tese (Mestrado) Instituto de Filosofia de Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2005.

_____. **Demografia e família escrava em uma vila paulista, século XIX.** Trabalho apresentado no III Congresso da Associação Latino Americana de População, ALAP, realizado em Córdoba - Argentina, de 24 a 26 de Setembro de 2008.

_____. **Demografia e Família Escrava. Franca – SP, século XIX.** Tese (Doutorado) Instituto de Filosofia de Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2009.

FRANCO, M. S. C. **Homens livres na ordem escravocrata.** São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1997.

FREYRE, G. **Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.** 32. Ed. Rio de Janeiro: Record, 1997.

FULLER, C. M. **Pequenos agricultores numa economia açucareira e exportadora.** (Campinas, 1820-1840). Tese (Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1995.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo: Nacional, 1995.

GORENDER, J. **O escravismo colonial.** 2 ed. São Paulo: Ática, 1978.

Gutiérrez, H. Demografia escrava numa economia não-exportadora: **Paraná, 1800-1830. Estudos Econômicos**, São Paulo, v17, nº2. Mai/Ago. 1987. p.297-314.

_____. Crioulos e Africanos no Paraná, 1798-1830. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.8 nº16 p.161-188. 1998.

HENRY, L. **Anciennes familles genevoises: etude démographique**, XVI ème – XX ème siecles. Paris: Presses Universitaires de France, 1956.

_____. **Técnicas de análise em Demografia Histórica**. Trad: Altiva Pilatti Balhana e Jayme Antonio Cardoso. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1977.

LELIS, W.A.M. **Famílias Gomes Pinheiro, Ferreira de Barcellos, Ferreira de Menezes e Vieira Velho**. [Mimeo].

LENHARO, A. **As tropas da moderação: o abastecimento da corte na formação política do Brasil, 1808 – 1822**. São Paulo: Símbolo, 1979.

LUNA, F. V. e COSTA, I. D. N. **Algumas características do contingente de cativos em Minas Gerais**. Anais do Museu Paulista, São Paulo, USP, tomo XXXIX, P.79-97, 1979.

_____. **Minas Gerais: escravos e senhores – análise da estrutura populacional e econômica de alguns centros mineratórios (1718-1804)**. São Paulo: IPE/USP, 1981.

_____. **Minas Gerais intitulado: Minas Gerais: escravos e senhores – análise da estrutura populacional e econômica de alguns centros mineratórios (1718-1804)**. São Paulo: IPE/USP, 1981.

_____. e Costa, I. N. D. **Posse de escravos em São Paulo no início do século XIX**. Estudos econômicos, 13 (1), jan/abr. 1983, p.211-221.

_____. e Klein, H. S. **Escravos e Senhores no Brasil no início do século XIX: São Paulo em 1829**. Estudos Econômicos, São Paulo. V.20, nº3, p.349-379, set/dez. 1990.

_____. **Características demográficas dos escravos de São Paulo (1777-1829)**. Estudos econômicos, v.22, nº3 p.443-483, set-dez. 1992.

_____. **Areias: posse de escravos e atividades econômicas (1817-1836)**. São Paulo: NEDH – FEA/USP, 1995.

_____. e KLEIN, H. S. Economia e sociedade escravista: Minas Gerais e São Paulo em 1830. **Revista brasileira de Estudos Populacionais**, Campinas, v.21, n. 2, p.173 – 193, jul/dez. 2004.

KARACH, M. C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850.**; tradução: Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MARCÍLIO, M. L. **A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850**. São Paulo: Pioneira/Edusp 1974.

_____. **Demografia Histórica, orientações técnicas e metodológicas**. São Paulo, 1977.

_____. A população do Brasil em perspectiva histórica, in: Costa, I. D N. (org.), **Brasil: história econômica e demográfica**, São Paulo: IPE/USP, 1986.

_____. A demografia histórica brasileira nesse final de milênio. Brasília: **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, 14 (1/2), 1997.

_____. **Crescimento Demográfico e Evolução Agrária Paulista 1700-1836.** São Paulo: Hucitec, Edusp, 2000.

_____. **Caíçara: terra e população: estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba.** São Paulo: Edusp, 2006.

MATTOS, H. M. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil século XIX.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTOSO, K. Q. **Família e sociedade na Bahia do século XIX.** Tradução: James Amado. São Paulo: Corrupio, 1988

MOTTA, J. F. **Corpos escravos, vontades livres: estrutura da posse de cativos e família escrava em núcleo cafeeiro. Bananal, 1801-1829.** São Paulo: FAPESP: Annablume, 1999.

NABUT, J. A. (org). **Desemboque: documento histórico e cultural.** Uberaba: Fundação Cultural de Ubereba, Arquivo Público de Ubereba, Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1986.

NADALIN, S. O. A propósito de um balanço da demografia histórica: notas para um debate. **Revista Brasileira de Estudo da população:** Brasília, v.14 (1/2), 1997.

OLIVEIRA, L. L. A posse de escravos em Franca-SP, segundo os inventários (1822-1830). **Estudos de História,** Franca, v.1, p.173-185. 1994.

_____. **Economia e História Franca: século XIX.** Franca: UNESP-FHDSS: Amazonas Prod. Calçados S/A, 1997.

PAIVA, C. A. e KLEIN, H. S. Escravos e livres nas Minas Gerais do século XIX: Campanha em 1831. **Estudos Econômicos**, São Paulo, IPE-USP, v.22 nº1, p.129-151, jan/abril 1992.

_____. e Libby, D. C. Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX. **Estudos Econômicos**, São Paulo, IPE/USP, v.25, nº2, p.203-233, maio/ago, 1995.

PAULA, A. F. **Desbravadores do Carmo do Fructal**. Uberaba: Gráfica Vitória, 2004.

PETRONE, M. T. S. **A lavoura canavieira em São Paulo**: expansão e declínio (1765 – 1851) São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 20. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

RAVAGNANE, Z. P. O. Dados históricos e arqueológicos dos primeiros habitantes do Nordeste Paulista. **Boletim Histórico de ciências correlatas**, Franca, Ano II, nº 4, P. 50-57, 1970.

REHER, D. S. Desafios e conquistas da demografia histórica no final do século. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Brasília, 14(1/2), 1997.

REIS, D. O. M. **Estrutura da posse de escravos nas atividades de subsistência de Araxá (MG), (1776-1848)**. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambu - MG-Brasil, de 20 a 24 de setembro de 2004.

ROCHA, O. F. **Apontamentos genealogias**. Famílias Feleiros, Rocha, Nascimento, Nogueira e elementos ligados a eles. São Paulo, 1968.

SAMARA, E. M Os agregados: uma tipologia ao fim do período colonial (1780-1830). **Estudos Econômicos**, v.11, nº3, p.159-168, 1981.

_____. **As mulheres, o poder e a família**: São Paulo, século XIX. São Paulo: Marco Zero/Secretaria de Estado e Cultura de São Paulo, 1989.

_____. **Lavoura canavieira, trabalho livre e cotidiano Itu**, 1780 - 1830. São Paulo: Edusp, 2005

SANTOS, W **Subsídios Históricos**. Arquivo Histórico Municipal de Franca. [Mimeo].

SCHAWARTZ, S. B. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550 – 1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCOTT, A. S. V. **Dinâmica Familiar da Elite Paulista (1765-1836)**. Tese (Mestrado). Universidade de São Paulo, 1987.

SILVA, F. L. C. P. **A Anselmada em Franca século XIX: entre o conciliador e o quixotesco**. Franca: UNESP – FHDSS, 1999.

SOARES, L. O. **No caminho dos Goiaes**: formação e desenvolvimento da economia escravista na Mogi Mirim do século XIX. Dissertação (Mestrado). São Paulo: FFLCH/USP, 2003.

